

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

THAÍS SOARES REBÊLO

**A DINÂMICA SOCIAL DOS DOCUMENTOS: UM ESTUDO DAS AÇÕES DE
ACOMPANHAMENTO DA PASTORAL DA CRIANÇA**

CURITIBA

2017

THAÍS SOARES REBÊLO

**A DINÂMICA SOCIAL DOS DOCUMENTOS: UM ESTUDO DAS AÇÕES DE
ACOMPANHAMENTO DA PASTORAL DA CRIANÇA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Antropologia, no curso de Pós-Graduação em Antropologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eva Lenita Scheliga

CURITIBA

2017

Catalogação na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Rebêlo, Thaís Soares

A dinâmica social dos documentos: um estudo das ações de acompanhamento da Pastoral da Criança / Thaís Soares Rebêlo – Curitiba, 2017.

102 f. ; 29 cm.

Orientadora: Eva Lenita Scheliga

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Pastoral da Criança - Paraná. 2. Crianças - Aspectos sociais - Igreja Católica. 3. Serviço social com a família. 4. Serviços de saúde comunitária - Documentos. I. Título.

CDD 362.7




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ANTROPOLOGIA

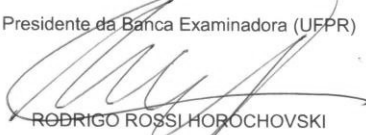
TERMO DE APROVAÇÃO

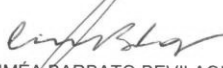
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANTROPOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **THAÍS SOARES REBÊLO** intitulada: **A dinâmica social dos documentos: um estudo das ações de acompanhamento da Pastoral da Criança**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 19 de Dezembro de 2017.


EVA LENITA SCHELIGA
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI
Avaliador Externo (UFPR)


CIMÉA BARBATO BEVILAQUA
Avaliador Interno (UFPR)

AGRADECIMENTOS

A Deus que me deu vida. Aos meus pais Fausto Rebêlo e Ângela Rebêlo por estarem sempre do meu lado apoiando as minhas decisões e por confiarem em mim. Às minhas irmãs, Danielly e Talita pelo carinho e parceria. À Sabrina, minha sobrinha que com sua chegada me proporcionou muitas alegrias. A Alexandre por ter participado dessa caminhada. À Renata e Mateus pela amizade.

À professora Eva Scheliga por ter sido muito atenciosa nas correções desta dissertação. Aos professores Ciméa Bevilaqua e João Rickli, membros da banca de qualificação realizada em 2016 pelos comentários e sugestões. Aos membros da banca de arguição entre eles Rodrigo Horochovski por terem aceitado o convite para avaliar este trabalho.

Aos professores e colegas do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPR. Os agradecimentos se estendem aos funcionários.

À agência de fomento à pesquisa, CAPES, pela concessão de bolsa de estudo.

Ao professor Durval França Filho pelas leituras e correções.

Enfim, dedico a dissertação às líderes da comunidade Matriz que fizeram parte da produção deste trabalho e que gentilmente aceitaram a minha companhia. À Pastoral da Criança por ter permitido a minha entrada na instituição e por ter me ajudado a construir a pesquisa.

RESUMO

Nesta pesquisa, optei por analisar as ações básicas de saúde da Pastoral da Criança, com o objetivo de entender como elas se configuram no edifício da Coordenação Nacional, localizado na capital do Paraná e na comunidade Matriz, localizada na região metropolitana. Nesta organização, documentos ocupam um lugar de destaque para a produção de categorias e procedimentos a partir do qual as ações são colocadas em prática por um grupo de voluntárias na comunidade. Busquei apresentar de que forma as ações são desenvolvidas na comunidade, mediante conversas informais com os interlocutores da pesquisa, observações e participações em algumas atividades cotidianas organizadas pelas líderes, tais como: reuniões, visitas domiciliares e Celebração da Vida.

Palavras-Chave: Pastoral da Criança, documentos, ações básicas de saúde.

ABSTRACT

In this research, I chose to analyze the basic health actions of Pastoral da Criança, with the objective of understanding how they are configured in the National Coordination building, located in the capital of Paraná and in the Matriz community, located in the metropolitan region. In this organization, documents occupy a prominent place for the production of categories and procedures from which a group of volunteers in the community puts the actions into practice. I tried to present how the actions are developed in the community, through informal conversations with the research interlocutors, observations and participation in some daily activities organized by the leaders, such as: meetings, home visits and Celebration of Life.

Key words: Pastoral da Criança, documents, basic health actions.

LISTA DE SIGLAS

ANAPAC – Associação Nacional de Amigos da Pastoral da Criança

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

FABS – Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade

FAEH- Folha mensal de ações sobre a eliminação da hanseníase

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PG – Prestação de Gastos

REBIDIA- Rede Brasileira de Informação e documentação sobre Infância e Adolescência.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

AVISO AO LEITOR

Apresento neste trabalho uma pesquisa realizada em alguns ambientes de ação da Pastoral da Criança. Para preservar o anonimato das pessoas com quem convivi em campo todos os nomes de pessoas físicas foram substituídos por nomes fictícios.

No texto utilizo palavras em aspas duplas para indicar a expressão que meus interlocutores em campo se expressam.

Quanto às citações de toda a documentação da Pastoral da Criança optei por citar durante o texto da seguinte maneira: (PASTORAL DA CRIANÇA) seguido do ano de sua publicação e do número de página, quando houver. Nas referências estão todos estes detalhes.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 O CAMPO DA PESQUISA	15
1.2 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	24
2 DEFINIÇÕES E DIRETRIZES DA PASTORAL DA CRIANÇA	26
2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PASTORAL DA CRIANÇA	29
2.2 TRANSPARÊNCIA	32
3 MATERIAIS EDUCATIVOS DA PASTORAL DA CRIANÇA.....	38
3.1 QUEM SÃO AS LÍDERES E OS BENEFICIÁRIOS?.....	38
3.2 OS DOCUMENTOS	42
3.3 AS CONCEPÇÕES DE SAÚDE MATERNA-INFANTIL.....	50
4 AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO: A VISITA DOMICILIAR	52
4.1 A VISITA DOMICILIAR	52
4.2 A CAMINHO DAS CASAS A SEREM VISITADAS	54
4.3 A VISITA COMO MECANISMO DE VERIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO DE VIDA MATERNA-INFANTIL.....	62
5 AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO: A CELEBRAÇÃO DA VIDA	66
5.1 O SALÃO PAROQUIAL.....	66
5.2 A PREPARAÇÃO DA SOPA.....	67
5.3 RECEPÇÃO DAS FAMÍLIAS: PESAGEM E MEDIÇÃO	69
5.4 DISTRIBUIÇÃO DA SOPA.....	76
5.5 ENCERRAMENTO DO EVENTO.....	78
6 A TRANSFORMAÇÃO DOS DADOS EM INDICADORES DE SAÚDE MATERNO- INFANTIL.....	80
6.1 A SISTEMATIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS.....	80
6.2 O DEPARTAMENTO DE DIGITAÇÃO	83
6.3 A PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
ANEXO 1- FOLHA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO MENSAL DAS AÇÕES DE SAÚDE E EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE (FABS)	104

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa elege a Pastoral da Criança como objeto de estudo pela atuação marcante dessa instituição nas “comunidades pobres” do Brasil. Principalmente por ser considerada dentre as pastorais sociais¹ aquela que possui um dos maiores destaques nos serviços sociais do Brasil e por se organizar de modo sistemático e estratégico estando presente em todo território nacional, sendo objeto de pesquisa de outros estudos acadêmicos (ANJOS, 2008; HOROCHOVISKI, 2000; NASCIMENTO, 2006; REIMBERG, 2009).

A Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), foi fundada em 1983. No Brasil, no início da década de oitenta, o país vivia uma forte crise econômica que acabava por reduzir os gastos governamentais com saúde, nutrição e infra-estrutura de saneamento, afetando grande parte de sua população considerada mais vulnerável (COSTA, MOTA *et al.*, 2003). Nessa década, morriam no país aproximadamente 70 crianças a cada mil nascidas vivas (BATALHA, 2003, p. 33).

A Pastoral da Criança teria sido idealizada tendo esse cenário como pano de fundo. As primeiras tratativas para sua organização teriam ocorrido em Genebra, Suíça, no ano de 1982, o então Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns e James Grant, ex-diretor Executivo do Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF)², durante um debate sobre a fome e a miséria no mundo realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Após a idealização da Pastoral da Criança, o arcebispo da cidade de Londrina, Dom Geraldo Magella Agnelo, e a irmã de Dom Paulo Evaristo Arns, a médica sanitária e pediatra Zilda Arns Neumann, assumiram o trabalho dessa organização na cidade de Florestópolis, Estado do Paraná. Seu objetivo era reduzir a mortalidade infantil, utilizando os recursos de uma medicina preventiva considerada pouco dispendiosa, porém, altamente eficaz.

O relato abaixo de Zilda Arns, presente numa de suas entrevistas, ajuda a esclarecer como as ações da organização foram inicialmente planejadas:

Eu já tinha uma longa experiência – 25 anos – em atividades relacionadas com a saúde pública. Ao mesmo tempo, sempre mantive estreito contato com a vida

¹ A Comissão Episcopal Brasileira compreende a pastoral social como sendo a preocupação da Igreja com relação as questões sociais. A pastoral social encontra-se presente nas dioceses, paróquias e comunidades e em toda ação evangelizadora da referida Igreja. As pastorais sociais são ações específicas voltadas a grupos ou situações específicos mediante cada realidade social apresentada (CNBB, 2003).

² O UNICEF está presente no Brasil desde 1950 e direciona diversas ações sociais para infância e adolescência. Diversas campanhas dedicadas às crianças e adolescentes no país tiveram apoio desta entidade, tais como: campanha de imunização e aleitamento materno, campanha de mobilização a favor do Estatuto da Criança e Adolescente e combate ao trabalho infantil, etc. (UNICEF, 2016).

religiosa, pois tenho cinco irmãos religiosos. Assim, foi com facilidade que entendi o papel e a função da Pastoral da Criança. Por isso, consegui capacitar muito bem o pessoal que nela atua. Além disso, com essa experiência, compreendi ser indispensável uma ação da comunidade nessa área. Ou seja, entendi que não se deveria ficar esperando a atuação dos governos ou da Igreja. Para mim, era essencial a participação da sociedade, que deveria se esforçar para que se pudesse ter êxito nesse empreendimento. Vi também que era indispensável relacionar saúde com educação (NEUMANN, 2003, p. 64).

Na declaração de uma das fundadoras da Pastoral da Criança, o trabalho de educação em saúde nas comunidades aparecia como o principal meio a ser utilizado pela instituição na luta contra a mortalidade infantil³. Em vista disso, a organização passou a investir no trabalho de prevenção de doenças consideradas facilmente curáveis, quando tratadas precocemente, por meio de um trabalho realizado pelos próprios moradores das comunidades.

Medidas relativamente simples foram acionadas por essa instituição para tornar viável o tratamento de prevenção de algumas enfermidades consideradas comuns na infância, tais como desnutrição, diarreia, anemia, etc. Foi nesse contexto que o popular soro caseiro, uma mistura de água, açúcar e sal, passou a ser considerado um aliado da organização no combate a desidratação infantil, assim como a farinha multimistura⁴, feita de farelos de arroz, de trigo, casca de ovo e folha de mandioca, utilizada no início de sua formação para ajudar no tratamento de desnutrição infantil e posteriormente, utilizada pra tratar casos de anemia.

A organização direciona sua atuação para crianças menores de seis anos e gestantes. Para isto, desenvolve o que chama de ações básicas, ações complementares, ações opcionais, formação contínua integrada e acompanhamento nutricional. As ações básicas são direcionadas especificamente para o cuidado da saúde das gestantes e crianças menores de seis anos e são concebidas como mecanismos utilizados pela Pastoral da Criança capazes de intervir e solucionar problemas apresentados nas comunidades de modo instrumental, uma

³ Segundo Cristina Duarte (2007), a mortalidade infantil não é apenas um indicador de saúde, mas um indicador de “condições de vida”. É calculado pelo número de óbitos ocorridos em crianças menores de um ano por cada mil crianças nascidas vivas. As mortes infantis são consideradas um problema de saúde pública já que, em sua maioria, podem ser evitadas. Este indicador costuma ser utilizado como elemento definidor das políticas públicas de saúde infantil (DUARTE, 2007).

⁴ A Pastoral da Criança, em parceria com a Universidade Federal de Pelotas (UFEPel), realizou uma pesquisa para mostrar os efeitos da farinha multimistura no quadro nutricional das crianças. Apesar deste alimento ter sido considerado pela organização um aliado na luta contra a mortalidade infantil durante mais de 15 anos, a pesquisa revelou que a farinha não tem efeitos significativos no quadro nutricional das crianças. Em virtude desta pesquisa realizada no ano de 2007, a organização decidiu não mais distribuir o alimento em seus trabalhos, mas optou por orientar as famílias a preparar os ingredientes da farinha por conta própria, enfatizando os cuidados com a higiene dos mesmos (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015a). Esta informação é discutida de maneira mais profunda no artigo *Ensaio randomizado sobre o impacto da multimistura no estado nutricional de crianças atendidas em escolas de educação infantil* do Jornal de Pediatria (Jornal de Pediatria, 2007).

vez que, o uso de alguns documentos com perguntas específicas sobre as crianças e gestantes ajudaria a elaborar a realidade em que se pretende intervir.

As ações complementares, como o próprio nome sugere, são aquelas que integram as ações básicas de saúde e subdividem-se em duas categorias: Brinquedos e Brincadeiras e Articuladores de Saúde. Enquanto a primeira teria o intuito de promover brincadeiras infantis nas comunidades, a segunda visa capacitar agentes para mediar a relação entre os Conselhos Municipais de Saúde, as líderes e as famílias acompanhadas. As ações opcionais, por sua vez, teriam sido criadas em vista das necessidades que as comunidades passaram a apresentar ao longo dos anos. Tais ações giram em torno da criação de hortas caseiras e comunitárias, saúde bucal e tratamento de hanseníase. A formação contínua e integrada é descrita como um curso de atualização de informações cedidas em materiais educativos às voluntárias. Por fim, o acompanhamento nutricional é apresentado como uma estratégia criada pela instituição para prevenir a desnutrição e obesidade infantil. Neste procedimento a organização afirma utilizar o cálculo do Índice de Massa Corporal para alcançar um diagnóstico nutricional das crianças.

Cada uma das ações citadas tem uma função específica que, de modo geral, visa mobilizar os moradores das comunidades que participam de seus projetos e programas de ação. Dentre as citadas, destacam-se as ações básicas de saúde, que constituem o centro de atenção da organização: é por meio dela que a Pastoral da Criança afirma iniciar o seu trabalho nas comunidades, desdobrada em três atividades: Visita domiciliar, Celebração da Vida e Reunião de Reflexão e Avaliação⁵.

Para tornar possível o desenvolvimento de tais ações, a Pastoral da Criança adota mecanismos de intervenção comunitária realizados por seus próprios moradores. Para serem considerados aptos para exercer o trabalho voluntário, os moradores participam de uma capacitação, uma espécie de curso preparatório concedido gratuitamente. Nesse curso, os voluntários e voluntárias têm acesso a um conjunto de publicações com orientações a respeito dos cuidados na saúde materno-infantil, sobre os direitos básicos da criança e gestante, bem como a ferramentas de identificação dos beneficiários elaboradas pela organização, conhecido pelo nome de materiais educativos básicos.

Esses documentos são considerados as ferramentas de apoio básico das lideranças comunitárias. Alguns trazem uma série de informações sobre os cuidados na gestação e na infância e outros são materiais de recolhimento de dados pessoais dos beneficiários que a

⁵ A Reunião de Reflexão e Avaliação é um compromisso entre as líderes caracterizado pela Pastoral da Criança como: registro de dados; apresentação de orientações; exposição de objetivos; escolha das ações; e definições para a operacionalização da ação de acompanhamento na comunidade. Apesar de ter participado dessa reunião, não foi possível incluir uma análise a seu respeito nesta dissertação.

Pastoral da Criança utiliza para diagnosticar problemas e avaliar as suas ações nas comunidades que se encontra presente, tendo como base um problema inicialmente desenhado: crianças desnutridas, crianças com diarreia, crianças e gestantes não atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), gestantes que não fizeram o Pré-Natal, entre outros itens relacionados, de modo geral, à saúde. Para isto, utiliza o sistema de informação criado para apresentar os resultados alcançados por meio do trabalho das líderes que, segundo Zilda Arns, não serviria apenas para captar dados como também ajudaria a avaliar as ações e a retornar tais avaliações para as bases (comunidade) por meio de uma carta. De acordo como Zilda Arns:

Esse sistema foi idealizado para que a comunidade tenha todas as referências a respeito de como o trabalho está sendo feito em cada lugar e no Brasil, indicando os resultados obtidos em cada questão abordada (por exemplo, no aleitamento materno) (NEUMANN, 2003, p. 69).

Para isto, a Pastoral da Criança utiliza a metodologia de ação “ver, julgar, agir” - sobre o qual me deterei adiante - com o objetivo de conduzir o trabalho dos moradores na busca pelo conhecimento das condições de vida das crianças, gestantes e famílias nas comunidades. Assim, tanto a dimensão religiosa como a dimensão técnica participam da construção da realidade.

Tendo em vista tais informações, esta pesquisa se propõe a acompanhar alguns dos processos que envolvem a produção e circulação de documentos preenchidos pelas líderes no desenvolvimento das ações básicas de saúde da Pastoral da Criança. Percorrendo a trilha de documentos pude acessar algumas das experiências vivenciadas entre as voluntárias, classificadas como “líderes” e as famílias beneficiárias, classificadas como “acompanhadas”, e de que modo elas são transformadas em indicadores de saúde materno-infantil capazes de orientar as atividades da Pastoral da Criança.

As atividades de pesquisa foram realizadas de modo intermitente entre fevereiro e julho de 2016, primeiramente na sede da Pastoral da Criança (edifício da Coordenação Nacional), em Curitiba, e posteriormente na comunidade Matriz, localizada em Almirante Tamandaré, região metropolitana da referida capital paranaense. Na Coordenação pude observar a rotina dos funcionários no setor administrativo da Pastoral da Criança para onde são encaminhados os documentos preenchidos pelas voluntárias com dados das ações da organização nas comunidades. Acompanhei como os documentos são processados no Departamento de Digitação e como o trabalho dos funcionários em conjunto com as máquinas

geram dados acionados como capazes de atestar a eficácia do trabalho da organização. Já na comunidade Matriz observei como as voluntárias e as famílias colocam em prática as orientações que recebem da organização e como acontece o momento de registro de informações nas folhas de acompanhamento. Neste local pude estabelecer manter conversas informais com os interlocutores da pesquisa, além de participar de algumas atividades cotidianas organizadas pelas líderes (tais como: reuniões, visitas domiciliares e eventos desenvolvidos pela Pastoral da Criança).

1.1 O CAMPO DA PESQUISA

O início da negociação da entrada no campo da pesquisa ocorreu no mês de fevereiro do ano de 2016, na sede da Pastoral da Criança, denominada Coordenação Nacional, em Curitiba. A autorização formal da pesquisa aconteceu numa sala ampla de reuniões preenchida com móveis antigos, localizada na sede da organização. Esta sala costuma ser utilizada pelos funcionários da instituição para conversas com os visitantes sem que estes tenham que ingressar em espaços onde há um intenso fluxo de entrada e saída de pessoas. No salão, era possível observar alguns cartazes pendurados na parede contendo informações sobre o trabalho desenvolvido pela organização (primeiros mil dias⁶, acompanhamento nutricional). Outros objetos também podiam ser vistos no ambiente, como os quadros de santos pendurados nas paredes e a imagem da cruz. Nesse lugar, conversei com o então gestor de relações institucionais da Pastoral da Criança, João Carlos, sobre minha pesquisa⁷.

A memória de Zilda Arns vinha sempre à tona nas falas do representante institucional que, por diversas vezes, fez menção a ela, como figura ilustre, agente atuante na participação da criação de métodos de intervenção nas comunidades (farinha multimistura e Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde) para o combate

⁶ O cartaz trazia a seguinte mensagem: “toda gestação dura mil dias”. De acordo com informações do site da organização, os mil dias é o período de gestação equivalente a 270 dias de gestação, mais 365 dias do primeiro ano de vida, mais 365 dias do segundo ano de vida. A organização alerta que os cuidados dedicados aos nove meses de gestação devem ser estendidos até os primeiros dois anos de vida da criança (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015a).

⁷ Nesta reunião, fui informada sobre a divisão de espaços no interior da sede da instituição que, de modo geral, divide-se em: Departamento de Digitação, Departamento Financeiro, Departamento de Comunicação, Departamento de Tecnologia e Informação. Em cada um deles ocorre divisão de trabalho entre funcionários e espaços, o que demonstra a complexidade que se esconde por detrás da produção dos documentos institucionais que, naquele momento da pesquisa, ainda se encontrava obscura para mim.

da desnutrição infantil, responsável por ter representado a organização diante da sociedade, inclusive no campo da política.

Durante a reunião, João Carlos se preocupou em esclarecer algumas estratégias que a organização utiliza para captar recursos e manter parcerias com órgãos do governo. Lembrou que: “o Ministério da Saúde mantém convênio com a Pastoral da Criança desde 1987, quase no mesmo período de sua fundação”. Na visão deste funcionário, muitas organizações temem perder a sua identidade e autonomia ao criar algum tipo de vínculo com órgãos públicos, o que para ele não seria o caso da Pastoral da Criança. Na sua concepção, a organização tem mantido as características institucionais em conformidade com sua missão, visão e valores⁸.

Em confluência com um discurso técnico, o gestor institucional explicava sobre a existência da relação de parceria entre a organização e o Ministério de Saúde. Segundo meu interlocutor, esta parceria não intimidava a organização de publicar informações que pudessem ser utilizadas para comprovar “a ausência do Estado” em algumas localidades onde a Pastoral da Criança atua. Relatou que o número de mortes infantis causadas por desnutrição é publicado mensalmente no *site* oficial da organização, o que para ele demonstra a falta de apoio que a população de algumas comunidades recebe do Estado. Para o gestor, a parceria com este órgão público, ao contrário do que algumas organizações supõem, tem fortalecido o trabalho da Pastoral da Criança. Como justificativa, falou sobre o mérito da organização em conseguir reduzir o número de mortes infantis causadas por desnutrição.

O “pontapé” efetivo para o início da pesquisa se deu no Departamento de Digitação. A quantidade de documentos que vi sendo movimentados num amplo salão por um grupo de funcionários, despertou meu interesse em conhecer o que me parecia ser o trabalho invisível das ações de acompanhamento da instituição, portanto, um mundo a ser descrito. No departamento, o gestor me explicava como eram processados os documentos no Sistema de Informação da organização, enfatizando a digitação das Folhas de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade (doravante

⁸ No *site* da organização, é possível ter acesso a cada um dos itens citados pelo gestor. A missão da organização é descrita por meio de uma passagem bíblica presente no livro de João, capítulo 10, versículo 10, em que Jesus diz: “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015b, p.67). Para alcançar este objetivo, a Pastoral afirma promover o desenvolvimento infantil desde o ventre materno, utilizando para isso mecanismos de orientação sobre saúde, nutrição, educação e cidadania, fundamentadas na mística cristã, que une “fé e vida” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015a), no sentido de materializar a teoria cristã. Tal qual a missão, a visão da organização encontra-se fundamentada na Bíblia. Desta vez, a passagem bíblica responsável por inspirar a visão organizacional está presente no livro de Isaías capítulo 65, a partir do versículo 16, no qual o assunto exposto trata da vida no céu. Apesar de não explicitar diretamente a passagem do texto, esse, por sua vez, foi utilizado como fonte de inspiração para direcionar o olhar da instituição para o seu objetivo: prevenir mortes evitáveis materno-infantis e promover um ambiente favorável ao desenvolvimento das crianças. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015a).

FABS). Para ele, este documento não representava apenas um registro de informações dos acompanhados, mas uma importante ferramenta de controle do trabalho da organização nas comunidades. Na Coordenação Nacional, me deparei seguindo documentos, em especial as FABS. Neste lugar, constatei que elas seriam os objetos mais próximos que poderia alcançar para me aproximar das ações básicas de saúde planejadas pela organização, já que além de circularem no espaço institucional, circulavam também nas unidades domésticas das famílias acompanhadas e nas comunidades, tornando-se, deste modo, uma ligação entre os trabalhos realizados por diferentes agentes em diferentes espaços.

Frequentar a sede da Coordenação Nacional da Pastoral da Criança me parecia uma ideia atrativa, já que o intuito inicial do trabalho buscava entender como as doações se deslocavam dentro e fora do espaço institucional. No entanto, a experiência de observação e as análises preliminares dos documentos institucionais acarretaram profundas mudanças na investigação. Logo no início da pesquisa, tentei acompanhar como acontecia o repasse dos recursos na instituição. Direcionei minha atenção para os documentos institucionais e tentei apresentar uma análise do processo de produção, direcionamento e recepção de doações financeiras provenientes da relação de parceria desta instituição com a Companhia de Energia Elétrica Paranaense (Copel). A campanha de energia é promovida desde 1998 pela Pastoral da Criança para arrecadar recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades sociais.

Nos documentos, busquei encontrar algumas pistas sobre um possível circuito desse tipo de doação na instituição capaz de movimentar pessoas e objetos em eventos, celebrações, etc. Utilizei este termo para me referir ao processo de produção, direcionamento e recepção de doações provenientes da conta de luz. Tendo como base as referências documentais disponíveis, constatei que o início do ciclo da doação seria conquistado através de trabalho de divulgação realizado nas comunidades por um grupo de pessoas formalmente orientadas para este tipo de atividade⁹. Em seguida, a doação seria materializada em forma de documento¹⁰ para a Coordenação Nacional. Posteriormente, já em forma de dinheiro, a doação seria

⁹ Para que a Campanha de Energia mobilizada pela Pastoral da Criança seja realizada por um grupo de voluntários, todos os agentes envolvidos participam de um curso promovido pela própria organização. Em 2016, participei desta capacitação na comunidade São José, que faz parte da Paróquia Nossa Senhora das Graças, localizada na diocese São José dos Pinhais- PR. O treinamento foi dividido em três etapas: apresentação da Campanha; divulgação da campanha na comunidade; qualificação e demonstração dos resultados. No entanto, optei por suprimir a descrição deste evento para não desviar do objetivo proposto na pesquisa.

¹⁰ O Cartão de Contribuição é um documento produzido pela Pastoral da Criança. Este cartão faz parte da Campanha de Energia. Neste documento estão contidas informações sobre os doadores, assim como o valor da doação destes.

encaminhada através de conta corrente para os agentes voluntários responsáveis por administrá-la nas comunidades participantes da campanha de luz.

Para seguir o caminho da doação, inicialmente tomei como referência algumas informações disponibilizadas no *site* da Pastoral da Criança, atualizadas no ano de 2016. Ao acompanhar mais de 1,3 milhão de crianças e gestantes em mais de 36 mil comunidades brasileiras, a organização demonstra promover redes de apoio para garantir sustentação financeira e técnica de seus trabalhos. Por isso, se preocupa em informar que articula parcerias com voluntários, universidades, órgãos governamentais, além de estabelecer convênios com empresas e receber doações através da Lei Rouanet, que possibilita que cidadãos e instituições destinem parte do Imposto de Renda devido a ações culturais. Dessa forma, ao mobilizar uma série de agentes, conseguiria adentrar nos espaços públicos e privados e receber diferentes fontes de verbas.

Em campo, contudo, constatei que as doações financeiras emergiam de diferentes fontes (instituições, unidades de ensino e empresas) e se dissipavam em meio a tantos canais por onde circulavam (casas, comunidades e paróquia), tornando-se intangíveis frente às diversas ações desenvolvidas nas comunidades onde observei. A partir disto, optei por seguir o percurso da doação nas comunidades onde a Pastoral se faz presente. Numa perspectiva institucional, a implementação e divulgação de canais de doação promoveria a realização de projetos e programas de ação da organização. Com base nestes pressupostos, considerei a publicação de documentos institucionais como marca do início de um percurso no qual as ações planejadas pela organização seriam executadas nas comunidades.

A experiência da pesquisa na Coordenação Nacional da Pastoral da Criança, na comunidade Matriz e na comunidade São José (ver nota 9) demonstraram um arranjo complexo de relações que envolvem os recursos que circulam dentro e fora da instituição. Ao seguir este caminho, não dei conta de alcançar o percurso das doações provenientes da conta de luz. Em campo constatei que os recursos financeiros que alimentavam parte das ações da Pastoral da Criança na comunidade Matriz eram quantias muito pequenas diante do trabalho desenvolvido pelas líderes. Neste local, a referência ao dinheiro proveniente da conta de luz pouco aparecia no discurso das voluntárias que conheci e não interferia nos trabalhos realizados em suas atividades.

Estes acontecimentos deslocaram os caminhos a serem percorridos no desenvolvimento desta pesquisa, da forma como havia planejado no projeto inicial. Dessa forma, voltei minha atenção para a elaboração e os usos que as líderes e funcionários fazem dos documentos, tentando identificar aspectos que retratassem o trabalho da instituição em

questão. Em campo, busquei me posicionar nos lugares onde os documentos (FABS, Caderno do Líder) se deslocavam. Como já mencionado, os documentos são utilizados pela instituição no processo de identificação das condições de vida de crianças, gestantes e famílias acompanhadas. O registro dos dados é o principal meio utilizado pela organização para obter informações de ordem distintas dos beneficiários.

Dentre os documentos institucionais, destacam-se o Caderno do Líder e a FABS. O Caderno do Líder é uma ferramenta de uso particular das líderes e é utilizado para o controle mensal das ações de acompanhamento realizadas nas comunidades, armazenando informações de cada criança e gestante cadastrada pela organização. A sua produção é condição determinante para a confecção da FABS que, por sua vez, possibilita uma leitura mais geral sobre a população acompanhada e sobre as ações da organização.

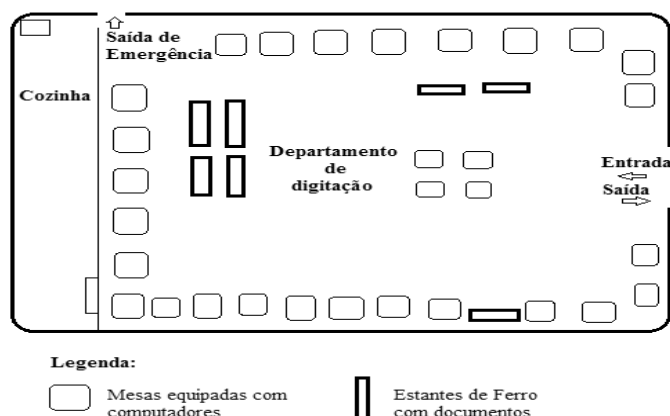
1.1.1 A PESQUISA NA COORDENAÇÃO NACIONAL

A Coordenação Nacional divide espaço com o Museu da Vida¹¹, um lugar público dedicado à exposição das atividades sociais realizadas pela instituição. Os espaços entre um e outro são bem organizados e divididos. No Departamento de Digitação, como já informado acompanhei o circuito de diferentes documentos, entre eles a FABS. Neste espaço, foi possível observar a presença de um grande número de funcionários movimentando documentos e processando os dados neles contidos no sistema digital de informação da Pastoral da Criança. No período em que realizei a pesquisa, em média, sessenta funcionários trabalhavam no departamento.

O Departamento de Digitação é um amplo salão protegido por grades de ferro. Encontra-se localizado num dos prédios antigos da Coordenação Nacional. Este espaço contém um grande número de mesas, cadeiras, computadores, caixotes e estantes de ferro carregadas de documentos envolvidos por envelopes brancos e enumerados. Dentro do salão encontra-se a cozinha dos funcionários. A figura abaixo demonstra a organização do espaço.

¹¹ O Museu frequentemente recebe uma grande quantidade de crianças e famílias acompanhadas para o dia de Celebração da Vida.

Figura 2- Departamento de Digitação



Fonte: A autora (2016).

No salão fui recepcionada por Clarice, uma jovem de 22 anos que na época da pesquisa supervisionava os digitadores. Vestida de modo informal, usava calça *jeans*, camiseta e carregava um crachá com identificação pessoal e trabalhista em torno do pescoço. Em um espaço onde a burocracia fazia morada, não precisei mostrar documentos pessoais para comprovar quem de fato era. Porém, para não causar nenhum eventual constrangimento com relação a minha presença, preferi mostrar a carta de apresentação da pesquisa, assinada pelo então gestor institucional.

Nos primeiros dias de pesquisa, alguns funcionários se dirigiam a mim demonstrando curiosidade. Desejavam saber se eu estava fiscalizando os seus trabalhos. Possivelmente, porque, segundo soube mais tarde, era comum a realização de auditorias no departamento. Foi num destes momentos de bate-papo, que reconheci um funcionário. Apesar de ter sido uma das primeiras vezes em que estive no Departamento de Digitação, não havia sido a minha primeira vez na Coordenação Nacional. Como vimos, a sede da Pastoral da Criança divide espaço com o Museu da Vida e alguns funcionários chegam a exercer dupla função nos trabalhos da organização: além de serem digitadores, são também mediadores no Museu. Era o caso de Caio, um garoto de 18 anos, simpático e atencioso, que conheci numa das minhas passagens pelo Museu da Vida. No departamento de digitação, Caio viria a ser o meu interlocutor mais próximo, com quem pude aprender uma série de procedimentos envolvidos na mobilização dos documentos.

No Departamento de Digitação, fui posicionada em diferentes lugares por onde os documentos costumam ser encaminhados e pude observar a mobilização e sistematização deles. No salão, a agilidade no envio de dados, no repasse e recebimento de documentos,

obedecia a um ritmo marcado pelos prazos envolvidos na produção de outros documentos. Os dados contidos nas FABS são matéria-prima para a elaboração de outros documentos (Relatório Trimestral e Anual) da instituição que mostra informações relevantes a respeito dos resultados das atividades da organização.

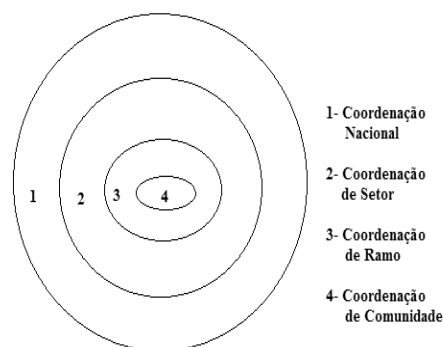
No departamento, a transcrição de dados presentes nas FABS depende de um conjunto de estratégias e procedimentos que envolvem a participação de funcionários, máquinas e utensílios de escritório que materializam as ações de acompanhamento, por meio de números, gráficos, mapas, relatórios e análises. Pode-se dizer que: “Dedica-se uma energia considerável inventando-se meios para chegar a qualquer forma de traço escrito que possa ser ofertado à leitura” (LATOURE e WOOLGAR, 1997, p. 45).

1.1.2 A PESQUISA EM ALMIRANTE TAMANDARÉ

Parte da pesquisa foi realizada no município de Almirante Tamandaré, localizado no estado do Paraná, a 20 km de distância da cidade de Curitiba. Constituído como município no ano de 1880, Almirante Tamandaré faz parte da microrregião desta capital. Dados mais recentes, do ano de 2015, informam que possui 112.870 habitantes, sendo que quase toda população vive em áreas urbanas.

Em 2010, o IDHM do município apresentava o valor de 0.699, a capital do Estado possuindo o maior valor, de 0.823 e alguns municípios classificados com valores inferiores a 0.699, não ultrapassando a margem do valor de 0.546 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). Almirante Tamandaré possui, portanto, IDHM mediano quando comparado aos demais municípios do Estado do Paraná. O mapa abaixo mostra onde se localiza o referido município:

Figura 4- Conjunto de coordenações da Pastoral da Criança.



Fonte: A autora (2016).

No período da pesquisa, algumas salas da Paróquia Nossa Senhora da Conceição foram utilizadas pelas voluntárias para a realização da Celebração da Vida. A paróquia fica a uma quadra de distância do terminal de ônibus localizado no centro da cidade, ponto de referência das voluntárias que costumam se encontrar ali para iniciar as visitas nas casas dos beneficiários. Fundada em 1899, a paróquia encontra-se inserida em um dos quinze setores que participam da Arquidiocese (divisão administrativa da Igreja Católica) de Curitiba, denominado setor Almirante Tamandaré. Este setor abrange ao todo, seis paróquias, entre elas a Paróquia Nossa Senhora da Conceição¹².

Quem olha do lado de fora do espaço paroquial pode enxergar a construção de um templo e outras áreas ocupando quase toda quadra. A paróquia possui divisões internas que englobam o templo e algumas áreas ao seu redor. Há uma parte aberta ao público para a realização de culto e atividades religiosas, outra parte é ocupada pelo salão paroquial, lugar onde se realizam celebrações dos fiéis e atividades sociais destinadas à população, como o dia de Celebração da Vida. Há também a secretaria paroquial, local onde se realizam os serviços administrativos da Paróquia e recepção ao público. É também o lugar onde se localizam as salas dos três frades que compõem o grupo de autoridades religiosas deste espaço.

¹² Nos registros da Arquidiocese de Curitiba há a informação de que a Igreja Católica numa “ação evangelizadora” se organizou em comissões pastorais. Uma dessas comissões é a denominada comissão da dimensão social, que teria sido criada com o objetivo de articular os membros da Igreja em questão para agir socialmente e politicamente em favor das pessoas consideradas excluídas. Este seria o compromisso social da Igreja Católica. A Comissão da dimensão social comporta uma série de integrantes, entre elas a Pastoral da Criança, que está presente na Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Como informei, a paróquia em questão desenvolve este trabalho voluntário no município de Almirante Tamandaré.

A paróquia matriz da cidade carrega o nome de sua padroeira, popularmente conhecida como Nossa Senhora da Conceição. Ao adentrar pelo portão de ferro deste espaço, pode-se observar a imagem da padroeira e uma pequena placa de ferro fixada logo abaixo de uma imagem de cruz. A placa de ferro dita “simbólica” foi feita em 1999 para homenagear o centenário da paróquia¹³.

Na comunidade Matriz, observei as ações de acompanhamento realizadas por um grupo de sete voluntárias que participam do ramo Nossa Senhora da Conceição. O grupo de mulheres acompanhou 51 famílias (45 crianças e 6 gestantes) durante os aproximadamente dois meses desta etapa de minha pesquisa, realizada entre junho e julho de 2016. Ao longo da pesquisa, fui posicionada pelas líderes nos lugares onde as ações de acompanhamento seriam indispensáveis: nas unidades domiciliares e no salão paroquial. A aproximação com algumas líderes tornou possível acompanhá-las durante as visitas bem como participar da organização de atividades que aconteceram no salão paroquial.

A maior parte dos encontros que tive com as mulheres envolvidas no trabalho desta organização foi previamente planejada por elas, de modo que as minhas idas até o referido município obedeceram ao ritmo de atividades realizadas pelo grupo de líderes na comunidade Matriz. Como não existia um dia fixo para a realização de suas atividades, os encontros eram marcados com antecedência. Marcar e desmarcar um dia de trabalho era algo que acontecia com alguma frequência, embora mantivessem a periodicidade semanal. Nesses encontros, elas preenchiam documentos, orientavam e se aproximavam dos moradores de sua comunidade.

1.2 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Como destacado, iniciei a pesquisa na Coordenação Nacional, em seguida me desloquei para a comunidade localizada em Almirante Tamandaré. Para organizar os capítulos deste texto, optei por mudar a ordem de análise dos contextos pesquisados para facilitar a compreensão do leitor. Assim, num primeiro momento, apresento a Pastoral da Criança e o conjunto de documentos institucionais. Em seguida, descrevo as atividades realizadas em Almirante Tamandaré para, posteriormente, pormenorizar o trabalho na sede da Coordenação

¹³ De acordo com o atual código Canônico que se refere apenas à Igreja Latina, o termo Paróquia aparece assim definido: “Cân. 515 — § 1. A paróquia é uma certa comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, cuja cura pastoral, sob a autoridade do Bispo diocesano, está confiada ao pároco, como a seu pastor próprio”.(Código do Direito Canônico, promulgado por João Paulo II, Papa, 1987)

Nacional. Penso que assim consigo melhor explicitar o fluxo dos documentos analisados neste trabalho, ampliando o entendimento sobre como as ações de acompanhamento da Pastoral da Criança se constituem em associação e sistematização de documentos.

No capítulo 2, apresento o contexto de formação da Pastoral da Criança e a configuração de suas ações. Para isto, inicialmente segui as pistas apresentadas por alguns documentos (Guia do Líder, Estatuto, Regimento Interno) e ferramentas disponíveis no *site* da organização (fluxograma e relatórios), o que permitiu observar como a instituição se organiza e como realiza suas ações. Esta etapa iluminou o caminho para a construção dos outros capítulos, pois serviu como guia para entender os procedimentos adotados na configuração das ações da instituição.

No capítulo 3, apresento os documentos institucionais utilizados pelas voluntárias na realização das atividades comunitárias. A análise dos documentos tornou possível vislumbrar categorias e linguagem que a instituição utiliza para propagar concepções de saúde materno-infantil nas comunidades.

No capítulo 4, apresento um conjunto de visitas realizadas pelas líderes na comunidade Matriz. A observação nas unidades domésticas ajudou a perceber como os encontros condicionam o fluxo de informações entre voluntárias, gestantes e famílias. A visita, enquanto procedimento de obtenção de dados, propiciou o entendimento das ações de acompanhamento que acontecem no âmbito privado.

No capítulo 5, descrevo o dia de Celebração da Vida na comunidade Matriz. Pretendo, com isso, mostrar as ações de acompanhamento sendo operadas no espaço público a partir do convívio entre líderes e famílias, nas situações concretas que se apresentam neste local como os serviços de pesagem e medicação.

No sexto e último capítulo, apresento as atividades realizadas no Departamento de Digitação da Coordenação Nacional, lugar onde se concentra grande parte dos documentos produzidos pela organização, entre eles a FABS. Ali os dados são transformados em indicadores de saúde e qualidade de vida materno-infantil, subsídio para os relatórios por meio dos quais a Pastoral da Criança controla e sistematiza as ações que realizam nas comunidades. Ao percorrer o processo de sua elaboração, creio ser possível alcançar o conhecimento de algumas práticas da Pastoral da Criança, necessárias para configurar as ações de saúde básica.

2 DEFINIÇÕES E DIRETRIZES DA PASTORAL DA CRIANÇA

Neste capítulo, apresento a estrutura organizacional da Pastoral da Criança com o intuito de explicitar os limites de sua atuação, os temas e as posições ocupadas por cada pessoa dentro e fora do espaço institucional. O interesse em mostrar resumidamente a estrutura da instituição é o de tentar elucidar como ela cria cadeias de comando de planejamento, identificando como a organização se apresenta ao público, como opera de acordo com a lei, como procura acesso a recursos de fontes diversas e como sistematiza suas ações na comunidade para garantir o funcionamento de suas atividades.

2.1 CONTEXTO E FORMAÇÃO

A Pastoral da Criança na CNBB participa da Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. O idealizador da Pastoral da Criança, Dom Paulo Evaristo Arns, em seu livro *Discutindo o papel da Igreja*, reafirma que a Igreja Católica se voltou, a partir de Medellín, para a questão dos marginalizados e para defesa dos direitos humanos. Na percepção do autor, a participação ativa desta Igreja na promoção de ações missionárias, a fim de tornar a população das camadas populares sujeitos de sua própria história, dá-se por meio da mobilização de recursos humanos e materiais no espaço:

[...] paroquial, setorial, regional e arquidiocesano; - da formação de comunidades, capazes de assumir seus compromissos de participação ativa e consciente na promoção integral do homem;- da descoberta e treinamento de lideranças locais e animadoras de comunidades; - da formação de centros comunitários em cada bairro, onde o povo possa se reunir e organizar suas atividades; da participação dos esforços públicos e particulares para dotar a periferia de serviços básicos de saneamento, educação, saúde, transportes coletivos, a fim de atender às necessidades fundamentais do povo (ARNS, 1980, p. 33).

O campo de atuação da igreja em questão traz novos elementos que funcionam como “um novo dispositivo salvífico pela ‘inclusão social’ ” (DULLO, 2011, p. 106), com vista a modificar as condições de vida das famílias consideradas necessitadas. Assim, por meio de novas teologias, apresenta o leigo como sendo o agente responsável pela mudança da condição de vida do oprimido. Esta é uma das grandes mudanças na visão da Igreja Católica: o leigo passa a ser um agente ativo e preponderante nas atividades pastorais, responsável pelo trabalho nas comunidades (MAIA, 2015, p. 54).

A Pastoral da Criança, assim como as CEBs, também valoriza esse tipo de ação nas comunidades que lutam pelo acesso da população aos direitos básicos. Segundo Reimberg (2009, p. 30), a experiência da Igreja Católica com as CEBs foi tomada como modelo para a ação desenvolvida pela Pastoral da Criança onde o leigo é valorizado. Por isso, uma das atuações desta organização é propagar informações sobre direitos básicos à população acompanhada por meio da atuação das voluntárias. Na sua pesquisa, afirma que as voluntárias da Pastoral com quem conviveu tiveram essa mesma experiência política.

Conforme mencionado, a Pastoral da Criança busca tornar os moradores da comunidade como responsáveis por colocar em prática as ações que desenvolve nas comunidades. De acordo com informações do Sistema de Informação desta organização, 123.361 líderes voluntárias de cada estado brasileiro foram capacitadas a exercer o trabalho nas comunidades entre os anos 2007 – 2012. Dados do segundo trimestre de 2016 apontam que para acompanhar mais de 1 milhão de crianças, 57 mil gestantes e 845 mil famílias, a organização mobiliza 172 mil voluntários sendo que destes 94 mil são líderes para atuar em 3.600 municípios e 31.416 comunidades. O trabalho voluntário realizado nas comunidades é exercido principalmente por mulheres (os dados da instituição apontam que apenas 11,8% dos líderes voluntários são homens).

Tabela 1 – Líderes voluntários por estado 2007 - 2012

Estado	Capacitadas	Atualizadas
AC	1.463	891
AL	1.796	1.130
AM	2.537	263
AP	716	199
BA	9.756	8.148
CE	7.906	3.472
DF	534	440
ES	2.733	2.431
GO	3.301	2.062
MA	4.850	3.741
MG	13.445	12.815
MS	1.625	999
MT	3.521	1.878
PA	8.445	4.097

Estado	Capacitadas	Atualizadas
PB	3.343	2.265
PE	7.756	3.432
PI	2.425	1.961
PR	12.341	10.036
RJ	4.851	4.271
RN	2.360	1.482
RO	2.361	879
RR	263	117
RS	5.345	4.096
SC	3.730	2.222
SE	1.888	1.020
SP	12.778	13.189
TO	1.328	788
Total Geral	123.361	89.814

Fonte: Imagem retirada do *site* da Pastoral da Criança

O trabalho das líderes, por exemplo, fundamenta-se a partir da metodologia de ação da Igreja Católica: ver, julgar e agir (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015c, p. 10-18). O momento “ver” é o olhar para a realidade com o intuito de (re)conhecê-la. Para isto, o leigo

deve estar inserido na própria realidade a ser observada. Trata-se de uma ação individual, na qual o que se pretende é a identificação de um problema a partir de percepções sensoriais. Já o “julgar” é o momento em que se pretende refletir com base em valores cristãos sobre a realidade observada. Esta ação a ser realizada pelo leigo é caracterizada como consciente e, ao mesmo tempo, é considerada uma ação tipicamente evangelizadora. Por último, o “agir” é caracterizado como a busca pela transformação da realidade analisada. Para isto, o leigo é munido de autoridade para decidir sobre as ações a serem cumpridas na sua comunidade. (MAIA, 2015, p. 74-75). Segundo José do Nascimento (2006), a Pastoral da Criança fez uma releitura do método e usou de criatividade para aplicá-lo com vista a atender as necessidades das comunidades pobres (NASCIMENTO, 2006, p. 95). Desta forma, ampliou o método com a presença de mais duas ações: avaliar e celebrar.

Na Pastoral da Criança, o conjunto de ações é apresentado em determinadas atitudes que visam materializar as ações sinalizadas por cada verbo. A primeira ação, “ver”, proposta pelo método, consiste em observar o meio onde vivem as crianças, gestantes e famílias. Trata-se do momento em que se busca apreender a realidade a partir dos fatos observados pelos olhos das líderes. Para tornar legível o processo de verificação da realidade, a organização afirma utilizar o Caderno do Líder e a FABS. Nestes materiais, as líderes são orientadas a registrar o que acontece com as crianças e gestantes que acompanham. É desta forma que a organização, por meio do olhar e anotações das voluntárias, almeja ter acesso ao que chama de “situação de vida” das famílias acompanhadas, apresentada na forma de dados mensuráveis reproduzidos em relatórios trimestrais e anuais.

A segunda ação consiste no ato de “julgar”. Nesta ação, a organização afirma comparar a realidade apresentada em documentos com um tipo de realidade que se deseja alcançar, que supõe o “desenvolvimento integral” das crianças. É o momento em que o registro das crianças e gestantes apresentadas pelas líderes é analisado. Para “julgar”, a organização afirma fazer uso de alguns recursos de caráter religioso para refletir sobre a tomada de decisão de suas ações com o objetivo de construir o público-alvo e o local para quem direciona suas ações. A Bíblia é descrita como uma das ferramentas utilizadas pela organização para buscar explicações espirituais com o intuito de fundamentar o trabalho nas comunidades. Além disso, utiliza alguns documentos institucionais (FABS) para sinalizar as ações a serem tomadas nas comunidades, permitindo o registro dos atores, a identificação do problema e o planejamento das ações com vista a intervir na realidade.

A terceira ação, “agir”, diz respeito ao ato de colocar em prática o planejamento evidenciado na etapa anterior. Para “agir”, a Pastoral da Criança concede prioridade à

distribuição de materiais educativos básicos, capacitação de líderes e cadastramento de comunidades.

Já no momento de “planejar”, a organização afirma utilizar as informações das crianças e gestantes registradas em documentos institucionais para atuar nas comunidades. A partir da análise do histórico da chamada “situação de vida” das crianças e gestantes, afirma elaborar maneiras para atender às necessidades de cada beneficiário. Por fim, o ato de “celebrar” consiste na comemoração dos resultados apresentados nos documentos e na formação de novas lideranças para atuar nas comunidades.

2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PASTORAL DA CRIANÇA

A Pastoral da Criança se apresenta como uma sociedade civil de direito privado, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos. Na época em que realizei a pesquisa, o Estatuto da Pastoral da Criança que estava em vigência havia sido registrado em 31 de agosto de 2015 e o seu Regimento Interno em 21 de maio de 2014 (PASTORAL DA CRIANÇA, 1995).

O estatuto dispõe que as ações da Pastoral da Criança devem se submeter à Comissão Episcopal que a CNBB designar. A escolha das ações passa por um complexo processo de negociações e votações em diferentes níveis de sua estrutura, para no fim ser avaliada pela CNBB. Alguns artigos do estatuto mostram como este órgão atua na organização:

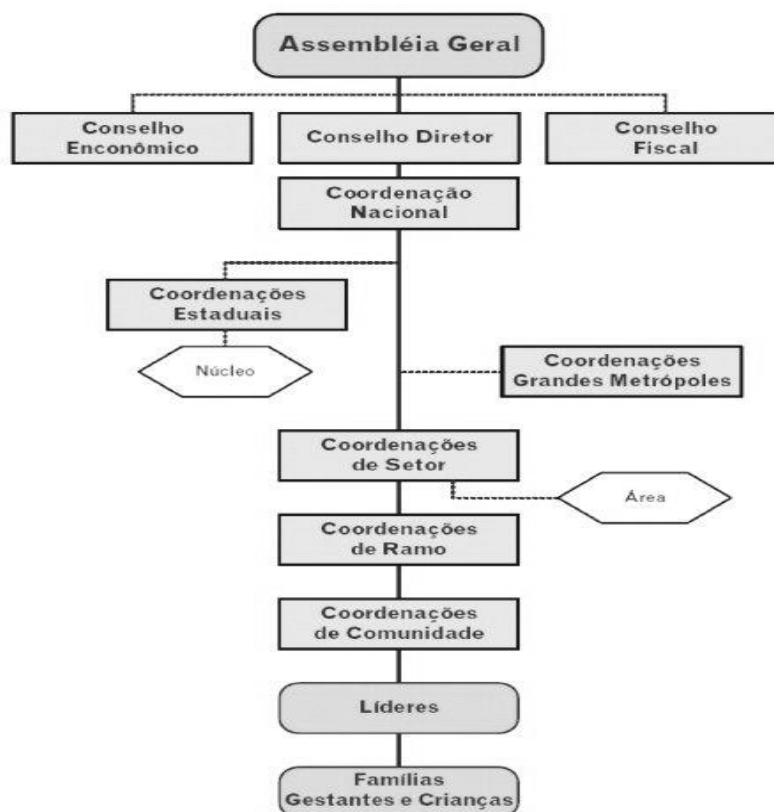
Parágrafo único. Para ter valor jurídico, o Estatuto da Pastoral da Criança, e as modificações que lhes forem feitas, devem ser aprovadas pela CNBB.

§ 5º Pode a CNBB, por motivo de falta grave, intervir no Conselho Diretor, afastando qualquer membro, temporária ou definitivamente.

§ 3º O Diretor Pastoral será sempre um membro efetivo da CNBB. Este será indicado, através de lista tríplice, pela Assembleia Geral da Pastoral da Criança, à CNBB, que escolhe e ratifica um dos nomes (PASTORAL DA CRIANÇA, 1995).

A organização é estruturada em diferentes coordenações: coordenação de comunidade, coordenação de ramo, coordenação de setor, coordenação estadual e coordenação nacional. Quanto mais próximo estiverem as coordenações da Assembleia Geral, posicionada no topo da hierarquia da Pastoral da Criança, maior serão suas responsabilidades administrativas burocráticas. O esquema abaixo é uma ilustração elaborada pela própria organização e demonstra a posição ocupada por cada um deles:

Figura 5 - Organograma da Pastoral da Criança.



Fonte: Imagem elaborada pelo *site* da Pastoral da Criança (2015).

Segundo o estatuto da organização, participam da Assembleia Geral o Conselho Diretor, os representantes estaduais das dioceses, os representantes da Associação Nacional dos Amigos da Pastoral da Criança (ANAPAC, 2015)¹⁴ e os representantes de entidades. Nenhum deles recebe remuneração por seus ofícios. Conforme o Art. 17 do referido estatuto (PASTORAL DA CRIANÇA, 1995) os componentes da Assembleia Geral exercem a função de avaliar o trabalho da Pastoral, aprovar contas das atividades desenvolvidas, prever orçamento para as atividades posteriores e criar estudos e programas de ação que possibilitem a efetivação dos objetivos institucionais. Além disso, cumprem a função de aprovar o estatuto e o regimento interno da própria instituição. É também este órgão responsável por eleger os seus representantes, como: o Conselho Diretor, o Conselho Fiscal, e possui autoridade para sancionar o Conselho Econômico. Em caso de conflitos ou faltas cometidas por um de seus

¹⁴ A ANAPAC é uma entidade beneficente de natureza civil, sem fins econômicos. O objetivo desta associação é dar apoio técnico e financeiro aos trabalhos da Pastoral da Criança (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015a).

representantes, tem o poder de destituir os seus ocupantes e de tratar da dissolução da própria organização (PASTORAL DA CRIANÇA, 1995).

Abaixo da Assembleia Geral, há três conselhos vinculados e subordinados diretamente a ela desempenhando funções estratégicas de gestão e de articulação dentro da instituição: o Conselho Diretor, o Conselho Econômico e o Conselho Fiscal. O Conselho Diretor é composto pelo presidente, pelo diretor da Pastoral da Criança, por um secretário, um tesoureiro e por dois suplentes. O Conselho Econômico é composto pelo presidente do Conselho Diretor e três peritos, responsáveis por acompanhar a administração patrimonial, financeira e econômica da organização. Já o Conselho Fiscal é representado por três titulares e três suplentes com habilidades administrativas, responsável pela emissão de pareceres da administração financeira e patrimonial da Entidade.

A Coordenação Nacional é representada por uma pessoa escolhida pelo Conselho Diretor da organização, eleita em Assembleia Geral e ratificada pela CNBB. Segundo o Estatuto da Pastoral da Criança, a Coordenação Nacional é responsável por “captar recursos, estabelecer parcerias, assinar convênios ou contratos para a execução de seus programas e atividades” (PASTORAL DA CRIANÇA, 1995). É por meio dela que os recursos monetários (ou não) são angariados e iniciam seu percurso na instituição, sendo repassados para as demais coordenações até chegarem às comunidades e serem convertidos em ações.

Essa coordenação assume o papel de estabelecer as diretrizes dos projetos e programas de ação da organização. Nessa instância ocorre a elaboração de metodologias e materiais a serem utilizados nos trabalhos voluntários, estando a ela vinculadas as equipes compostas por especialistas em saúde, educação, comunicação, administração e evangelização.

Abaixo da Coordenação Nacional aparece a Coordenação Estadual, responsável por administrar as atividades da organização nos estados. Os representantes destas coordenações são escolhidos pelos representantes da Coordenação Nacional e de Setor (ou diocese). Sua aprovação deve ser ratificada pelo bispo, o qual lidera a Pastoral da Criança no estado. De modo geral, os representantes dessa coordenação cumprem a função de promover eventos, estabelecer parcerias com o intuito de conquistar recursos para custear as ações da Pastoral da Criança. Além disso, é responsável por movimentar e prestar contas dos recursos financeiros recebidos e por representar a Pastoral nos conselhos de políticas públicas e pastorais.

Logo abaixo desta coordenação encontra-se a Coordenação de Setor, cujos representantes são escolhidos pelos coordenadores de ramo (ou paróquia), aprovados pelo bispo diocesano. É função dos representantes repassarem os recursos financeiros para os

ramos e mensalmente prestar contas dos mesmos. Além disso, os coordenadores devem prestar apoio ao trabalho dos líderes no cumprimento de sua missão junto às famílias.

Já na Coordenação de Ramo, os representantes são escolhidos pelos líderes comunitários, que devem ser aprovados pelo pároco local. Os coordenadores de ramo são responsáveis por dar suporte aos líderes das comunidades que participam do seu ramo. Suas principais funções podem ser resumidas em: providenciar a formação continuada das líderes; visitar as famílias; revisar e enviar as FABS; intervir em casos de não produção dos documentos esperados pela Pastoral; prestar contas mensalmente dos recursos repassados ao seu setor.

Por fim, na base da estrutural organizacional, aparece a Coordenação de Comunidade, responsável por acompanhar as atividades das líderes na comunidade que representam. O coordenador é escolhido pelas líderes voluntárias de uma comunidade. Na base de sustentação desta estrutura, encontram-se posicionadas, de um lado, as líderes, e do outro, as famílias, as gestantes e as crianças. Os dois últimos níveis desta estrutura especificam as pessoas para quem a Pastoral da Criança desenvolve seus projetos e programas de ação.

2.2 TRANSPARÊNCIA

Ao contextualizar o papel da Igreja Católica para enfrentar as novas demandas dos problemas sociais apresentados no país, as ações de caridade aos poucos se transformaram em modelos filantrópicos e a Igreja passou a aderir a novos signos como “direitos sociais, associativismo, justiça, etc.” (QUIROGA, 2007, p. 117-118).

Segundo Ana Maria Quiroga (2007), nessa transição, a articulação da Igreja Católica em iniciativas de ação social acarretou numa maior presença pública desta entidade na resolução de soluções para problemas sociais de ordens distintas e promoção de cidadania direcionada à população menos favorecida. Tal situação ampliou o seu espaço de atuação no campo das políticas públicas para além das fronteiras institucionais e tornou possível iniciativas de conexão com parceiros governamentais e sociedade civil.

Rodrigo Horochovski (2000, p.63-97) aponta que as decisões que orientam as ações e discurso da Pastoral da Criança são voltadas à promoção social, característica típica de organizações que participam do terceiro setor. Para isto, afirma que a organização mobiliza uma série de recursos (econômicos, técnicos, humanos e simbólicos) e mecanismos

estratégicos para ampliar sua atuação e, com isto, conquistar sua legitimidade: “manter-se significa institucionalizar-se”, aponta o autor. Dessa forma, pode-se dizer que a organização, por não estar completamente fora da esfera pública e por não ter como fim o lucro, encontra-se posicionada no “terceiro setor”¹⁵.

A partir da década de oitenta, a saúde e nutrição das crianças melhoraram com os programas voltados para elas, entre eles os desenvolvidos pela Pastoral da Criança. A ação desta organização se mostrou um fator importante de redução da mortalidade infantil dentro e fora do país e, aos poucos, a organização passou a ganhar prestígio e reconhecimento nacional e internacional pelos serviços prestados às crianças ao longo de sua trajetória. Em 1991, o UNICEF premiou a organização pelo melhor serviço de saúde e nutrição no Brasil. Já a Universidade Federal de Pelotas (RS) realizou estudos que mostram que o trabalho da organização contribuiu para reduzir a mortalidade infantil.

Como destacado, a Pastoral da Criança construiu a sua legitimidade social em torno da reconhecida atuação da Igreja Católica no campo social e assistencial (Novaes, 2007, p. 52). Ao longo da história da Pastoral da Criança, de modo a sustentar e ampliar sua atuação, passou a adotar instrumentos, normas e procedimentos de transparência sistematizados pelo ordenamento jurídico brasileiro. Tal aproximação com o quadro normativo das ONGs pode ser elucidada por Burity (2007) que, em artigo intitulado *Organizações religiosas e ações sociais: Entre as políticas públicas e a sociedade civil*, explica ser esta posição motivada pela ampliação da legitimidade de parcerias entre organizações religiosas com os órgãos governamentais estabelecida nos anos de 1990.

Na visão de Quiroga (2007, p. 174), a prestação de contas é considerada uma etapa importante no processo de construção de legitimidade institucional das organizações sociais. Este suporte técnico é apresentado como fator preponderante para o desenvolvimento das atividades sociais destas organizações, pois acredita que, ao aderir a uma “transparência estratégica”, seja possível que o público avalie de forma mais detalhada o desempenho social da instituição.

Num dos *links* denominado Portal Transparência, disponibilizado no *site* da organização, é possível ter acesso a um conjunto de informações e documentos que tratam de

¹⁵ O termo terceiro setor está vinculado a uma noção ampla que inclui as experiências do trabalho voluntário desempenhado por cidadãos ou instituições, que doam coisas por inúmeras razões a favor de determinadas causas sociais. Por conta disso, é uma expressão muito difícil de ser caracterizada tanto teoricamente quanto empiricamente, pois o uso popular deste termo coloca no mesmo campo todas as organizações sem fins lucrativos que existem no Brasil, como as igrejas, os sindicatos, etc. De acordo com a legislação nacional, uma das características destas entidades é a não distribuição de lucro. No entanto, como possuem diferentes práticas e missões, torna-se difícil definir um conceito preciso para esta categoria.

sua regulação, tais como: cópia do Estatuto Social atualizado da entidade; Lei de Acesso à Informação; relação nominal atualizada dos dirigentes; cópia integral dos convênios; contratos; termos de parcerias; relatórios finais de prestação de contas.

Parte dos elementos citados acima obedece aos critérios estabelecidos pelo Novo Código Civil Brasileiro, legislação responsável por criar as organizações da sociedade civil de interesse público. O Novo Código Civil (BRASIL, 2002) trouxe mudanças nas regras estatutárias das associações¹⁶ levando a Pastoral da Criança a atualizar seu estatuto em conformidade com a nova lei. No estatuto próprio da entidade é possível visualizar a presença das disposições estatutárias recomendadas pelo Código Civil às associações no Art. 53, tais como: denominação, fins, sede; requisitos para admissão e demissão dos associados; fonte de recursos para sua manutenção; a forma de gestão administrativa, etc.

Além de cumprir as obrigações citadas no Código Civil, a Pastoral encontra-se subordinada a Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2012). Esta lei é aplicada às entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos para a realização de suas atividades, mediante termo de parceria, convênios, acordos, ajustes, etc. A lei referida neste parágrafo ainda prevê que os recursos públicos recebidos pela instituição sejam informados publicamente. Para isto, a Pastoral da Criança segue uma série de normas e procedimentos internos de prestações de contas.

De tempos em tempos, para completar as informações de sua gestão administrativa, realiza auditorias internas, presta informações de suas atividades institucionais e financeiras, indica as fontes de receita e despesa da organização e demonstra o cumprimento de suas obrigações legais. Possui um sistema próprio de informação de prestação de contas sobre as atividades realizadas e recursos gastos com elas, conforme orienta a legislação brasileira. Os chamados dados financeiros de gerais da entidade podem ser acessados no seu próprio *site*. Entre eles, constam: o relatório de auditores independentes, as demonstrações contábeis e financeiras, o gráfico de aplicação de recursos, o gráfico de fontes de recursos, o relatório anual de atividades, a previsão orçamentária e o relatório de auditores independentes de anos anteriores.

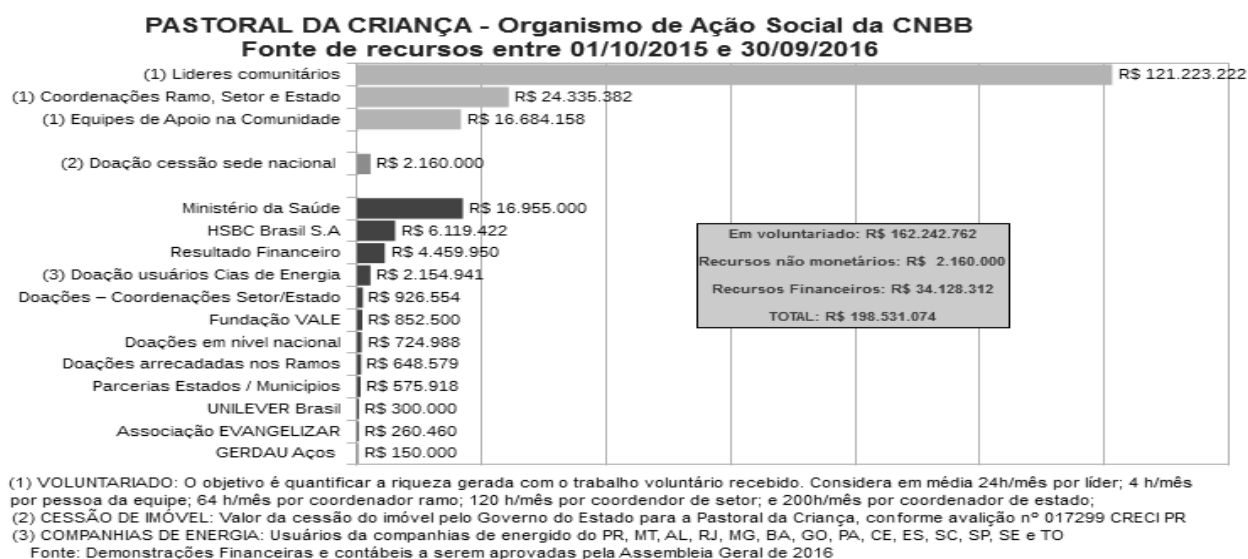
Ao observar as informações presentes no *site* da organização, é possível perceber que os mecanismos de transparência criados pela Pastoral da Criança são voltados para seus parceiros, autoridades competentes e público em geral. Com isto, a organização consegue

¹⁶ O Código Civil brasileiro reconhece seis pessoas jurídicas de direito privado, são eles: as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada. Comumente as denominadas associações, grupo de pessoas que se unem para fins não econômicos, se intitulam como “sociedades civis”, como é o caso da Pastoral da Criança (BRASIL, 2002).

adotar uma abordagem considerada “inovadora” de “transparência estratégica” e atingir um público mais amplo (QUIROGA, 2007, p. 174). Estas informações podem ser acessadas no Sistema de Informações da Entidade¹⁷, havendo a opção de escolher o relatório desejado, além de ter acesso à lista de envio de recursos para as coordenações que fazem parte da sua estrutura, o valor gasto com cada criança em cada ramo e as prestações de contas apresentadas por suas coordenações.

As doações destinadas à Pastoral da Criança emergem por seis vias de acesso. São elas: depósito em conta corrente, doação através de débito em cartão de crédito, pagamento de boleto bancário, doação mensal pela conta de luz, dedução do imposto de renda e doação de equipamentos. O gráfico abaixo referente ao ano de 2015 e 2016 mostra detalhadamente os valores que a instituição recebe de seus doadores.

Gráfico 1- Fonte de Recursos da Pastoral da Criança entre 01/10/2015 e 30/09/2016



Fonte: Imagem retirado do *site* da Pastoral da Criança.

Conforme informações no *site* da organização, os depósitos realizados em conta corrente, cartão de crédito e boleto bancário são considerados doações livres, podendo ser direcionadas pela Coordenação Nacional desta organização para o desenvolvimento de atividades diversas, que podem incluir: doações para o Museu da Vida, doações para as atividades nas comunidades e doações para o processo de beatificação da Dra. Zilda Arns

¹⁷ Sistema de Informação da Criança. Disponível em: <<http://si.pastoraldacrianca.org.br/pastcri-prg/>> Acesso em 20 Out. 2017.

Neumann. Já a doação efetuada através da conta de luz¹⁸ é executada por um convênio estabelecido entre as Companhias de Energia Elétrica e a Pastoral da Criança.

O valor arrecadado na campanha de luz é direcionado para o suprimento das atividades da organização nas comunidades. A doação feita por dedução do Imposto de Renda é realizada por pessoa física, sendo o valor arrecadado, neste caso, direcionado ao Museu da Vida através da Lei Rouanet. As doações de equipamentos (computadores, balança, estadiômetro e outros materiais) podem ser realizadas por qualquer pessoa ou instituição diretamente à Pastoral da Criança.

Na sua página da *web*, a organização demonstra como desenvolve suas atividades respaldadas na lei. Nos contratos estabelecidos com os parceiros da Pastoral da Criança, é possível observar que a organização mantém uma linguagem técnica com seus financiadores. Em relação aos convênios, a organização obedece à legislação federal e coloca em prática o Decreto 6.170/07¹⁹ (BRASIL, 2007) e Portaria Interministerial 127/0²⁰ (BRASIL, 2008).

A organização torna públicos os resultados, suas ações, os indicadores e as demonstrações financeiras²¹ com o intuito de auxiliar as coordenações e os seus parceiros a atuarem de forma mais estratégica junto à população. Isso pode explicar o motivo das renovações de convênios estabelecidos com alguns órgãos públicos. No ano de 2013, por exemplo, a Secretaria Estadual da Saúde renovou o convênio no valor de R\$ 1 milhão com a Pastoral da Criança, motivada pelo reconhecimento de suas ações às crianças e famílias pobres em território brasileiro. Em 2015, o Ministério de Saúde também renovou o convênio por dois anos no valor de R\$ 67.766.700,00 (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015d).

A Pastoral da Criança justifica sua definição de transparência utilizando critérios presentes no texto bíblico. A primeira frase que aparece no chamado portal transparência foi retirada da Bíblia e traz luz para entender o que significa a palavra transparência para a organização: “Nada há de escondido que não venha a ser descoberto; e nada acontece em segredo que não venha a se tornar público” (Mc, 4:22). O sentido dado pela organização ao termo transparência parece ser algo mais do que a realização bem elaborada de uma prestação

¹⁸ Os apoiadores desta campanha preenchem um cartão de contribuição e doam um determinado valor para esta entidade, este valor é somado à conta de luz dos contribuintes. (Pastoral da Criança, 2015a).

¹⁹ O Decreto 6.170/07 informa as normas para a transferência de recursos entre órgãos e entidades públicas federais e entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para o desenvolvimento de suas atividades e projetos.

²⁰ O Art. 1º informa que esta Portaria tem a função de regular os convênios, os contratos celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades.

²¹ Nas demonstrações contábeis da Pastoral da Criança está incluído o seu balanço patrimonial anual.

de contas; relaciona-se com um tipo de moral cristã adotada pela organização. Na Bíblia a prática de ações consideradas ambiciosas e voltadas para os enganos da riqueza são condenadas por Deus; alinhada ao discurso da Igreja Católica, a Pastoral da Criança busca esclarecer como administra tecnicamente os recursos que recebem, a partir de uma moralidade cristã.

Horochovski (2000) realizou um estudo sociológico na Pastoral da Criança e buscou compreender as estratégias que esta entidade utiliza para se tornar uma das maiores organizações não governamentais do Brasil. Na sua visão, esta entidade se tornou referência para outras ONGs justamente porque desenvolveu determinadas estratégias de mobilização de recursos (materiais e simbólicos). O fato de pertencer à Igreja Católica, conforme lembra o autor, a torna uma instituição que desfruta de vantagem logística em relação às outras ONGs. Este seria o motivo pelo qual a entidade atrai um grande número de voluntários²².

O estudo realizado por Horochovski é especialmente direcionado a entender o modo pelo qual a Pastoral da Criança organiza suas estratégias de legitimação no espaço social. O autor verificou que na região da sede nacional da organização, os voluntários carecem de entendimento mais substancial sobre o significado, objetivos e propostas da organização. Na percepção dele, este tipo de problema não é capaz de ser solucionado com informativos impressos, capacitações e reuniões, pois este tipo de medida sugere orientações hierarquizadas, que emergem de cima para baixo, prontas para serem absorvidas pelos líderes. Neste caso, seria preciso maior participação das coordenações de base. O autor sugere que as líderes participem das decisões tomadas pela organização, para que essas flexibilizem “o monopólio da coalizão dominante e das autoridades eclesiais” (HOROCHOVSKI, 2000, p. 159).

A análise dos dados apresentados nesta parte do texto aponta para como as ações na organização se configuram. No entanto, cabe investigar de que forma as diretrizes da organização são administradas pelas voluntárias que se localizam nas coordenações de base da organização. Porém, antes de prosseguir para a descrição das ações da organização na comunidade, apresentarei o planejamento de tais ações inscritas nos documentos oficiais.

²² As voluntárias são consideradas pela Pastoral da Criança como os seus maiores “parceiros”. Pois, segundo informações institucionais, caso cada um deles fosse remunerado com o valor de um salário mínimo, a entidade teria que investir anualmente valor de 110 milhões, despesa maior do que os recursos que arrecada. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015a).

3 MATERIAIS EDUCATIVOS DA PASTORAL DA CRIANÇA

A utilização de materiais educativos impressos da área de saúde é prática comum na Pastoral da Criança. A partir de sua leitura, é possível perceber como ocorre a veiculação de determinadas concepções de saúde materno-infantil e direitos básicos. Além disso, a descrição destes materiais permite acessar a metodologia utilizada pela organização no processo de ensino-aprendizagem, compreender a composição dos conteúdos voltados para saúde, educação e cidadania e os critérios utilizados para que determinadas pessoas participem das atividades de acompanhamento. Por isso, tornou-se importante, neste capítulo, apresentar algumas categorias presentes nos documentos oficiais que norteiam os projetos e programas de ação da organização.

3.1 QUEM SÃO AS LÍDERES E OS BENEFICIÁRIOS?

Em vários documentos produzidos pela instituição é possível observar para quem a organização direciona suas ações. Na página da *web* da Pastoral da Criança aparece a imagem de duas crianças sorridentes, abraçadas, posicionadas numa rua de terra, vestidas informalmente com calção, aparentando ter idade abaixo de seis anos. Atrás do retrato das duas crianças é possível visualizar a comunidade onde estão localizadas, bem como alguns de seus moradores. A comunidade que aparece nesta imagem remete o leitor ao resistente estereótipo de favela, caracterizada por “barracos feitos de tábuas, esgoto a céu aberto, ruas enlameadas e cheias de sujeira” (ALVITO, 2001, p. 49), registrada, *grosso modo*, como áreas que contêm habitações irregulares, sem arruamentos e sem plano de urbanização.

Figura 6- Crianças numa comunidade.



Fonte: Imagem retirada do *site* da Pastoral da Criança – 1995.

Ao lado desta imagem um pequeno texto revela no que consiste o trabalho da Pastoral da Criança:

A Pastoral da Criança, organismo de ação social da CNBB, alicerça sua atuação na organização da comunidade e na capacitação de líderes voluntários que ali vivem e assumem a tarefa de orientar e acompanhar as famílias vizinhas em ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania tendo como objetivo o "desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político" (PASTORAL DA CRIANÇA, 1995).

Com o objetivo de proporcionar o que chama de desenvolvimento integral das crianças a organização adota um conjunto de mecanismos de intervenção, direcionando o campo de sua atuação para as comunidades e formação de líderes. No Art. 4º do Estatuto da Pastoral da Criança os beneficiários das ações da instituição são apresentados como as gestantes, crianças e suas famílias. Neste documento, as lideranças comunitárias são também apresentadas como beneficiárias das ações sociais da instituição (PASTORAL DA CRIANÇA, 1995). Porém, o que as diferencia dos outros beneficiários é a qualificação que adquirem no curso de capacitação do líder.

No Guia do Líder é possível ler o seguinte: “Para aprender, as pessoas precisam do auxílio de outras pessoas, pois antes de fazer qualquer coisa por conta própria, é necessário aprender com alguém e/ou por meio de livros, instruções etc.” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015d, p. 3). A capacitação consiste em um curso preparatório concedido gratuitamente tendo por intuito difundir um tipo de conhecimento voltado aos cuidados na saúde materno-infantil. Ser capacitado significa ter posse de um conhecimento específico necessário para o “bom desenvolvimento infantil” e deve ser compartilhado com os mais necessitados, ou seja, aqueles que não usufruem de tal conhecimento, e que, por consequência merecem ser acompanhados (*idem*, p. 13). As líderes são assim ensinadas a acompanhar e avaliar o desenvolvimento infantil a partir de indicadores diversos (tais como: vacinações de crianças e gestantes, monitorização do crescimento das crianças, etc.) respaldadas em conhecimentos e práticas aceitos pelos profissionais da área de saúde, Federação Brasileira da Associação de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO) e a Sociedade Brasileira de Patologia (SBP).

Este é um dos recursos técnicos que transformam pessoas, que por sua vez, serão reconhecidas socialmente como líderes. A qualificação de líder apresenta-se, assim, como mecanismo de produção de diferenças hierárquicas entre as voluntárias e famílias acompanhadas, um “outro” considerado necessitado. Cabe notar que esta classificação não é

algo que exclui algumas líderes de participar como beneficiárias das ações de acompanhamento por parte da Pastoral da Criança. O “outro” não é alguém que não possa se movimentar entre a dualidade das categorias institucionais (voluntária e acompanhado). ao contrário, há relativa flexibilidade entre as duas categorias. Todavia, para que os moradores de uma comunidade possam se deslocar entre elas é necessário que adquiram o título de liderança alcançado no curso de capacitação, ainda que se enquadrem nas condições que a organização entende como precárias.

O curso preparatório é dividido em duas partes. Cada uma delas contém oito etapas. O tempo de cada curso foi planejado para ser desenvolvido em média por três horas e 30 minutos, um total de 28 horas. A capacitação completa é prevista para totalizar 56 horas. O curso foi pensado para ser aplicado num grupo de 15 participantes. Ao concluir o curso, os participantes são considerados aptos a desenvolver a ação de acompanhamento.

Durante o treinamento, as voluntárias são ensinadas a preparar misturas simples como, por exemplo, o soro caseiro, que cumpre a função de hidratar o organismo humano. Na maioria dos casos, segundo a organização, estes são os únicos recursos acessíveis a algumas famílias no processo de cura de enfermidades. No *site* da organização é dito que as líderes em missão são ensinadas a compartilhar, no contexto familiar, saberes relativos ao aleitamento materno, gestação, higiene e cuidados com a saúde. Além disso, no contato com as famílias, são orientadas a dividir seus conhecimentos e experiências sobre relacionamento familiar e práticas que integram seu *ethos* religioso:

Quando a criança é tratada com amor e respeito, vê bons exemplos em casa e na comunidade, desenvolve atitudes e valores importantes para uma convivência verdadeira com as outras pessoas, como o perdão, a solidariedade, a gentileza, o respeito e a honestidade (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015c, p. 265).

Do ponto de vista institucional, qualquer pessoa pode se tornar um líder, desde que seja qualificado para isto. No discurso institucional a capacitação do líder é descrita como a porta de entrada para o trabalho voluntário:

Formar voluntários para acompanhar gestantes e crianças de zero a seis anos de idade nas comunidades onde moram, por meio do estudo do Guia do Líder da Pastoral da Criança - Ações Básicas de Saúde, Nutrição, Educação e Cidadania que forma a base de todo o trabalho da Pastoral da Criança. (Orientações para capacitadores e multiplicadores do Guia do Líder 2015 (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015c, p. 8).

Os ensinamentos adquiridos no curso tornam-se especiais, uma vez que são recursos capazes de salvar vidas. Segundo Zilda Arns, o trabalho da Pastoral da Criança ajudou a reduzir a mortalidade infantil no país e cita o exemplo de Florestópolis, cidade onde a mortalidade, que era de 127 mil antes do trabalho da organização iniciar, foi reduzida para 28 mil após sua implementação. Este índice foi responsável por chamar a atenção do UNICEF, uma das maiores organizações que atua na área da infância e adolescência para a importância do trabalho realizado pela Pastoral da Criança (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015d). Neste sentido, as líderes ocupam lugar estratégico na Pastoral da criança e são consideradas a base do trabalho desenvolvido pela organização nas comunidades.

A noção de liderança presente no trabalho voluntário desta instituição é apresentada da seguinte maneira: “Seu trabalho, como Jesus fez, é para com os mais necessitados. Procura atuar, principalmente, junto às famílias mais pobres, que enfrentam maiores dificuldades por viver em condições muito difíceis” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015c, p. 13). Neste caso, para se tornar líder, a pessoa precisaria assumir uma obrigação que permeia o campo espiritual, em que prevalece uma determinada lógica da troca, onde dar é mais valioso do que receber, pois segundo as escrituras bíblicas “há maior felicidade em dar do que em receber” (BÍBLIA, 1990, p. 1424; Atos 20:35).

A manifestação do desinteresse econômico por parte das líderes foi analisada por Anjos (2008), que buscou compreender o envolvimento de um grupo expressivo de liderança feminina com base em suas retribuições. Na visão da autora, no trabalho caritativo feminino torna-se relevante a conquista de retribuições que permeiam o campo do reconhecimento, prestígio e poder de transformação. Neste sentido, pode-se dizer que ser uma líder na Pastoral da Criança é agir na comunidade a favor do próximo e conquistar reconhecimento social por seu trabalho.

A ação da organização em torno do que chama de acompanhamento envolve uma série de medidas na área de prevenção de doenças (pré-natal, aleitamento materno, acompanhamento do peso), nas visitas, na identificação de sinais de risco na saúde. Para que as famílias possam se apropriar dos ensinamentos socioeducativos, no sentido dado por Nascimento (2006)²³, a organização depende diretamente do trabalho das líderes. Por esta

²³ José do Nascimento (2006, p. 21) em sua tese de doutorado em Educação intitulada *O evangelho segundo a Pastoral da Criança: por uma pedagogia da sobrevivência* explica esse tipo de ação da organização como sendo “[...] extra-escolar e informal, porém intencional, porque há uma consciência por parte de cada Agente Pastoral quanto às tarefas a serem realizadas e os objetivos a alcançar”. Por isso, se preocupa em esclarecer que a ação dita socioeducativa da Pastoral da Criança, por não ser realizada a partir do modelo convencional de escola, se realiza em momentos de convivência social de um modo predominantemente informal.

razão, o modo como elas devem agir nos espaços domiciliares é considerado relevante para o êxito desta ação. Para manter o padrão dos ensinamentos que deseja propagar durante as visitas, a instituição investe na produção de materiais didáticos impressos.

3.2 OS DOCUMENTOS

As estratégias de ação da Pastoral da Criança supõem um entrelaçado social que une líderes, beneficiários, profissionais técnicos da área de saúde e funcionários em torno de ações voltadas para os cuidados materno-infantis. Os documentos que justificam as ações desta organização são confeccionados por equipes de coordenação e profissionais técnicos de saúde a partir do processo de criação dos projetos e programas de ação.

No *site* da instituição é apresentado um conjunto de publicações e suportes para a identificação dos potenciais beneficiários das ações da organização. Estes materiais são entregues às líderes para o desenvolvimento das atividades nas comunidades. Os mesmos são conhecidos pelo nome de Materiais Educativos Básicos, considerados as ferramentas de apoio básico da líder, entre eles: as cartelas de Laços de Amor; as Folhas de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade (FABS); o Caderno do Líder; o Guia do Líder.

Os materiais didáticos são organizados em duas categoriais: instrumento de informações (Guia do Líder, Cartela Laços de Amor) e de registros (Caderno do Líder, FABS, Cartão da Criança). As ferramentas de informação servem para auxiliar as líderes na realização das atividades voluntárias (visita, celebração, reunião). É por meio da leitura desses documentos que elas aprendem a identificar problemas de saúde materno-infantil, a compartilhar informações sobre o cuidado na gestação e na infância e atitudes de prevenção de doenças com o objetivo de evitar mortes infantis. Já as ferramentas de registro funcionam como medida de controle do trabalho das líderes e da vigilância nutricional das crianças nas comunidades.

Segundo Morawska-Vianna (2014), colocar atenção na elaboração dos documentos torna possível extrair “os princípios da engenharia social” responsáveis por definir categoriais presentes nos seus projetos (MORAWSKA-VIANNA, 2014, p. 90). Apoiando-me na afirmação desta autora, e adaptando a noção de “engenharia social” para o contexto da Pastoral da Criança, nesta seção do trabalho, busco evidenciar a perspectiva institucional sobre as ações de acompanhamento nas comunidades. A análise das imagens e explicações

dos documentos utilizados pelas líderes ajuda a elucidar os saberes mobilizados no trabalho da Pastoral da Criança.

3.2.1 Laços de Amor

As cartelas denominadas Laços de Amor contém 15 pequenos folhetos coloridos protegidos por uma capa ilustrada com uma imagem que sugere ser de uma criança recém-nascida envolvida por um coração, simbolizando proteção materna e aludindo ao tipo de cuidado que as mães devem ter com os filhos. Na capa da cartilha há ainda uma mensagem que diz: “Querida... Que a paz, o bem, o amor e a ternura habitem em seu coração. Com carinho...”. A mensagem transmitida sugere uma orientação da organização para que as líderes incentivem as mães a desenvolverem um sentimento de afeto e cuidado para com os seus filhos, o que é reforçado por mensagens específicas a respeito da saúde do feto e da gestante, tais como: “Você é uma fonte rica do amor de Deus! Seu ventre deve ser um templo de saúde, amor e paz para o bebê.”; “Você está mais iluminada, pois carrega no seu ventre uma nova vida!”; “O carinho que o bebê recebe na barriga da mãe é um sinal da doçura, da suavidade e do amor profundo de Deus!”.

Nesse material há um espaço para informações específicas das gestantes, as quais devem ser preenchidas pelas líderes no momento de entrega do documento, conforme cada ciclo mensal de gestação. Além disso, traz algumas orientações destinadas a informar as mulheres sobre o cuidado durante o período de gestação e pós-gestação. Estas orientações tratam de assuntos variados que englobam amamentação, vacinação, consulta Pré-Natal, introdução de alimentos para crianças recém-nascidas, dentre outros.

Destacam-se nesta cartilha as ações de cuidado direcionadas para os primeiros mil dias das crianças, considerada pela Pastoral da Criança como a fase mais importante da infância. Este entendimento encontra-se afinado ao discurso das principais instituições e de políticas públicas de saúde, como a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC). Na leitura deste material informativo é possível ter acesso à seguinte orientação: “Estudos comprovam que o cuidado dedicado nos primeiros 1000 dias do bebê são primordiais para uma vida saudável, mesmo depois de adulto”. Da mesma forma, em publicações da Sociedade Brasileira de Pediatria, é possível perceber a presença deste mesmo discurso: “Os primeiros mil dias vão da concepção até o fim do segundo ano de vida. É um importante período para intervenções que garantam

nutrição e desenvolvimento saudáveis, que trarão benefícios em todo o ciclo de vida” (DA CUNHA, MADEIRO e DE ALMEIDA, 2015, p. 45).

Para os leitores da cartilha, a organização ensina que o trabalho de promoção da vida plena deve ser iniciado desde dentro do útero. A seguinte mensagem evidencia o sentimento de cuidado que a Pastoral da Criança ensina as mães a cultivarem: “Mamãe, cuidando da sua saúde, você está cuidando da minha também. Assim você vai se sentir bem e eu vou nascer bem fortinho!”. A Pastoral da Criança entende, pois, que a saúde e a qualidade de vida do feto dependem do cuidado da mãe e da realização de determinadas atitudes dela, como por exemplo, a realização do pré-natal durante toda a gestação; não fazer uso de fumo, álcool e drogas; ter uma alimentação saudável; respeitar o tempo da criança, aguardando seus sinais para nascer, e ter parto normal.

Figura 7- Laços de Amor



Fonte: Imagem retirada do *site* da Pastoral da Criança (2016).

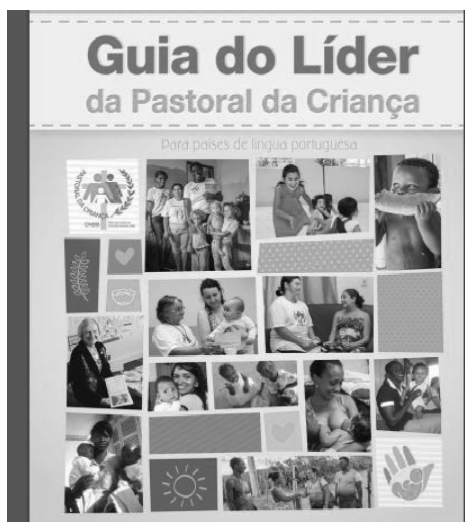
3.2.2 O Guia do Líder

O Guia do Líder é considerado o livro de referência da Pastoral da Criança. O conteúdo foi elaborado por especialistas na área de nutrição, epidemiologia, ginecologia e obstetrícia, além de possuir o apoio de organizações com reconhecimento internacional, como o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Publicado pela primeira vez em 1987, o Guia do Líder, segundo a Pastoral da Criança, é atualizado de tempos em tempos a partir das mudanças que ocorrem nas áreas de saúde, nas leis direcionadas às gestantes e crianças brasileiras e nas sugestões das líderes voluntárias. A organização lançou em 2016 a 16ª edição do livro com 40.000 exemplares. O livro é dividido em dezesseis etapas de capacitação do trabalho voluntário. Nessas divisões, é possível perceber que o conteúdo do livro contém uma série de orientações sobre os cuidados na saúde que se deve ter com as crianças e gestantes, desde o período em que estão sendo geradas no ventre materno até alcançar a idade de cinco anos e 11 meses.

A capa deste livro traz uma série de figuras que representam o cenário de intervenção, os voluntários e as famílias para quem a organização direciona suas ações. Os beneficiários são representados por imagens que sugerem ser de mães, pais e de crianças, algumas de colo e outras aparentando ter menos de seis anos. É interessante observar que, quando reunidas, as imagens de destaque da capa fazem referência ao modelo de família nuclear ocidental tradicional, composta por pai e mãe, a mesma estrutura de família apresentada pela igreja, considerada uma “consequência sagrada do sacramento do matrimônio”, o lugar onde se moldam e reproduzem valores (MORAIS, 1982, p. 163).

Figura 8- Guia do Líder.



Fonte: Imagem retirada do *site* da Pastoral da Criança (2016).

Os agentes são posicionados sempre em momentos de interação numa comunidade. Além disso, as ilustrações presentes na capa do livro revelam alguns cuidados que os voluntários devem ter para com a saúde das crianças, com foco na alimentação e aleitamento materno. Nesta imagem, as voluntárias aparecem vestidas com o uniforme da organização,

portando materiais de registro em suas mãos, rodeada por adultos e crianças. Por sua vez, se reconhece os pais pelo cuidado que demonstram ter com os seus filhos, com destaque para a figura da mãe. Numa das imagens, por exemplo, é possível perceber que o olhar que a mãe direciona à criança, durante a amamentação, evidencia o cuidado e dedicação dos pais para com os filhos, tal como a organização orienta no manual.

Algumas orientações presentes no material didático revelam em quais condições vivem as famílias que se encontram em estado do que chamam de vulnerabilidade: famílias que não participam ativamente da construção dos seus direitos, famílias que não retiram a certidão de nascimento das crianças, famílias que não cuidam da higiene pessoal, etc. Neste caso, a organização constrói a categoria família beneficiária diagnosticando, antes, a existência de um problema. Com isso, orienta suas ações ao justificar que essas famílias merecem a atenção da organização e do Estado. No livro, por exemplo, há uma série de informações que as líderes são orientadas a repassar às famílias a respeito dos direitos básicos na área da educação, saúde e lazer.

A principal ferramenta de orientação da voluntária trata de diversas informações sobre saúde, educação, alimentação, lazer, numa linguagem objetiva e simples. Há inúmeras ilustrações que buscam evidenciar os temas discutidos em cada página: convívio familiar, vacinação, alimentação, fatores de risco na saúde das crianças e gestantes. Além disso, o Guia do Líder traz algumas sugestões sobre como as líderes devem se comportar durante as visitas. No livro, é dada ênfase a um comportamento respeitoso e cordial, no qual as líderes são orientadas a valorizar as famílias, a ouvi-las, a conversar e a observar se as orientações passadas foram de fato colocadas em prática.

3.2.3 O Caderno do Líder

O Caderno do Líder é o material de registro das líderes durante as visitas domiciliares e bem como durante a Celebração de Vida. Pode-se dizer que possui as mesmas funções de um prontuário. Nele devem ser registrados alguns indicadores de saúde de cada criança e gestante. É uma das principais ferramentas escritas de controle da organização, uma vez que permite a organização de dados de crianças e gestantes necessários para a sistematização das ações de acompanhamento realizadas nas comunidades.


Dados mais recentes do ano de 2016 informam que o Caderno do Líder teve quatro edições. A 4ª edição deste material é um caderno amarelo cuja capa apresenta um conjunto de

imagens que representam os principais agentes sociais envolvidos no circuito de doação: as voluntárias e os beneficiários. Embora a instituição afirme que 88,2% das pessoas que trabalham como voluntárias são mulheres, nestas imagens é possível identificar homens usando o uniforme com logomarca da instituição, indicando ser também um voluntário.

O conteúdo deste caderno contém perguntas previamente formuladas pela Pastoral da Criança, que se interessa por saber o peso, a altura, a idade das crianças visitadas, se houve caso de enfermidade, se a criança foi levada ao Serviço de Saúde, etc. Outras perguntas são formuladas especificamente para as gestantes e é por meio delas que a organização passa a ter conhecimento do mês de gestação, da altura uterina, se a mãe fez a consulta pré-natal, se a vacina contra o tétano está em dia, dentre outras coisas de modo a conhecer a condição de saúde-materna infantil da população acompanhada e elaborar ações em favor das crianças e gestantes.

O caderno do líder se divide em quatro partes: 1ª) Folha de Acompanhamento de Criança e da Gestante; 2ª) Registro do não Atendimento de Criança ou Gestante pelo Serviço de Saúde; 3ª) Registro de Mortes; e 4ª) Resumo dos Acompanhamentos em Cada Mês. A primeira é destinada ao cadastro de informações pessoais (nome, endereço, idade, sexo, peso, etc.) e gerais (visitas domiciliares, indicadores de oportunidade e conquistas, dentre outros) das gestantes, crianças e seus familiares. A segunda é reservada para o registro do nome ou sintoma da doença do acompanhado, assim como o motivo do seu não atendimento no SUS. A terceira traz um espaço dedicado para registrar as eventuais mortes dos acompanhados, como: causa da morte, história da morte, data do óbito, etc. Na quarta parte, pede-se a soma dos dados anotados na primeira parte. A figura abaixo mostra o modelo do formulário presente nesta última parte:

Figura 9 - 4ª Parte do Caderno do Líder.



4ª PARTE
RESUMO DOS
ACOMPANHAMENTOS
EM CADA MÊS

Estado: _____
 Setor: _____

A. Mês e ano a que se referem os dados. →		
B. Número de famílias cadastradas		
1. Crianças de 0 a 6 anos incompletos cadastradas pelo líder		
2. Destas crianças cadastradas, quantas são menores de 1 ano?		
3. Crianças de 0 a 6 anos incompletos visitadas no mês		
4. Destas crianças visitadas, quantas são menores de 1 ano?		
5. Crianças que, no mês, completam 6 meses		
6. Destas crianças que completam 6 meses, quantas estão mamando só no peito?		
7. Crianças pesadas no mês		
8. Destas crianças pesadas, quantas aumentaram de peso?		
9. Destas crianças pesadas, quantas estão desnutridas (abaixo da curva -2)?		
10. Destas crianças pesadas, quantas estão com sobrepeso ou obesidade (acima da curva +2)?		
11. Crianças que tiveram diarreia no mês		
12. Destas crianças que tiveram diarreia, quantas tomaram soro e a mãe insistiu com a alimentação durante a diarreia?		
13. Crianças que foram acompanhadas nos indicadores de oportunidades e conquistas		
14. Segundo os indicadores da pergunta 13, quantas crianças estão em situação desfavorável para o seu desenvolvimento (nenhum indicador foi alcançado)?		
15. Crianças que alcançaram todos os indicadores de oportunidades e conquistas		
16. Crianças levadas ao Serviço de Saúde no mês (para vacinação, consulta de rotina ou porque estavam doentes)		
17. Destas crianças levadas ao Serviço de Saúde, quantas foram atendidas?		
18. Crianças com vacinas completas para a idade		
19. Gestantes cadastradas pelo líder		
20. Gestantes visitadas pelo líder no mês		
21. Gestantes que foram ao Serviço de Saúde para consulta Pré-Natal no mês		
22. Gestantes que foram ao Serviço de Saúde para consulta Pré-Natal no mês e que foram atendidas		
23. Gestantes que tiveram sua altura uterina medida na consulta Pré-Natal		
24. Quantas gestantes estão com a curva uterina abaixo do percentil 10?		
25. Quantas gestantes estão com a curva uterina acima do percentil 90?		
26. Gestantes com a vacina contra o tétano em dia		
27. Crianças que nasceram no mês		
28. Destas crianças que nasceram, quantas pesaram menos de 3500 gramas?		
29. Crianças que morreram no mês - menores de 1 ano		
30. Crianças que morreram no mês - de 1 a 6 anos incompletos		

Fonte: Imagem retirada do *site* da Pastoral da Criança (2016).

3.2.4 Folha de acompanhamento e avaliação mensal das ações básicas de saúde e educação na comunidade

O Caderno do Líder é a matéria-prima para a produção da FABS, documento que contém os dados gerais de todas as crianças e gestantes acompanhadas no mês pelas voluntárias numa mesma comunidade (ver anexo 1).

A FABS é impressa num papel branco, proporcionalmente maior do que uma folha de papel A4. Nela importa saber o nome do estado, do setor, do ramo e comunidade que os voluntários e os beneficiários fazem parte. Além disso, são pedidas informações sobre o ano e o mês a que se referem os dados recolhidos na comunidade, o endereço dos beneficiários, o número de famílias cadastradas, o número de crianças cadastradas, além de perguntas que permitem identificar alguns aspectos de saúde, a saber: quantidade de crianças com diarreia, o número de gestantes que estão com o pré-natal em dia, composição familiar dos beneficiários, nome do pai e mãe da criança, etc. Ao preencher o documento, as líderes teriam acesso, portanto, à chamada situação de vida das gestantes e crianças na comunidade.

Este documento é enviado mensalmente à Coordenação Nacional pelas voluntárias. Para elaboração deste documento, as líderes são aconselhadas a se reunir para preenchê-lo na Reunião de Reflexão e Avaliação. As líderes são orientadas para que preencham, antes da reunião, o resumo mensal presente no seu Caderno do Líder, pois é a soma desses dados que serão anotados na FABS, comprovando a efetivação e o alcance do trabalho realizado nas comunidades pelas voluntárias. Ao se reunirem para preencher o documento, podem julgar a situação das famílias por meio dos resultados apresentados mensalmente na FABS. Dessa forma, conseguiriam agir estrategicamente com vista a atuar na realidade apresentada em cada comunidade.

Por fim, a FABS azul é um documento utilizado pelas líderes durante as ações de acompanhamento. A FABS azul por ter algumas perguntas diferentes a respeito do acompanhamento nutricional das crianças, atualiza a FABS preta. Em termos comparativos, é possível perceber que a pergunta “Quantas crianças cadastradas compareceram à Celebração da Vida?”, por exemplo, substitui a pergunta “Crianças pesadas no mês?” na FABS preta. Isso porque a organização passou a considerar o conjunto de atividades (orientações, lanche, orações, brincadeiras, etc) realizadas no dia de celebração mais abrangente do que ter conhecimento apenas da informação do número de crianças pesadas.

3.3 AS CONCEPÇÕES DE SAÚDE MATERNA-INFANTIL

O conjunto de materiais educativos impressos são objetos indispensáveis para o trabalho de acompanhamento nas comunidades. Como sugere Mariza Peirano, os documentos são dinâmicos (2009, p.54). Neles é possível ter acesso a protocolos linguísticos, categoriais de indivíduos, modelos de sociedades, critérios de classificação e concepções de mundo que devem ser analisados de tempos em tempos.

As líderes são as pessoas que devem incorporar as diretrizes de cuidado materno-infantil ditadas pelos projetos e programas de ação da organização. As famílias, por sua vez, recebem as orientações passadas por elas. Segundo Nascimento (2006, p. 126), isso só é possível graças ao registro das ações que torna possível a sistematização do acompanhamento e a avaliação das crianças, pois a descrição dos dados torna os agentes “como objeto descritível, analisável”. Por isso, a análise desses materiais serve para perceber como as concepções de saúde materno-infantil balizam as ações das líderes nas comunidades, e como elas mobilizam tais concepções junto às famílias, tendo em vista as diversas comunidades onde atuam.

O conteúdo desses documentos parece ter sido pensado para simplificar o discurso veiculado por profissionais técnicos, considerando que as voluntárias não precisam ser necessariamente profissionais de saúde. Apesar disso, a Pastoral da Criança requer delas, além de certo tipo de competência para realizar diagnósticos simples (diarreia, desnutrição, etc.), saber ler e escrever: as atividades de acompanhamento que realizam nas comunidades só são reconhecidas institucionalmente na medida em que forem registradas em documentos (Caderno do Líder e FABS).

Os materiais são apresentados numa linguagem popular que, segundo a fundadora da organização, foi um requisito pensado por ela junto com a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, desde o início da formação das primeiras apostilas de materiais educativos aplicadas na cidade de Florestópolis. Assim, as líderes podem absorver de modo resumido o conhecimento técnico a fim de que fossem capazes de compreender o que liam e de passar a informação que recebiam de cada mãe, como por exemplo, saber o que fazer quando o peito da mãe que amamenta fica empedrado e o que a mãe deve fazer quando a criança chora de fome (ARNS, 2003, p.65).

As práticas de saúde, voltadas para as crianças e gestantes, são construídas a partir do momento em que são produzidos dados capazes de informar o desenvolvimento humano

distribuído em etapas, que se inicia na maternidade e se estende às crianças até os seis anos. A noção de cuidado, que aparece nos materiais didáticos impressos, participa das diretrizes dos programas de saúde pública, com vista a alcançar ações de promoção à saúde que envolvam medidas relativamente simples com o objetivo de diminuir a mortalidade infantil, com atenção especial às crianças durante os primeiros mil dias. Além destas concepções de cuidado com a saúde física, é possível observar um tipo de cuidado voltado à saúde espiritual das crianças, gestantes e suas famílias. Noções como o “brincar”, o “perdão”, o “diálogo”, o “amor”, que aparecem no Guia do Líder, permitem observar o tipo de saber que a organização deseja propagar nas comunidades, que integram a noção de desenvolvimento integral das crianças.

A linguagem técnica não foi a única a se destacar nesses documentos, pois junto com ela sobressaiu a mobilização de um saber religioso. Nos materiais educativos impressos, as ações das líderes são conduzidas por princípios cristãos que ordenam os seus atos, amparados por passagens bíblicas. Uma passagem esclarecedora a respeito desta ação aparece no conjunto de ferramentas das líderes: “Assim, Jesus propõe não somente salvar a vida das crianças e cuidar de sua boa nutrição, mas fazer com que elas sejam felizes e capazes de amar em toda sua vida, pois o maior mandamento da Lei de Deus é o amor” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015c, p. 7). O propósito das líderes seria direcionado para um tipo de ação que não se limita ao cuidado físico voltado às crianças e gestantes, mas se estende aos cuidados espirituais. Neste último âmbito, a noção de acompanhamento se amplia para o contexto familiar, no sentido de promover vida em sua integralidade, e isso inclui cuidados na área de saúde, educação, nutrição, cidadania e espiritual.

4 AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO: A VISITA DOMICILIAR

A visita marca o início da aplicação da metodologia de trabalho da Pastoral da Criança. Por isso, neste capítulo, procuro descrever uma sequência de visitas entre líderes e famílias acompanhadas na comunidade Matriz para mostrar como as ações de saúde básica se desenvolvem nos contextos familiares pesquisados. Acredito ser possível ampliar a discussão sobre como essas ações de acompanhamento acontecem nas comunidades.

4.1 A VISITA DOMICILIAR

Na Pastoral da Criança, a visita domiciliar é descrita como uma ação que possibilita as líderes observar as crianças e gestantes no âmbito familiar para propagar noções de cuidado materno-infantil. Por isso, é apresentada no Guia do Líder como uma estratégia de aproximação entre líderes e famílias:

Na Visita Domiciliar, o líder tem a oportunidade de conversar sem pressa com a gestante, os pais e familiares da criança. Com isso, ele pode conhecer melhor a situação de vida e as necessidades das famílias, para poder ajudá-las. Desse modo, ele também ajuda a reforçar laços de confiança e amizade entre eles (PASTORAL DA CRIANÇA, 2016, p. 19).

Para a Pastoral da Criança, o estabelecimento de laços entre líderes e famílias é condição determinante para a efetivação do acompanhamento, pois se entende que, sem a existência de tais laços, não haveria como convencer as famílias a respeito das orientações sobre saúde e qualidade de vida materno-infantil que busca propagar nas comunidades. Aos olhos institucionais, sem a construção de relações entre líderes e famílias não haveria a possibilidade de perpetuar suas ações dentro das unidades domiciliares.

Pode-se dizer que a visita domiciliar se constitui como porta de entrada para que a organização consiga mensurar, por meio do trabalho das líderes, as condições de vida materno-infantil e a propagar nas unidades domésticas das famílias pobres ações de caráter socioeducativo na área de saúde (pré-natal, aleitamento materno, acompanhamento do peso, prevenção de doenças), na vigilância nutricional e na identificação de sinais de risco na saúde. Para que as famílias possam se apropriar de tais ensinamentos, a organização depende

diretamente do trabalho das líderes. Por esta razão, o modo como elas devem agir nos espaços domiciliares é considerado relevante para o êxito desta ação.

Durante as visitas, as líderes além de se basearem nos critérios da organização, para avaliar a situação de cada criança e gestante, tornam-se responsáveis por reavaliar a situação familiar, dando continuidade ao acompanhamento ou mesmo finalizando o trabalho que elas mesmas começaram. A verificação *in loco* pressupõe a condição para que elas consigam classificar as necessidades das famílias. Neste caso, elas são chamadas a colocar em prática os próprios projetos e programas da organização criados a partir de pressupostos que definem, de antemão, quem são os merecedores de suas atenções e quais as ações a serem tomadas junto a esse público.

Embora, em alguns de seus documentos, a Pastoral da Criança faça menção ao modelo de família nuclear, considerada ideal, também concede autonomia para que as líderes exerçam o papel de “produzi-las”, no sentido dado por Laura Zapata (2005). Trata-se de uma atividade complexa, na qual as líderes saem ao encontro das famílias de localidades pobres para recolher e analisar informações, traçar os diferentes perfis familiares e, a partir destas conclusões, delimitar o seu campo de atuação. Elas dão início à fase de visitas domiciliares, etapa de convencimento destas famílias a fazerem parte da ação, devendo estar de acordo com as exigências do programa da Pastoral da Criança. Nos encontros, munidas de ferramentas institucionais (Caderno do Líder, uniforme) as líderes são orientadas a averiguar se os moradores reúnem as características necessárias para serem acompanhados. São elas que constroem a posição de cada membro mediante as normas da instituição e designa suas necessidades. Para isto, as líderes voltam-se para alguns critérios instituídos pela organização para que a família se torne merecedora de suas atenções (crianças abaixo do peso, crianças com diarreia, gestantes sem o pré-natal em dia, mães solteiras, famílias pobres, etc.). Numa missão concomitantemente técnica e religiosa, visam alcançar, dentre os necessitados, os mais necessitados. Cabe analisar como a dimensão religiosa e social que aparece na visita é organizada no processo que envolve a produção de documentos numa comunidade.

Nascimento (2006) compara o trabalho de visita das líderes da Pastoral da Criança com o dos Agentes Comunitários de Saúde e afirma:

A forma como são realizadas as visitas, marca o diferencial do trabalho que a PCr realiza nas comunidades pobres, pois semelhantemente, os Agentes Comunitários de Saúde, do Programa Saúde da Família, que, entretanto, desprovidas da dimensão social e espiritual. O trabalho dos Agentes Comunitários é mais técnico, objetiva investigar todos também efetivam visitas domiciliares os integrantes da família na identificação de doenças, enquanto que os Agentes da PCr focalizam na pessoa da criança na família (NASCIMENTO, 2006, p. 98).

Para o autor, apesar das líderes e dos Agentes Comunitários de Saúde fazerem uso do mesmo procedimento para se aproximar das famílias pobres, os mesmos se realizam de modo diferente. Pois, na sua visão, a visita domiciliar realizada na Pastoral da Criança é uma atividade menos técnica do que a visita realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde. Para o autor, as visitas das líderes ao mesmo tempo em que visam alcançar fins objetivos, que em última instância atuam no combate da mortalidade infantil, por meio de orientações sobre saúde e qualidade de vida materno-infantil, consiste também num trabalho de igreja, no sentido de levar para fora do espaço eclesial a mensagem de evangelização que propõe.

4.2 A CAMINHO DAS CASAS A SEREM VISITADAS

A comunidade Matriz está localizada próxima ao entorno da Igreja Nossa Senhora da Conceição. No dia de visita, encontrei-me com a coordenadora de comunidade, Mara, que estava acompanhada da voluntária Danielly e sua filha, uma criança de 07 anos. Mara é uma mulher de 40 anos, casada, mãe de um filho adolescente, com rosto simpático e sorriso fácil, que faz jus à forma acolhedora que demonstra ter com as pessoas que encontra em seu caminho. Danielly, por sua vez, é uma mulher tímida de 35 anos, casada, dona de casa. Costuma andar sempre acompanhada de um dos seus três filhos nas atividades da organização.

Mara e Danielly haviam programado realizar, naquele dia, visitas a “três mães e sete crianças”. Este foi o modo como se referiram aos acompanhados. Todos eles tinham seus dados registrados no caderno do líder. Após os cumprimentos iniciais, Mara se deslocou apressadamente em direção ao seu carro enquanto eu, Danielly e sua filha a seguimos. A novidade do carro foi observada por Danielly: “Nós vamos de carro hoje? Estamos *chic*”, disse. Segundo Mara, o uso do carro na realização das visitas não é comum entre as líderes. Mas, naquele dia as casas se localizavam em ruas relativamente distantes umas das outras e o uso do automóvel foi assim justificado.

A caminho das casas de uma das famílias, a coordenadora de comunidade passava algumas informações sobre as mães que seriam visitadas naquele dia e sobre o percurso que deveriam seguir para facilitar o deslocamento. Mara decidiu visitar a casa mais próxima da paróquia, lugar onde nos encontramos. Em direção à primeira casa, as duas voluntárias conversavam sobre os assuntos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição e, por vezes,

tentavam me inteirar sobre algumas ações que faziam na comunidade: “O dia de Celebração da Vida é bem animado. Tem a entrega da sopa e muita gente participa. Você vai gostar”, disse Mara.

O envolvimento do Frei Alexandre, uma das autoridades religiosas da Paróquia em questão, nas atividades da Pastoral da Criança, foi mencionado como fundamental para a organização do trabalho voluntário, que segundo as líderes andava um pouco parado por conta de problemas que tiveram com lideranças passadas, assunto que preferiram não comentar. Frei Alexandre foi descrito por elas como a pessoa responsável por reanimar o trabalho da organização nas comunidades, motivando e cobrando dos fiéis participação nas atividades: “Ele está sempre convidando pessoas na paróquia. Na minha casa, todo mundo participa, o filho e o marido”, disse Mara. As duas voluntárias são fiéis católicas, comprometidas moralmente com a paróquia, participando de todas as atividades promovidas por esta entidade.

4.2.1 Lara e Luíza

Numa rua íngreme e de terra, no bairro São Francisco, Mara estacionou o seu carro quase em frente a uma casa de madeira protegida por um pequeno portão de ferro, onde a visita seria realizada. Antes de adentrarmos, a coordenadora da Comunidade Matriz se preocupou em me passar algumas informações a respeito da família acompanhada. A visita seria feita a uma mãe de 22 anos, solteira e também líder voluntária. Lara, como era chamada, havia recentemente concebido uma filha. A jovem mãe residia na casa de seus pais. A condição de Lara, descrita como “mãe solteira”, fora classificada pelas líderes como alguém que precisava ser acompanhada e que necessitava de ajuda.

As líderes foram recebidas por Antônia, avó desta criança, uma senhora de meia idade, cabelos brancos esvoaçados, que, enquanto nos cumprimentava e nos convidava para entrar em sua casa, segurava com esforço um de seus cachorros que latia bravamente motivado por nossa chegada. A primeira porta desta casa, na qual todas nós entramos, dava acesso a uma pequena sala rodeada por um sofá amplo e aconchegante. Neste dia estavam presentes a bisavó, o tio e a mãe da recém-nascida. Além desses, um casal de idosos, parentes de Lara. Luíza, a criança recém-nascida, estava dormindo no carrinho de bebê, posicionado no meio da sala. Após os cumprimentos de boas-vindas, todas nós fomos convidadas a nos acomodar no sofá.

Mara falou com todos os presentes sobre o acontecimento do nascimento de Luíza, e ouviu Lara, a jovem mãe, falar timidamente sobre sua primeira experiência materna. Lara fez comentários sobre as noites mal dormidas, a necessidade de se levantar várias vezes no meio da noite para amamentar e trocar as fraldas de sua filha, que costumava dormir ao seu lado na cama, fato que chamou a atenção de uma das líderes. Mara cuidadosamente a alertou para o risco de a mãe cochilar e se debruçar sobre a criança que costumava dormir ao seu lado e recomendou: “A melhor posição para o bebê dormir é de barriga pra cima!”.

A avó materna da recém-nascida, fiel católica, frequenta a mesma Paróquia das líderes. Por isso, vez ou outra, os assuntos falados na sala tratavam de questões religiosas, como a novena que estava acontecendo por aqueles dias.

No decorrer da conversa, uma das líderes perguntou a Lara se ela e o pai de sua filha haviam se “acertado”, fato que prontamente foi negado por ela e a avó materna da recém-nascida. Pude notar o constrangimento que este assunto provocou entre as pessoas na sala. Movimentos e trejeitos das pessoas presentes davam prova disso, como a troca de olhares entre as líderes e o sorriso discreto de Lara. Situação que logo foi resolvida por Mara, que tomou a frente no diálogo para desviar o assunto mencionando para falar da chegada da bebê Luíza e dos cuidados que a mãe Lara deveria ter com sua alimentação para que pudesse produzir leite.

Sentadas no sofá, ela aconselhou que Lara atentasse às orientações passadas para que a criança pudesse crescer e se desenvolver de forma saudável. Como Mara havia sido convidada por Lara para ser a madrinha de sua filha, esta poderia ser uma típica conversa de comadres, se não fossem as orientações precisas e recorrentes passadas pela líder à mãe da criança recém-nascida e os registros realizados na visita.

A líder se preocupou em passar algumas informações sobre a amamentação, tais como: o horário da mamada, os problemas na amamentação e os cuidados a serem tomados para evitar rachaduras no seio. As orientações eram as mais diversas, desde passar casca de banana no bico do peito da mãe, para curar e prevenir possíveis feridas, até comer determinados alimentos com intuito de acelerar a produção do leite. Com isto, as líderes buscavam adaptar as orientações técnicas presentes nos documentos ao contexto da família, fazendo uso de saberes do conhecimento popular, de baixo custo, alternativos aos produtos industrializados, a exemplo da casca de banana.

Após aproximadamente uma hora de conversa entre as voluntárias e o grupo familiar acompanhado, Danielly se preparou para anotar os dados solicitados pela Pastoral da Criança no Caderno do Líder. A líder posicionou o seu caderno no braço do sofá e começou a fazer

algumas perguntas pontuais diretamente a Lara: “Nome completo da mãe? Peso da criança? Dia de seu nascimento? Vacinação?”, dentre outros itens presentes no documento.

As informações trazidas pelas líderes sobre a maternidade, o aleitamento materno, os cuidados específicos com os recém-nascidos e gestantes motivaram a participação de boa parte das pessoas presentes a fazer recomendações à mãe “de primeira viagem”. Todos deram algum tipo de palpite, partilhando o conhecimento que tinham sobre a experiência materna e os cuidados infantis, dentre eles: o uso de ervas para tratar diarreia e a receita de alguns xaropes caseiros para curar possíveis enfermidades.

Enquanto Lara ouvia as orientações na sala, deslocou-se até o carrinho onde estava a sua filha para amamentá-la. Logo depois de se alimentar no seio da mãe, entre muitos olhares e paparicos, a criança foi passada de “colo em colo”.

Já no fim da visita, Danielly dava suas últimas informações a Lara, desta vez, sobre o benefício do leite dado pelo Programa do Governo do Paraná conhecido como Programa Leite das Crianças. Neste dia, foi possível observar como as líderes colocavam em prática as orientações da Pastoral da Criança para que Lara participasse ativamente da conquista dos direitos na sua comunidade. Em conformidade com a orientação da organização sobre a conquista de direitos, a voluntária informou à jovem mãe sobre o direito que terá em receber, diária e gratuitamente, um litro de leite quando sua filha completar seis meses de vida. Alertou que, para isto, é obrigação de toda mãe levar seus filhos para o momento de “pesagem”, realizado nas unidades básicas de saúde e nas Celebrações da Vida da Pastoral da Criança. Essa líder contou a todos que uma conhecida sua havia perdido o direito de ganhar o leite dos filhos por ter ficado algum tempo sem levá-los para pesagem, o que pareceu ser uma forma de alertar a mãe para o risco da punição, apresentada na forma de perda do benefício, caso a mãe não seja assídua na participação das etapas de pesagens das crianças.

Danielly carregava em suas mãos uma ficha contendo o nome dos responsáveis pelas crianças cadastradas no referido programa do governo e o peso de cada um dos menores que havia sido verificado e registrado por ela no último dia de Celebração da Vida, realizada na Paróquia Nossa Senhora da Conceição. É ela a pessoa responsável por levar a ficha da pesagem e medição das crianças da comunidade Matriz na Secretaria Municipal de Almirante Tamandaré. Mais tarde, soube que nesse município os serviços de pesagem prestados pela Pastoral da Criança são reconhecidos pelo programa do Governo. Segundo Danielly, da união entre as duas instituições resulta uma troca: a Pastoral da Criança consegue cadastrar mais crianças por conta da motivação das famílias pela obtenção do benefício do leite, e as

unidades básicas de saúde têm os atendimentos reduzidos pelo acompanhamento prestado pelas voluntárias.

Uma das líderes quis saber se Lara havia levado a recém-nascida para a sua primeira consulta médica, considerada pelas voluntárias como indispensável para os cuidados com os bebês. A jovem mãe narrou sua experiência com aparente indignação. Segundo Lara, a consulta de Luíza não havia sido marcada por conta da ausência de médico pediatra no Serviço Público de Saúde em Almirante Tamandaré. Situação reafirmada pelas líderes, que disseram ser um problema antigo que a população da cidade enfrenta. Uma delas narrou a sua própria experiência com um de seus filhos para conseguir a primeira consulta da criança. Com a escassez de médicos pediatras, as mães acabavam sendo impedidas de receber o atendimento considerado por elas como adequado para os cuidados com as crianças e os recém-nascidos. Uma segunda opção foi sugerida por uma das voluntárias, que aconselhou a jovem mãe a contratar um dos serviços particulares de saúde para o atendimento de criança, salientando que o preço era considerado “mais em conta”. Sem aparente interesse, Lara apenas sorriu, sem dizer palavra alguma.

Após aproximadamente uma hora e meia de visita, as líderes se despediram alegando que precisavam dar continuidade ao trabalho. Antes de se retirarem, uma delas pegou de sua bolsa a cartela Laços de Amor e entregou à jovem mãe. A visita se encerrou com cumprimentos cordiais entre as voluntárias e a família ao som dos latidos dos enervados cachorros. Seguindo em direção ao carro, Mara e Danielly conversavam em baixo tom sobre a experiência da visita: “A neném está fortinha e esperta, porque está sendo amamentada e bem tratada”.

4.2.2 Fernanda e os quatro filhos

No caminho ao bairro Monte Santo, as líderes conversavam sobre a segunda família a ser visitada. Danielly comentou que nesta família havia três crianças: duas meninas, de respectivamente cinco e dois anos e um menino de três. Além dos três filhos, a mãe estava grávida de oito meses de uma menina e acrescentou: “São crianças bem cuidadas! Sempre que esta mãe leva as crianças pra fazer pesagem, elas estão cheirosas e bem arrumadinhas”. Além de coletarem os dados específicos que interessam à organização (peso, altura, vacina, etc.), a atenção dada por uma das líderes às condições estéticas das crianças e aos cuidados

dispensados pela mãe aos filhos, dava novos sentidos ao processo de verificação da condição de vida das famílias acompanhadas.

No local onde a segunda visita seria realizada, Mara estacionou seu carro ao lado do portão de ferro que protegia duas pequenas casas de madeira, as quais dividiam o mesmo terreno. Próximas do portão, as líderes chamaram em médio tom o nome da mãe que pretendiam visitar. De longe, numa das casas, apareceu uma mulher jovem que nada fez além de nos observar. Sem demora, três crianças, curiosas com a nossa presença, saíram de uma das casas. Eram os três filhos de Fernanda, a gestante que seria acompanhada pelas duas voluntárias. Em seguida, caminhando vagarosamente em nossa direção, a gestante com um sorriso tímido disse: “Eu não ouvi, estava dormindo, mas as crianças me acordaram”. A surpresa da mãe, causada pela visita das líderes, demonstrava que estas atividades não costumavam ser agendadas entre as voluntárias e as famílias acompanhadas.

Nesta casa, as líderes permaneceram por quase duas horas. Fomos recebidas na pequena sala de estar de Fernanda, uma mulher de 22 anos, grávida de 8 meses, casada e mãe de três filhos. Enquanto se preocupava em encontrar um lugar na sala para que as voluntárias e eu pudséssemos sentar, Fernanda contava sobre a expectativa das crianças para receber o mais novo membro da família. A escolha do nome da criança que estava a caminho era motivo de disputas entre seus filhos e marido: “A mais velha disse que o nome vai ser Maísa, mas, o pai quer outro”, disse Fernanda.

O diálogo que aconteceu na sala fora recheado de “causos” narrados pela mãe que, por vezes, se queixava para as líderes dos problemas que tinha com a vizinhança: “Aqui é difícil não passar raiva. A família que mora na nossa frente sempre vem me pedir pra cuidar da filha pequena que eles têm. Eu já disse que não sou babá de ninguém. Eu já tenho três pra criar e, com mais um na barriga, quatro!”. As líderes ouviam e aconselhavam a mãe para que administrasse o problema de maneira menos conflituosa.

O clima tenso da conversa era constantemente amenizado quando as crianças apareciam na sala. Na maior parte do tempo, as duas mais velhas ficavam do lado de fora da casa, brincando na varanda, enquanto a menor ficava próxima da mãe. As voluntárias se distraíam frequentemente com as crianças durante o desenrolar da conversa e costumavam chamá-las para fazer algum tipo de “mimo”.

O pai da criança não estava presente neste dia, segundo Fernanda estava no trabalho. O medo de não o ter por perto foi mencionado por ela algumas vezes. A mãe dizia poder ter o filho a qualquer momento, devido ao tempo de sua gestação. A ausência do esposo causava insegurança à mãe, que desabafava: “Com quem eu deixo as crianças? E ainda estamos sem

carro”. As líderes ouviam atentamente os desabafos e tentavam acalmá-la, afirmando que tudo ficaria bem.

As duas voluntárias utilizaram o Caderno do Líder para fazer o registro dos dados das crianças e da gestante. Antes de iniciar as perguntas que faria a Fernanda, Danielly verificou a Caderneta da Gestante. Nesta caderneta é possível ter acesso às informações sobre as condições da gestação através das consultas realizadas no seu pré-natal, como: crescimento do bebê, a semana de gestação, pressão arterial, medida uterina e provável data de nascimento do bebê. A Caderneta da Gestante é dada às mães durante a consulta pré-natal, de maneira gratuita através do SUS. As voluntárias demonstravam ter conhecimento sobre os direitos que as gestantes teriam em relação aos cuidados com o seu parto, consultas, exames, vacinas, medicamentos e cartão das gestantes.

No Caderno do Líder é pedido que a voluntária informe se a gestante teve o seu útero medido na consulta pré-natal e se a curva deste órgão se encontra abaixo do percentil 10 ou acima do percentil 90. Os dados da medida uterina verificados por um profissional de saúde servem para mostrar tamanho, posição e peso do bebê. Neste tipo de exame, interessa saber se o bebê e a mãe estão saudáveis. Ao manusear a Caderneta da Gestante para a última consulta pré-natal realizada por Fernanda, a líder Danielly demonstrou ter pouco domínio em interpretar os dados presentes neste exame. Com algum esforço, conseguiu se lembrar de como verificar a normalidade na altura uterina e na curva deste mesmo órgão. O fato de ter conseguido interpretar os dados do exame foi comemorado por ela.

Em seguida, Danielly fez algumas perguntas relacionadas a idade das três crianças, peso, se teve diarreia e se alguma delas teria ido ao serviço de saúde. No final dos questionários, as voluntárias teceram alguns elogios para mãe sobre o cuidado que tivera com seus filhos: “Dá pra ver que elas são felizes. São crianças saudáveis”.

No fim da visita, Fernanda quis mostrar às líderes o berço que seu marido havia construído para a chegada de sua filha: “Quando ele disse que ia fazer o berço, eu não acreditei. Daí, ele veio com umas madeiras e fez; depois pintou de rosa. Olha o berço aqui!”, disse. Da pequena sala, fomos guiadas pela mãe até o quarto do casal. Antes, passamos pela estreita cozinha e ouvimos alguns pedidos de desculpa: “Não reparem a bagunça!”, dizia Fernanda. No quarto, as líderes ficaram impressionadas com a criatividade que o marido de nossa anfitriã tivera ao construir o berço. A mãe mostrava, com aparente entusiasmo, o que havia preparado para chegada da sua filha. O berço dividia espaço com uma cama de casal, uma cômoda e um guarda-roupa.

Fernanda fez questão de abrir as portas deste último imóvel para mostrar às líderes a quantidade de vestimentas que seus filhos haviam ganhado e disse: “Eles têm muita roupa, nem cabe mais aqui. Por isso que eu sempre estou doando lá e nunca pego. Porque nem tem mais espaço pra guardar aqui!”. A líder aproveitou este momento para me informar que no dia de Celebração da Vida, além da entrega da sopa, pesagem e medição das crianças, elas reservam um pequeno espaço do salão paroquial para que todos compartilhem roupas infantis: “Os pais levam as roupas e trocam por outras que escolherem lá!”, informou Danielly.

Nesta visita, pude notar o esforço de Fernanda em se desculpar por não ter tido tempo de limpar a sua casa, em demonstrar o cuidado com os seus filhos, em se esforçar para se apresentar como boa mãe, embora não houvesse qualquer ganho ou premiação para isto. Esta preocupação estaria relacionada à dignidade humana, a algo para se orgulhar. Como lembra Da Matta por trás deste formalismo, “há sempre a regra de ouro da hospitalidade, que se traduz pura e simplesmente no respeito pela pessoa da visita e na satisfação de tê-la sob nosso teto, querendo conversar conosco” (1997, p.11).

4.2.3 Talita e seus dois filhos

Já era tarde, quando as líderes resolveram se despedir de Fernanda e das crianças para fazer a última visita do dia. No carro, Danielly novamente pegou o planejamento dos encontros e decidiu mudar o trajeto, alegando ser mais importante visitar outra família que havia perdido um de seus membros: “Eu nem fiz plano de visitar hoje esta mãe, mas eu senti de Deus que deveria visitá-la”, disse. Danielly nos contou a história de um recente crime no município, que resultou na morte do membro de uma das famílias acompanhadas. O jovem pai havia deixado dois filhos pequenos. O motivo do crime era desconhecido: “Essa família precisa de nossas orações”, disse. A morte do pai resultou numa disputa jurídica entre as famílias pela guarda das duas crianças. Segundo uma das líderes, era importante averiguar os dois lados da história para terem uma melhor percepção do drama que envolvia as famílias.

Por volta das cinco horas, seguimos em direção à casa de Talita, a mãe das crianças acompanhadas. O carro foi estacionado ao lado da garagem de uma casa de dois andares, local onde a última visita do dia seria realizada. Na porta de entrada da casa da família, Danielly e Mara cumprimentaram Talita, demonstrando pêsames pela situação vivida: “sentimos de Deus que deveríamos vir aqui hoje”, disse uma delas.

Fomos convidadas pela anfitriã para adentrarmos em sua casa e nos acomodarmos na sala, que dividia espaço com uma cozinha. Neste lugar, a mãe desabafou e narrou a recente tragédia. As líderes ouviam atentamente o que, em lágrimas, a mãe lhes dizia: “Meu marido era um bom homem, não merecia isso. Morreu jovem e deixou dois filhos pequenos. Foi Deus quem mandou vocês aqui hoje”. Aparentemente constrangida com a situação narrada, uma das líderes propôs à mãe que visitasse uma igreja, pois dizia ser a oração “um bom remédio”. Talita, que disse ser evangélica, enxugava as lágrimas enquanto ouvia os conselhos de Mara: “Nestas horas a gente tem que se apegar a Deus. É o melhor consolo!”.

O filho mais velho de Talita brincava de bicicleta dentro de casa e, algumas vezes, aparecia na sala aparentemente curioso com a nossa presença. Danielly, ao ver a criança, retirou de sua bolsa o Caderno do Líder e começou a fazer algumas perguntas a Talita sobre o pequeno Jorge e seu irmão Adrian: “Está tudo bem com seus filhos? Vacinas em dia? Algum deles teve diarreia nesse mês?”. Buscando dar sustentação à veracidade de suas respostas, Talita se preocupou em mostrar às líderes uma pasta azul carregada de documentos de seus filhos. Tratava-se da Caderneta da Criança e do Cartão de Vacinação dos menores, dois documentos concedidos gratuitamente pelo SUS. Após observarem rapidamente o material, as líderes teceram elogios à mãe pelo cuidado que tivera com as crianças. Essas estavam com as vacinas em dia, com peso e altura dentro do que consideraram adequados. Nesta casa, a visita não se alongou e meia hora depois as líderes se despediram. Havia anoitecido quando decidiram encerrar a atividade das visitas naquele dia.

4.3 A VISITA COMO MECANISMO DE VERIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO DE VIDA MATERNA-INFANTIL.

Nos três casos descritos vimos os mecanismos de constatação das necessidades dos beneficiários a partir das unidades domiciliares. A técnica de verificação da condição de vida das famílias foi colocada em prática pelas líderes, responsáveis por observar se os grupos familiares reuniam as características necessárias aos objetivos da organização. Em cada casa, as líderes averiguaram as condições de vivência das famílias visitadas, buscaram conhecer as famílias e saber quais problemas enfrentavam.

Sobre o processo de adoção de técnicas de verificação *in loco* das condições de pobreza adotado pela Pastoral da Criança, é interessante analisar o estudo etnográfico de

Laura Zapata²⁴ realizado com as voluntárias de Caritas da Paróquia San Alonso, na Argentina. A autora lembra que a visita nas unidades domésticas surge dentro das novas políticas sociais implementadas na Argentina que exigem que “La necesidad o la pobreza sea constatada em las unidades beneficiarias” (ZAPATA, 2005, p. 77). A antropóloga analisou a visita ao mesmo tempo como um procedimento técnico e como um ritual por meio do qual acontece a escolha das pessoas que merecem determinados benefícios:

Como cosas que solamente una voluntaria sabe, la visita supondría una acción menos mecánica que la mera acción de constatar y evaluar necesidades; debe establecer la necesidad real de un grupo, al tiempo que construir con ellos una forma de relación cuyo lenguaje moral preside, regula y pauta la dirección que adoptan los bienes que constituyen la asistencia social. La visita es uno de los procedimientos a través del cual la relación pautada entre voluntaria y potencial beneficiaria es elaborada. (ZAPATA, 2005, p. 97)

Nas visitas, as voluntárias de Caritas ganham um papel de destaque uma vez que, segundo a autora, são elas que estabelecem relações com as famílias beneficiárias. Por isso, gozam de autoridade para falar sobre as necessidades das famílias. A autora observou que nas visitas as voluntárias definem a existência, a composição e a condição das famílias.

Apesar do foco do presente estudo não girar em torno da operacionalidade das políticas sociais estatais brasileiras nem especificamente sobre o trabalho das voluntárias, pude constatar, na pesquisa realizada em Almirante Tamandaré, que a visita das líderes voluntárias da Pastoral da Criança possui mecanismo semelhante ao processo de constatação da condição de pobreza realizada pelas voluntárias de Caritas na Argentina. Em campo, observei que a visita, enquanto procedimento da Pastoral da Criança é pensada para conhecer no espaço domiciliar a situação de vida das famílias que consideram necessitadas, além de ser uma forma de selecionar e categorizar os potenciais beneficiários de suas ações a partir das relações sociais estabelecidas entre voluntárias e famílias.

Cada um dos encontros dos quais participei foi marcado pela produção de documentos capazes de identificar, com base no conhecimento técnico-científico, as condições de saúde das gestantes e das crianças, e com a ajuda da certificação das líderes, também algumas dificuldades vivenciadas pelas famílias visitadas (perdas, conflitos domiciliares, situação conjugal). Nas três visitas, aconteceu o recolhimento dos dados

²⁴ Laura Zapata em *La mano que la acaricia la pobreza: etnografía del voluntariado católico* acompanhou o trabalho de um grupo de voluntárias de Carita da Paróquia San Alonso por um período de seis meses. As voluntárias que acompanhou em sua pesquisa etnográfica entregam mensalmente bolsas de alimentos às famílias beneficiárias do *Programa Alimentario Único* em Mar del Plata. Considerou a visita como condição necessária para haver a efetivação da entrega do benefício. (ZAPATA, 2005, p.77).

fundamentais e necessários à produção de relatórios da instituição. Entretanto, as observações revelaram que o acompanhamento ocorrido nas unidades domiciliares não consistiu apenas na produção de dados a partir de critérios objetivos, mas exigiu das líderes a capacidade de reconhecimento de determinadas necessidades que não se expressaram por meio de conhecimento científico, mas por meio de influência espiritual. Como ocorreu na visita à casa de Talita, a tomada de decisão da líder, em relação à mudança no roteiro de visita a ser seguido, indica a influência do que a líder chamou de “sentir de Deus”. Embora este tipo de seleção das famílias mais necessitadas tenha ocorrido nas visitas das quais participei, o mesmo não aparece nos registros documentais da instituição. Nesse sentido, é possível perceber a presença da dimensão religiosa advinda da Igreja Católica atuando no processo de escolha das líderes das famílias mais necessitadas da comunidade Matriz.

Cada contexto familiar é levado em consideração pelas líderes na escolha do tipo de intervenção a ser efetuada, tendo como base a confluência de dimensões técnica (obtidas através dos dados estatísticos) e religiosas. Nas três visitas descritas, chamou-me a atenção o esforço de algumas mães em apresentar às líderes elementos que evidenciavam suas necessidades por meio de histórias carregadas de apelo emocional (conflitos, choros, queixas) objetivando a piedade e compaixão das líderes. Mas, ao mesmo tempo em que as mães se preocupavam em mostrar tais evidências, se esforçavam em mostrar documentos e objetos para testificar o cuidado que tinham com suas crianças como a Caderneta da Criança e até um berço feito à mão por um dos pais.

Figura 10- Berço feito pelo pai da criança.



Fonte: Autora (2016).

Pode-se dizer que, as mães acompanhadas, ao acionar elementos materiais e emocionais, buscavam evidenciar a condição de merecedora das atenções mais imediatas das líderes. Da mesma forma, se preocupavam em mostrar os efeitos das orientações recebidas durante as visitas. Como exemplo, o caso de Fernanda. A intenção desta mãe em mostrar a Caderneta de Saúde de seus filhos com as vacinas em dia mostra que documentos suplementares são importantes no processo de convencimento das mães sobre o cuidado que tem com suas crianças, pois, entende-se que, se estão cumprindo as orientações dadas pelas líderes, é porque merecem o acompanhamento.

A visita domiciliar, além de voltar-se para o cuidado materno-infantil capaz de gerar indicadores de saúde e qualidade de vida materno-infantil, com fins de evidenciar a eficácia do trabalho realizado pela organização, visa cumprir uma ordenança divina com o intuito de identificar no “próximo” uma necessidade (fome, sede, nudez, doença, privação, abrigo). Neste contexto, as visitas seriam o encontro do servo com o seu Deus, em que ir ao encontro do necessitado seria ir ao encontro de Deus, servir a Deus e conectar-se a Ele. Pude evidenciar isto enquanto éramos recebidas em algumas das residências com frases do tipo: “Foi Deus quem mandou vocês aqui hoje”; “Vocês são a resposta às minhas orações”. Bem como da parte das líderes: “Sentimos de Deus que deveríamos vir aqui hoje”. Embora esta tenha sido uma conotação marcante e que, por vezes, predominou nas visitas, por não possuir caráter mensurável, não aparece nos registros documentais, mas ainda assim é inquestionável sua relevância no contexto de tais visitas.

5 AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO: A CELEBRAÇÃO DA VIDA

Neste capítulo, mostro como acontece o dia de Celebração da Vida na comunidade Matriz. A Pastoral da Criança descreve este dia como um momento festivo em que: “gestantes, crianças e suas famílias se reúnem para conversar, celebrar e reforçar laços de fraternidade entre todos” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015b, p. 20). A recomendação da organização é que, neste dia, as crianças sejam pesadas e medidas e tenham os seus dados referentes ao peso e altura registrados no Caderno do Líder. A realização deste encontro permitiria as voluntárias atestar o desenvolvimento das crianças alcançado no mês.

Na comunidade Matriz, o dia de Celebração da Vida costuma acontecer no último sábado de cada mês, num espaço cedido pela Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Para compreender a organização deste evento realizado por um grupo de voluntárias direciono a atenção para a sociabilidade que aconteceu no salão paroquial. Tornou-se relevante analisar a divisão de tarefas entre líderes: a preparação da sopa, a pesagem e medição das crianças.

5.1 O SALÃO PAROQUIAL

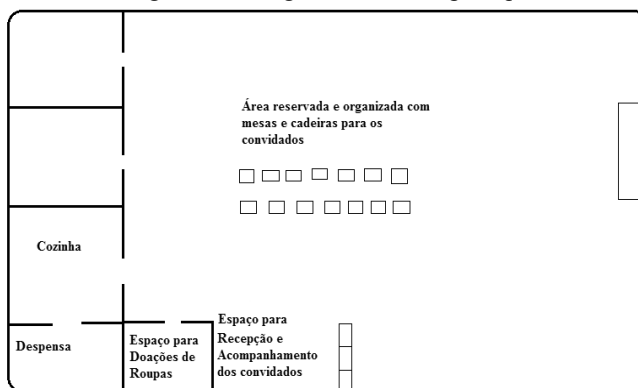
Na manhã do dia 25 de junho do ano de 2016, as líderes da comunidade Matriz se reuniram no salão da Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Este salão divide terreno com o templo, onde acontecem as missas e outras atividades religiosas da paróquia. Os preparativos do evento foram iniciados logo cedo, às oito horas, duas horas antes da chegada dos convidados. No salão paroquial, as voluntárias organizaram os espaços que seriam ocupados naquele dia para a realização desta ação.

O salão é coberto, rodeado por grandes janelas de vidros e possui duas portas de entrada. Neste lugar, não há imagens de santos. Em torno das paredes, encontram-se pendurados apenas cartazes de propaganda comercial. A figura abaixo ilustra o modelo do salão e o modo como cada uma de suas áreas foi organizada pelas líderes.

O salão paroquial é o lugar onde os eventos festivos e celebrações religiosas da Paróquia são realizados, como por exemplo: dia das mães, dia das crianças, confraternização dos catequistas e festas de homenagem aos santos. Está dividido em cinco áreas. Dentre essas, quatro são equipadas com bancadas feitas de cimento. A maior área do salão, em termos dimensionais, se assemelha a uma quadra poliesportiva. Neste espaço, há cadeiras e mesas de plástico. Numa das áreas encontra-se a cozinha, equipada com um fogão industrial e utensílios

culinários, como pratos, garfos, copos, facas e panelas. Do lado de fora do salão, há um espaço reservado para o estacionamento de veículos. Toda a construção, desde o salão, o templo e o restante dos espaços que compõem a Paróquia Nossa Senhora da Conceição são feitos em tijolo à vista, o que confere um estilo rústico ao ambiente paroquial. Sua estrutura ampla foi montada para comportar cerca de trezentas pessoas.

Figura 11- Diagrama do salão paroquial.



Fonte: A autora (2016).

5.2 A PREPARAÇÃO DA SOPA

Na cozinha do salão paroquial, enquanto se organizavam, as líderes discutiam formas de atrair famílias para participar do “dia da pesagem”. A sugestão dada por Edileusa foi a de planejar novas atividades para este dia: “Se a gente não fizer um lanche na celebração e não tiver uma palestra bem boa pra despertar os pais, eles não vêm. Tem que ter alguma coisa a mais, porque só a pesagem e a medição é pouco”, disse.

O dia de Celebração da Vida que acompanhei foi iniciado em torno da preparação da sopa. O lugar do alimento merece destaque: sua produção foi responsável por envolver todas as demais atividades que aconteceram no salão. Na cozinha, durante a preparação da sopa, as líderes contaram com a ajuda de dois homens e cinco mulheres, membros da paróquia local. Os homens eram familiares (marido e filho) de uma das líderes. Não houve qualquer tipo de exigência ou formalidade para fazer parte do grupo de apoio. Desta forma, bastou que me prontificasse a ajudar para começar a participar dos preparativos.

A cozinha é dividida em duas áreas bem definidas. Uma delas é destinada para preparação dos alimentos e lavagem dos utensílios culinários e a outra para o armazenamento

destas mesmas ferramentas. De avental e touca estampada com o símbolo da Pastoral da Criança, o grupo de voluntárias deu início aos preparativos da sopa. Houve uma espécie de divisão de tarefas entre as líderes e a equipe de apoio e a escolha de cada uma delas havia sido feita de maneira aleatória, ou seja, cada um dos envolvidos assumiu a função de sua preferência, ou a que sobrava. Estas últimas, normalmente, eram aquelas que exigiam maiores habilidades para serem manejadas, como, por exemplo, o corte de abóboras, uma verdura de casca grossa. Durante o preparo do alimento, as líderes fizeram comentários, umas com as outras, sobre a procedência deste ingrediente. Segundo uma delas, Edileusa havia colhido de sua casa as abóboras que serviram para a sopa.

A maior parte das mulheres preferiu cortar as verduras, outras preferiram preparar os frangos e os homens picotaram alguns temperos e tomates. Não havia critérios sobre o tamanho ou tipo de corte dos ingredientes, de modo que algumas cortavam as verduras de modo mais delicado e outras de modo mais grosseiro. Situação diferente foi percebida por Laís Ferreira (2016) durante a preparação da sopa feita numa instituição assistencial religiosa batista. A autora chama atenção para as exigências que permearam a produção do alimento que seria distribuído aos moradores de rua. Havia, no contexto de seu trabalho, formalidades que envolviam a preparação do alimento, como por exemplo, o cuidado com a estética dos ingredientes utilizados (o tamanho do corte das verduras) e o controle sanitário para que estes se mostrassem apetitosos²⁵.

Na cozinha do salão paroquial, a mistura dos ingredientes feita pelas líderes numa grande panela de ferro resultava numa refeição potencialmente nutritiva e estrategicamente aquecedora. É bom lembrar que o período em que a pesquisa foi realizada era época de frio, portanto, servir um alimento quente remetia à ideia de cuidado das líderes para com os convidados.

Num dado momento, enquanto a sopa ainda estava sendo cozida, Edileusa, a coordenadora de ramo e setor, tomou a iniciativa de pedir a todos os presentes, que dessem as mãos para um momento de reflexão espiritual. Como representante de todas voluntárias, ela era quem tomava a frente nas decisões, supervisionava e participava das atividades que aconteceram no dia. Edileusa havia participado ativamente da preparação da sopa. A voluntária trouxe de casa alimentos, ajudou a cortá-los e a organizar os demais espaços

²⁵ Embora com dinâmicas distintas no preparo das sopas, tanto a distribuída pela Pastoral da Criança, quanto a da instituição batista observada por Ferreira, ambas se voltam para o cuidado com o “outro”, caracterizado numa linguagem cristã por uma “alteridade positivada” (DULLO, 2011, p. 108).

ocupados no salão. Por meio da observação das ações desta voluntária, era possível perceber o modo como marcava sua função de líder.

Antes de iniciar as três orações (Pai Nosso, Ave Maria e Oração da Criança), Edileusa falou sobre a importância do trabalho da Pastoral da Criança e teceu elogios às voluntárias e à equipe de apoio presente, devido ao empenho que estavam tendo no desenvolvimento das atividades que aconteciam naquele dia. O esforço de todos havia sido comparado por ela ao “trabalho de Jesus”, por representar ao que chamou de uma “missão dada por Deus”, na qual todos eram considerados colaboradores e enfatizou: “Nós estamos aqui é para servir uns aos outros. Todos são importantes. Não tem maior nem menor aos olhos de Deus”.

Edileusa fazia questão de explicar no seu discurso que não havia diferença entre quem estava preparando a sopa e quem iria recebê-la: “todos nós somos iguais diante de Deus”, disse. Neste ínterim, os convidados acompanhados ainda não haviam chegado ao salão. Enquanto aguardavam as famílias, as líderes prepararam um lanche com pães, manteiga, café, leite e geleia de uva para todos aqueles que contribuíram com a produção da sopa. Algumas mulheres cantavam hinos cristãos, outras falavam de assuntos cotidianos (experiência no emprego e problemas de saúde). Pouco tempo depois, os convidados começaram a chegar ao salão. A maior parte das líderes se deslocou da cozinha para o lugar que haviam preparado e reservado para recepcioná-los. Enquanto isso, a sopa continuou a ser preparada pela equipe de apoio.

5.3 RECEPÇÃO DAS FAMÍLIAS: PESAGEM E MEDIÇÃO

Por volta das dez horas da manhã, as famílias começaram a chegar ao salão. Todas foram recebidas amistosamente por um grupo de cinco voluntárias que se posicionaram quase em frente à porta de entrada deste espaço. Alguns abraços e apertos de mãos foram distribuídos seguidos de mensagens de boas-vindas. Pude reconhecer algumas famílias das visitas domiciliares das quais participei junto com Mara e Danielly. Neste dia, estava presente Talita com seus dois filhos e Fernanda com seu marido e seus quatro filhos, um deles recém-nascido.

A presença das crianças era marcante, visto que o evento havia sido preparado especialmente para elas, como costumava lembrar Mara. Para recepcionar os convidados, as líderes utilizaram três mesas de madeira sustentadas por barras de ferro, posicionadas uma ao

lado das outras. Sobre uma destas mesas, foi colocada uma balança mecânica pediátrica para verificar o peso das crianças e um colchão infantil forrado com um lençol para medir a estatura daquelas que eram de colo.

As crianças maiores foram pesadas numa balança mecânica posicionada no chão do salão. As outras duas mesas foram utilizadas para colocar alguns objetos e documentos institucionais, de modo que ficaram à vista de todos, como canetas, lápis, o caderno do líder, revistas da Pastoral da Criança e as cartelas Laços de Amor. Os materiais apresentados neste dia foram cedidos pela organização.

Figura 12- Documentos utilizados pelas líderes no dia de Celebração da Vida.



Fonte: Autora (2016).

Na recepção das famílias, as líderes costumavam conversar brevemente com os responsáveis pelas crianças e ouvir alguns relatos apresentados por eles. Apenas nos casos tidos como preocupantes, as voluntárias acabavam disponibilizando mais tempo com as famílias, a fim de encontrar soluções mais imediatas como, por exemplo, providenciar cestas básicas, cobertores e vestimentas.

O reconhecimento dos grupos familiares podia ser interpretado com base nos dados obtidos diretamente por meio do Caderno do Líder como: idade, endereço, número de membros na família, etc. Mas, algumas situações que ocorreram neste dia mostraram que as impressões das líderes sobre a condição das famílias atuavam como indicadores influentes no processo de classificação daquelas consideradas mais necessitadas. As voluntárias costumavam utilizar alguns critérios criados entre elas para examinar a situação das famílias.

Para as líderes, uma unidade doméstica se faz merecedora de suas atenções caso os responsáveis pelas crianças possam ser analisados por alguns atributos, como por exemplo:

vestimenta, problemas de saúde, condição financeira e analfabetismo. A utilização de alguns termos por vezes era mencionada pelas líderes para se referir às famílias necessitadas: pai desempregado, filhos malcuidados, mãe analfabeta, etc. As crianças malcuidadas eram aquelas que na visão das líderes apresentavam algum tipo de desleixo estético (crianças descabeladas, vestidas com roupas sujas) e mau comportamento (desobedientes).

Com base nestes critérios as líderes decidiam se as famílias mereciam ou não sua atenção mais imediata e prolongada. Como exemplo, podemos citar o caso de Joana, uma mulher de 25 anos, casada, mãe de três filhos, dois deles com idade abaixo de seis anos. Neste dia as líderes identificaram que as duas crianças menores não falavam, apesar de terem idade para se articular verbalmente. Joana era analfabeta e tanto ela como o seu marido estavam desempregados. A condição desta família chamou a atenção das líderes, que comentavam entre si: “Você acredita que essa mãe não sabe dizer nem a data de nascimento dos filhos? Dois filhos dela ainda não falam, e ela nem sabe dizer o que eles têm”.

Joana afirmava não saber a data de nascimento dos filhos e desconhecia o problema de saúde deles, dizendo: “Só sei que eles não falam. Nenhum dos três”. Edileusa se mostrou preocupada ao se deparar com a situação apresentada por esta família e exclamou: “Meu Deus, como pode? Coitadinha dessa mãe e dessas crianças. Que situação terrível!”. A coordenadora de ramo e setor, movida por um sentimento de piedade, logo planejou fazer uma visita domiciliar à família de Joana a fim de cadastrá-la e conversar com o frei a respeito deste caso. A intenção de Edileusa e algumas líderes era tentar integrá-la nas atividades de acompanhamento da Pastoral da Criança e também no projeto social promovido pela paróquia local que distribuía cestas básicas²⁶. De acordo com as voluntárias com que convivi, a paróquia local costuma doar cestas básicas a algumas famílias que se encaixem nos critérios de seu programa de ajuda à população mais necessitada. Uma das condições para adquirir estas cestas é participar regularmente das missas que acontecem na paróquia.

Enquanto algumas líderes se ocupavam com a recepção e as orientações das famílias que chegavam ao salão, outras se encarregavam do procedimento de pesagem e medição de cada um dos menores. Como destacado, foram utilizados uma fita métrica, para alcançar a medida da criança. Esta ferramenta é comumente utilizada por pessoas que se ocupam com as atividades de costura e serve para medir distâncias pequenas. É um material de baixo custo,

²⁶ Uma semana após a realização deste evento, tive a oportunidade de acompanhar Edileusa e Danielly na visita à casa da família de Joana. Edileusa doou cobertores de lã para a família de Joana. Além disso, foi efetuado o registro dos dados do grupo familiar no Caderno do Líder.

assim como a balança mecânica utilizada neste dia. Havia uma balança para crianças maiores de um ano e uma para os menores, aqueles que eram de colo

No evento, as crianças de dois e quatro anos foram as que mais se incomodaram com os dois procedimentos. Orientadas a se recostar na parede para serem medidas, algumas delas resistiam às ordens dadas pelas líderes, mas logo eram distraídas pelos pais até que ficassem na posição ereta, considerada a ideal.

Figura 13- Pesagem de Medição das crianças.



Fonte: Autora (2016).

Durante a pesagem dos bebês, as líderes costumavam pedir às mães para que tirassem as roupas da criança para não interferir no valor de pesagem. Esse fato indica a importância dada pelas líderes aos valores numéricos provenientes da atividade de pesagem e da condição de vida dos menores. Uma criança com altura e peso adequados, para os parâmetros institucionais, sugere ser uma criança saudável. Tais evidências apontam para as líderes e famílias que as mesmas estão cumprindo suas funções. As visitas estão sendo realizadas e, por sua vez, as orientações estão sendo colocadas em prática pelos pais.

Conhecer os instrumentos de medida e pesagem e os seus usos faz pensar acerca de uma noção religiosa que envolve critérios de justiça, que visa alcançar medidas corretas. Por constituírem-se a partir de critérios justos, o dia da medida e pesagem sinaliza a existências de algumas práticas políticas no momento de celebração. Segundo Nascimento (2006, p. 113), a pesagem no dia de Celebração da Vida “tem a função de mensurar, julgar sobre as possibilidades de sobrevivência das crianças pobres”.

Por meio do procedimento feito com o uso de instrumentos técnicos (fita métrica e balanças), as voluntárias tentavam obter dados precisos sobre a altura e peso das crianças. A

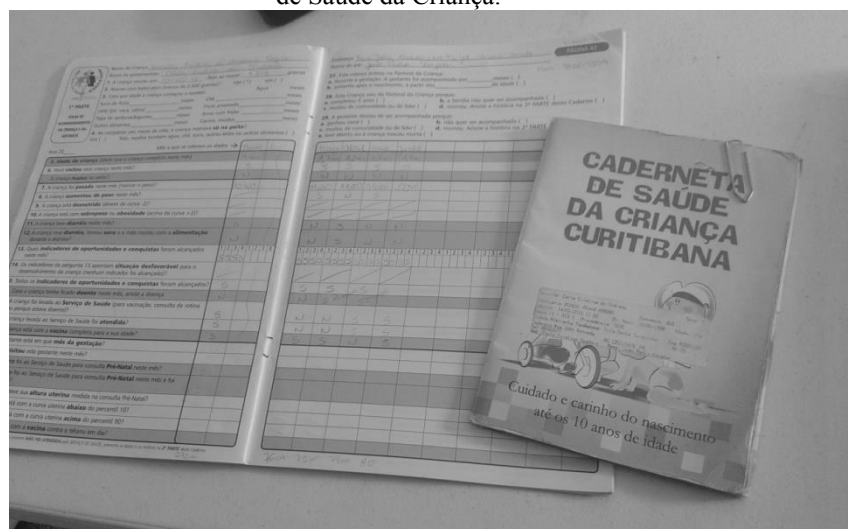
efetivação deste tipo de registro dava condição a elas para acompanhar o desenvolvimento do público infantil. Para isso, anotavam os dados dos menores requeridos nas folhas de acompanhamento. Neste documento, um conjunto de questões voltava-se para o reconhecimento do peso e condições de saúde da criança, como exemplo: A criança foi pesada neste mês (marcar o peso)? A criança aumentou de peso neste mês? A criança está desnutrida (abaixo da curva -2)? A criança está com sobrepeso ou obesidade (acima da curva +2)?

Atingir o peso e a altura considerados ideais para cada criança era motivo de comemoração para o grupo de mulheres voluntárias, pois provava o resultado de suas ações. “Este mês registrei duas crianças que aumentaram o peso. Tinha uma que estava abaixo do peso e esse mês aumentou”, gaba-se a voluntária. Quando acontecia de a criança não obter o peso e altura desejáveis, elas costumavam conversar com os pais para entender os motivos que estavam dificultando o desenvolvimento de seus filhos. Era comum vê-las orientar as famílias sobre os cuidados com a saúde e alimentação dos menores: “O leite é muito importante para o bebê, mas este aqui já tem idade pra começar outra alimentação. Ele já está com quase um ano”, disse Mara.

Ao realizar a pesagem e medição das crianças, as voluntárias conseguem ter acesso a dados fundamentais para o desenvolvimento do processo mensal de acompanhamento iniciado na visita domiciliar. No entanto, nem todas as famílias que compareceram ao evento haviam sido visitadas naquele mês. Isso não as impediu de participar das atividades que aconteceram neste dia e de terem os seus dados registrados em documentos pelas líderes. Embora a organização oriente que alguns dados específicos (vacinação, diarreia) sejam verificados pelas líderes nas unidades domiciliares, não somente os dados referentes ao peso e altura das crianças foram registrados neste evento. Pude observar que algumas famílias tiveram todos os dados (vacina, visita, indicadores de saúde) registrados no caderno referente ao mês de junho. Os motivos para a não efetivação das visitas foram apresentados pelas líderes da seguinte maneira: “Neste mês não tive tempo de fazer a visita”, “Eu fui visitar e a mãe não estava em casa”. A única coisa que pude constatar neste dia foi a não efetivação de cadastro de novas famílias. Isso significa que todas elas eram conhecidas das voluntárias. Os documentos anteriormente preenchidos pelas líderes com informações a respeito do endereço e nome das famílias indicavam a sua existência.

Para facilitar o trabalho de acompanhamento, as famílias costumavam levar a Caderneta de Saúde da Criança para que as líderes pudessem utilizar os dados referentes ao histórico de saúde das crianças no Caderno do Líder.

Figura 14- Registro de dados no Caderno do Líder com base em informações presentes na Caderneta de Saúde da Criança.



Fonte: Autora (2016).

Nesse dia, vimos que os dados referentes ao peso e altura das crianças coletados pelas líderes foram anotados no cartão Programa Leite das Crianças. Estas informações serviram para que as famílias usufríssem do benefício dado pelo Governo Municipal. Isso mostra a capacidade da Pastoral da Criança em se articular com outras instituições. Isto fica claro na fala de uma das líderes: “Algumas famílias preferem pesar as crianças aqui, por que é mais rápido. No posto a fila é maior”. Na percepção da líder, a inscrição dos dados referentes ao peso e altura ajudava a diminuir as filas dos postos de saúde.

A adoção deste tipo de serviço mostra como a Pastoral da Criança atua para atender as demandas sociais de parte da população. Para Delma Neves (2003), existem “complementaridades concorrenciais” entre instituições do estado e articuladores de projetos sociais. Enquanto o Estado possui preocupações distintas como a questão da redistribuição de recursos, os agentes das ações filantrópicas assumem o papel de denunciadores da condição social dos pobres. No entanto, lembra que esta concorrência se dilui quando os interesses das práticas estatais e da filantropia religiosa se encontram e passam a ser orientados por fins ideológicos de ações (NEVES, 2003, p. 34).

Para efeito de análise, pode-se dizer que a Pastoral da Criança, ao mesmo tempo em que se une com o programa do governo no combate à pobreza, também denuncia a ausência do Estado evidenciando o problema. Para isto, ela vai mostrar números, estatísticas e expor a realidade e, em cima dessa constatação, cooperar com o Estado, por compartilhar dos mesmos “valores humanísticos da solidariedade social” (Op.cit., 2003).

Como vimos, na visão da líder da Pastoral da Criança, a medição e pesagem das crianças ajudam a diminuir a fila das unidades básicas de saúde. Nas regras do programa “leite das Crianças”, o alimento deve ser distribuído para crianças de seis meses a três anos de idade, contanto que a mãe ou responsável tenha registrado os dados individuais referentes ao peso e altura dos menores no cartão e sejam pertencentes a famílias cuja renda *per capita* seja menor do que meio salário mínimo regional. Ao deslocar esta informação para o contexto da Celebração da Vida, na Paróquia Nossa Senhora da Conceição, é possível afirmar que todas as famílias que foram acompanhadas neste dia possuíam esta renda. Portanto, podem ser classificadas como pertencentes às camadas populares, público alvo da Pastoral da Criança.

A presença das crianças era de fato majoritária no evento, mas apesar de não ter sido comum, observei que algumas gestantes foram acompanhadas e tiveram seus dados registrados no Caderno do Líder e na Cartela Laços de Amor. Este último material foi entregue a uma mãe com orientações específicas a respeito dos cuidados que deveria ter em cada mês de gestação: a posição de dormir do bebê e a importância da amamentação e da imunização. No entanto, como havia outras famílias para serem atendidas, a conversa entre as líderes e as famílias não costumavam se alongar, como ocorria no processo de acompanhamento nas visitas. Existia outra atividade acontecendo no salão (preparação da sopa) e outra que deveria acontecer (a distribuição da sopa) programada para começar ao meio dia.

As informações trocadas entre líderes e famílias eram objetivas, as famílias informavam se a criança havia tomado as vacinas próprias para sua idade, se havia tido diarreia ou se havia sido levada ao posto de saúde. As respostas normalmente eram emitidas por meio de frases curtas e pontuais. Isso não significa que houve ausência de orientações a respeito de saúde, nutrição e cidadania. O ato de entregar a cartela Laços de Amor e pontuar algumas orientações (amamentação, imunização, etc.) demonstrava a preocupação das líderes em executar a função de orientar e registrar dados. Assim, as orientações de fato aconteciam, mas não somente como era recomendado nos materiais didáticos da Pastoral da Criança. Segundo Mara, isso acontecia devido ao cronograma da Celebração da Vida que deve ser seguido no local, como a distribuição da sopa e o volume de pessoas para serem atendidas no mesmo dia.

5.4 DISTRIBUIÇÃO DA SOPA

O registro de dados das famílias durou cerca de duas horas e foi encerrado quando todas as crianças presentes haviam passado pelo procedimento. Todas as 51 famílias presentes no evento deste dia foram convidadas pelas líderes para participar do almoço preparado para elas. No entanto, apenas algumas destas famílias aceitaram o convite. Dos convidados que permaneceram no salão, 28 eram crianças e 17 eram adultos. Isso significa que menos da metade das famílias participou da refeição.

Antes de iniciar a distribuição da sopa, as líderes se reuniram com as famílias acompanhadas para um breve momento de reflexão espiritual e de orações. Edileusa, que, como já mencionado, ocupa hierarquicamente uma posição de destaque na escala organizacional, foi quem tomou a frente para dirigir este momento. Para iniciar as orações, reuniu todas as crianças em uma roda e fez um pedido para que todas dessem as mãos. A presença do grupo infantil foi motivo de agradecimento por parte dela:

Nós estamos muito felizes em receber vocês aqui. Deus está sorrindo pra vocês. Sempre rezem que Deus sempre nos ouve. Quando nós oramos, Deus desce até aqui. A gente não enxerga com os olhinhos que Deus deu, mas com a alma. É preciso ter fé.

Na sua reflexão, Edileusa faz referência à imagem de Deus. Na fala da voluntária, a oração aparece como o mecanismo condutor para que Deus se faça presente no meio de todos. É possível perceber que a voluntária constrói, por meio de sua interpretação da oração, uma noção de cuidado que ultrapassa os aspectos de nutrição, saúde, educação e cidadania das crianças. A referência feita por Edileusa à oração, por exemplo, demonstra que os cuidados com as crianças devem ser feitos também no âmbito espiritual.

Em seguida, Edileusa convidou a todos para fazer duas orações: “Olha, agora nós vamos agradecer. Sempre que for comer, a gente tem que agradecer pelo alimento”, disse. Foram feitas duas orações, uma conhecida pelo nome de Santo Anjo²⁷, destinada à proteção das crianças, e a outra de sua própria autoria. Para iniciar esta última oração, a coordenadora pediu que todas as crianças fizessem um sinal com as mãos. Com as palmas das mãos unidas, as crianças repetiram a oração:

²⁷ Recitada por todos da seguinte forma: “Santo anjo do Senhor, meu zeloso guardador. Se a ti me confiou a piedade divina, sempre me rege, me guarde, me governe, me ilumine, amém”.

Meu Deus, muito obrigado pelo alimento que nós vamos comer, vai nos fortalecer, e nós seremos sempre agradecidos pelo alimento em nossa mesa, que nunca falte na mesa de ninguém. Então pai, muito obrigado e bom apetite a todos.

O agradecimento a Deus pela comida, seguido de uma benção, antecedeu a partilha de alimentos. Neste momento, houve a sacralização da alimentação, pela qual Edileusa buscou estender a todos a dimensão religiosa das práticas que aconteceram naquele dia. No final da oração, todos se acomodaram no espaço reservado e organizado com cadeiras e mesas, para o início da refeição, que não tinha o propósito apenas de servir as necessidades do corpo. A produção da sopa criou várias situações de interação entre as líderes e as famílias. Mulheres, homens e crianças foram servidos pelo grupo de voluntárias e equipe de apoio. Enquanto eu as ajudava nesta função, fui orientada por uma delas a me sentar ao redor da mesa junto às famílias acompanhadas, para evitar qualquer tipo de constrangimento: “A gente depois que serve as famílias, procura sentar e comer junto com elas, para não se sentirem inferiores. Quando você terminar, procura um lugar na mesa”, disse-me Mara. Neste momento, percebi que ao mesmo tempo em que a partilha do alimento buscava apagar as diferenças hierárquicas entre líderes e famílias, também as marcava.

O ato de servir as famílias demonstrava a posição de destaque das líderes. Neste caso, as pessoas que necessitavam do alimento eram outras, e não elas. Era possível observar de um lado as famílias reunidas em torno das mesas esperando receber o alimento; de outro, algumas líderes buscavam diluir tais diferenças ao se posicionar ao redor das mesas para comer junto com as famílias. Assim que terminamos de servir os convidados, cada voluntária e cada equipe de apoio preparou o seu prato e procurou se assentar à mesa para comer na companhia das famílias, evitando assim, na visão da voluntária, qualquer tipo de constrangimento ao que chamou de “nós”²⁸ e “eles”.

No salão, pude notar que as pessoas pertencentes ao mesmo grupo familiar buscavam se posicionar próximas umas das outras. As mães e responsáveis pelas crianças, por vezes, tentavam controlar o comportamento de seus filhos, inclusive durante a refeição. Havia algumas crianças que recusaram o alimento, considerado nutritivo pelas mães. Estas, por sua vez, insistiam para que se alimentassem, algumas vezes direcionando a comida com o auxílio de uma colher na boca dos menores. De longe, Mara me avistou e me chamou para me assentar ao lado de Dona Dulce, uma senhora de cabelos pintados num tom de loiro claro, olhos maquiados com sombra rosa e lápis marcadamente preto. A voluntária teceu elogios à

²⁸ Utilizo o termo “nós” porque, assim como as voluntárias, fui classificada por elas como estando numa posição diferente das famílias acompanhadas que estiveram presentes no evento realizado neste dia.

senhora e ressaltou alguns de seus aspectos físicos: “Ela sempre está maquiada e elegante”. Mas o que mais chamava a atenção da líder sobre Dona Dulce era o cuidado que tinha com os seus oito netos: “Ela cuida deles como se fosse a própria mãe. É bonito de ver!”, disse. Dona Dulce ao ouvir os comentários, engoliu a sopa e limpou a boca com as mãos para agradecer o elogio feito por Mara. Em seguida, apresentou cada um dos seus oito netos presentes no dia de celebração: “Ainda falta mais, hoje só veio uma parte comigo”, disse sorrindo.

Dona Dulce relatou o dia a dia de seus netos que moram numa mesma casa e não demonstrou ser esta situação um problema para ela nem para os menores: “A casa é cheia, mas as crianças, a gente fala, elas obedecem. Todo mundo ajuda! A gente veio tudo junto pra cá, parecia procissão! É desse jeito que a gente anda” (risos). A situação de vida desta senhora foi narrada por Mara. Quase sussurrando contou: “Dona Dulce nunca falta no dia de Celebração da Vida, ela toma conta até dos bisnetos”.

Havia sopa o suficiente para que todos pudessem repetir a refeição. Alguns chegavam a levar para casa vasilhas cheias de sopa. Com o término da refeição, os convidados não demoravam no salão paroquial e aos poucos se despediram das voluntárias.

5.5 ENCERRAMENTO DO EVENTO

Após a finalização do evento, notei que o encontro entre as líderes e as famílias acompanhadas, ultrapassa a esfera social da ação de acompanhamento, intermediada por procedimentos técnicos. O momento é cercado de significados e intenções, onde o corpo (com a distribuição da sopa) e o espírito (com as orações e reflexões) são alimentados. Essas e outras dinâmicas foram operacionalizadas por voluntários, num ambiente de fraternidade.

As ações foram iniciadas e finalizadas na cozinha, não por acaso. Alguns autores em seus estudos (vide FERREIRA, 2016; SILVA, 2010) perceberam que a alimentação tem papel fundamental na construção e no fortalecimento dos laços entre grupos sociais, por estar relacionada a fatores simbólicos que ultrapassam seus aspectos mais imediatos: a nutrição. Assim, a sopa distribuída na comunidade Matriz, por acontecer num momento de encerramento de um ciclo e dentro de um espaço eclesial, com o intuito de unir e celebrar, ultrapassa a finalidade mais imediata de nutrir, para assumir o papel de elo de ligação e de liturgia²⁹. A Celebração da Vida na comunidade Matriz se constitui numa atividade onde

²⁹ O termo liturgia é entendido como uma ação simbólica e ritual que participa da vida cristã, sendo alimentada pela fé e oração (CNBB, 2003).

acontecem a ampliação e potencialização das ações de acompanhamento. O encontro permite observar os procedimentos de verificação de dados de saúde das crianças, se constituindo também como uma ação “simbólica, lida com as emoções, as subjetividades, a espiritualidade [...]” (NASCIMENTO, 2006, p. 109).

As ações que aconteceram nesse dia se desenrolaram de forma complexa em diferentes espaços do salão. Ao mesmo tempo em que as ações de acompanhamento exigiam formalidades das líderes, ao recepcionar as famílias e preencher documentos, outras ações aconteciam no salão. As crianças costumavam ocupar a maior área do salão para brincar umas com as outras. Em vários momentos, notei as líderes tomarem a iniciativa de se aproximar das famílias. Elas buscavam identificar os beneficiários pelo nome e pela fisionomia. Foi num desses momentos de aproximação que soube por Mara quem era Dona Dulce, onde e com quem morava, quantos netos tinha e a frequência com que participava do dia de Celebração.

Tais situações me levaram a pensar que as ações realizadas neste dia não buscavam apenas transformar as “condições difíceis” supostamente vividas pelas famílias, apenas por meio de determinadas orientações sobre noções de cuidado materno-infantil, mas tinham a finalidade de fortalecer os vínculos entre os envolvidos nas ações de acompanhamento, por meio de uma missão tipicamente evangelizadora. Isso porque, como foi demonstrado, as líderes buscavam reforçar a crença que compartilhavam com as famílias acompanhadas, por meio do discurso e orações pronunciadas sempre antes das ações que aconteceram no salão.

6 A TRANSFORMAÇÃO DOS DADOS EM INDICADORES DE SAÚDE MATERNO-INFANTIL

No presente capítulo, demonstro o deslocamento da FABS pela estrutura organizacional da Pastoral da Criança, responsável por tornar as ações promovidas nas diversas comunidades em fontes de informações virtuais públicas. A intenção é mostrar como se desenrolam as ações de acompanhamento, quando os documentos, produzidos pelas líderes nas comunidades chegam à sede da Coordenação Nacional da referida instituição.

Num esforço para consolidar suas ações nas comunidades e administrá-las, a organização elaborou um sistema de informação de dados gerados a partir do trabalho das voluntárias. Como demonstrado nos capítulos anteriores, o registro das ações de acompanhamento acontece nas unidades domiciliares e no âmbito comunitário. O ato de registrar as ações busca dar legitimidade aos documentos produzidos nos encontros entre líderes e famílias. Isso significa que, no âmbito institucional, os documentos buscam garantir aos envolvidos nas ações, a terceiros e a quem porventura estiver interessado, o cumprimento das atividades voltadas ao cuidado das crianças e gestantes prescritas em fontes institucionais (materiais didáticos, estatuto, regimento interno, etc.).

Para isto, apresento como ocorre a sistematização dos documentos recebidos no Departamento de Digitação da organização, com o intuito de entender como os dados produzidos na comunidade Matriz se transformam em indicadores sociais de saúde e qualidade materno-infantil, a partir da análise do processo de produção de números para uso interno e externo. Ao longo do capítulo, será possível perceber como os dados dos envolvidos nas ações de acompanhamento são filtrados no Sistema de Informação que assumem um papel determinante na vida da população para quem a organização está voltada. O reconhecimento dos dados lançados no sistema passa a ser marcado pelas redes digitais e pelo processo de comunicação existente entre sistemas, funcionários e voluntárias, como será possível perceber no texto, a seguir.

6.1 A SISTEMATIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Mensalmente, a sede da Pastoral da Criança recebe grandes remessas de documentos produzidos nas atividades de acompanhamento de todos os estados brasileiros e demais sedes

em outros países. Na FABS encontram-se registrados os números que, segundo fontes institucionais, permitem criar determinados indicadores de saúde materno-infantil (peso, altura, vacina, etc.) bem como “indicadores de oportunidades e conquistas” que buscam mostrar se a criança usufrui dos meios necessários para se desenvolver na família e na comunidade onde vive (PASTORAL DA CRIANÇA, 2016b, p.11). Cabe salientar que os indicadores de oportunidade e conquista (IOCs)³⁰ foram criados por profissionais da área da educação e saúde em 1960 para o acompanhamento do desenvolvimento infantil. Na Pastoral da Criança, tais indicadores são utilizados como ferramentas capazes de identificar alguns aspectos do comportamento social das crianças, que visam mostrar se a criança está recebendo carinho, amor, e praticando brincadeiras (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015a).

Como demonstrado, os documentos contendo informações sobre as atividades voluntárias nas comunidades chegam via correio na Coordenação Nacional. Para descentralizar as informações registradas na FABS e outros documentos, a organização criou a Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre Infância e Adolescência (REBIDIA). Trata-se de uma ferramenta de acesso à informação e documentação a serviço da comunidade, dos órgãos do governo e de qualquer interessado na questão da infância.

No espaço virtual, é possível ter acesso ao Relatório Anual de crianças acompanhadas. Em 2016, por exemplo, em todos os estados brasileiros 1.015.445,7 crianças de zero a seis anos foram registradas na instituição. A tabela que veremos a seguir revela como a Pastoral da Criança apresenta os indicadores na forma de relatórios produzidos em determinados períodos. Estes dados foram produzidos entre os anos de 2015/2 a 2016/2, tendo como base os relatórios trimestrais de todos os estados brasileiros.

Tabela 2- Nº crianças de 0 a < 6 anos cadastradas e nº crianças de 0 a < 6 anos visitadas.

Extrato da Coordenação Nacional da Pastoral da Criança			
Relatório considerando: - Brasil			
Relatório de Indicadores: (66) Oportunidades e Conquistas			
Extrato Referente: Trimestre: 2016 / 2 a 2015 / 2			
Indicador	2016 / 2 †	2015 / 2 ‡	Variação %
Nº Crianças de 0 a < 6 anos	1021487	1106751,9	-7,7

³⁰ No Guia do Líder tais indicadores são pensados para estimular o diálogo entre líderes e famílias. A organização recomenda que os mesmos não sejam utilizados como um interrogatório (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015b, p. 212).

cadastradas			
% Crianças visitadas de 0 a 6 anos	93,5	93,4	0,07
% Crianças acompanha Indic.Oport e Conq. (IOC)	93	92,8	0,26
% Crianças em situação desfavorável -> IOC	0,8	0,8	-0,2
% Crianças alcançaram todos Ind.Op/Com	77	76,9	0,11

Fonte: Sistema de Informação da Pastoral da Criança. Relatório Extrato de Indicadores, Abrangência por níveis Coordenação Nacional, Comparação entre os trimestres 2/2016 e 2/2015, Folha de Acompanhamento Digitada até 05/10/2016 às 08:58h.

Nesta tabela, o registro dos dados busca materializar a atuação da organização à medida que demonstra a dimensão numérica de cadastros, visitas e avaliações dos beneficiários. Mas, antes de nos apoiar neste cenário, interessa-nos mostrar como a organização desenvolve os mecanismos responsáveis por registrar e avaliar suas atividades. Pois, antes dos dados serem apresentados em forma de gráficos e relatórios, os mesmos passam por diferentes etapas, sendo mobilizados por diferentes agentes (voluntárias, funcionários, profissionais da área de saúde). Algumas destas mobilizações pudemos observar nos capítulos anteriores, durante as visitas domiciliares e o dia de Celebração da Vida.

Na Coordenação Nacional, a sistematização dos documentos torna-se parte do processo de construção de dados de crianças e gestantes capazes de influenciar as decisões institucionais. Dessa forma, consegue mensurar, por exemplo, o número de crianças desnutridas de uma comunidade e só então ordenar suas ações. Os dados da FABS contribuem para a efetivação das decisões institucionais em níveis mais altos, que por sua vez gera efeitos nos níveis de base.

Na organização, fui posicionada apenas no Departamento de Digitação, lugar onde ocorrem a triagem e sistematização das informações adquiridas nas comunidades. Neste espaço, notei um esforço dos funcionários em evitar erros de digitação nos documentos que, para a Pastoral da Criança, atestam a situação de vida das crianças e gestantes acompanhadas. Ao observar os documentos, pode-se afirmar que a organização nutre uma necessidade de comprovar os resultados de seu trabalho por meio de mecanismos técnico-burocráticos.

Com a informatização dos dados, a organização avalia os resultados alcançados, emitindo relatórios trimestrais que podem ser acessados por qualquer pessoa no *site* da

instituição. Para compreender o processo de inscrição de dados, na seção abaixo seguiremos o percurso da FABS na sede da Coordenação Nacional.

6.2 O DEPARTAMENTO DE DIGITAÇÃO

No Departamento de Digitação, haviam prazos a serem cumpridos pelos funcionários. Os relógios espalhados pelos quatro cantos da sala davam sinais disso. Ao meu redor, constatei que um grupo de aproximadamente 30 funcionários trabalhavam digitando algum tipo de documento. Aqueles que não se ocupavam da digitação estavam envolvidos em atividades de triagem, como por exemplo, carimbar toda a documentação.

No departamento, era escasso o número de cartazes contendo propagandas dos trabalhos sociais realizados nas comunidades pela Pastoral. Somente em dois murais, pude notar a presença deste tipo de informativo. Um deles estava posicionado ao lado da porta que dava acesso ao salão, próximo ao cartão de ponto dos funcionários e o segundo na cozinha, parte integrada ao salão. No conjunto de informativos, foi possível verificar a presença de mensagens referentes à organização do espaço de trabalho e outras de cunho religioso.

Nos cartazes referentes à organização do espaço, era possível observar frases imperativas, do tipo: “Atenção, favor cumprir os horários de intervalos de acordo com informações abaixo”; “Não jogar resto de comida na pia. Se usar alguns dos talheres, lavar e colocar no lugar”; “Não realizar trocas de materiais (teclados, mouses e cadeiras) sem informar a Clarice (manhã) e Luciana (tarde)”. Tais mensagens, em sua maioria relacionadas a assuntos internos, davam atenção especial à limpeza e organização do ambiente de trabalho e atenção à preservação e uso correto dos equipamentos.

Já no cartaz com enfoque religioso era divulgada a Campanha da Fraternidade promovida pela Igreja Católica. O material continha um versículo bíblico que dizia: “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca” (BÍBLIA, 1990, p. 1185; Amós 5:24). Nele era possível notar a imagem de uma mulher do campo olhando para um grupo de pessoas reunidas em torno de uma cesta repleta de alimentos, o que dava a impressão de estarem celebrando a colheita realizada.

Durante minha permanência no Departamento de Digitação, observei que a sistematização dos dados coletados no trabalho desenvolvido pela organização, nas comunidades, não se restringia apenas ao processamento da FABS. Havia outros tipos de formulários provenientes das comunidades tramitando neste lugar que exigiam dos

funcionários a mesma atenção dada a FABS, dentre eles a Prestação de Gastos, o Certificado de Capacitação do Líder, a Folha Mensal de Ações sobre Eliminação da Hanseníase (FAEH) e a FABS azul.

A Prestação de Gastos é um relatório dos recursos financeiros, provenientes da Pastoral da Criança, utilizados pelas líderes durante as atividades em sua comunidade. Já o certificado de Capacitação do Líder é o documento que atesta o vínculo das voluntárias com a organização. Este material é dado somente às pessoas que participam do treinamento para se tornar um líder. Já a FAEH, é um documento capaz de identificar o número de pessoas acompanhadas com Hanseníase. Segundo fontes institucionais, a Pastoral da Criança, em parceria com o Ministério da Saúde, treina líderes para conscientizar a população sobre esta enfermidade, descrita como uma doença crônica e transmissível que atinge a pele e os nervos periféricos. Em caso de suspeita, as líderes capacitadas são orientadas a relatá-los na FAEH e encaminhar os suspeitos para o Serviço Único de Saúde.

Como as FABS eram os mais abundantes, a maior parte dos funcionários se responsabilizavam pela sistematização deste material. O restante deles se ocupava da digitação da FAEH, da FABS azul e da Prestação de Gastos. Além destas funções, eram realizadas outras como a codificação de números apresentados nas Prestações de Gastos e o arquivamento de todos os documentos que circulavam no departamento.

Todos os funcionários têm acesso ao Sistema de Informação da Pastoral da Criança para registrar os dados destes materiais. Cada um dos digitadores, como costumam se referir entre eles, possui senha e *login* privado necessário para incluir ou consultar informações gerais no banco de dados apresentados nos documentos processados como, o nome do setor, o nome do ramo, o número de crianças acompanhadas, etc. Porém, as informações pessoais (nome do pai, nome da criança, endereço) dos acompanhados que apareciam no Caderno do Líder, não eram registradas nas FABS, portanto não inseridas no sistema. Nesta fase do processo, importava conhecer os números, que traduziam informações objetivas que serviriam para análises estatísticas a respeito da saúde das crianças e gestantes, bem como do trabalho realizado pelas líderes.

Além disso, em termos legais, a análise dos dados presentes em documentos institucionais (relatório trimestral e anual) permite observar como a organização coloca em prática a noção de transparência, seguindo as prescrições legais e estatutárias, fazendo uso de demonstrações contábeis submetidas à auditoria interna e apresentando o acompanhamento dos resultados conquistados nas comunidades publicamente.

Para me familiarizar com a dinâmica de produção e circulação dos documentos no departamento, pude acompanhar a sistematização dos dados processado pelos digitadores e ajudar em alguma atividade no departamento, como por exemplo, carimbar documentos. Antes de me aproximar dos digitadores, recebi algumas orientações da funcionária a respeito de dois documentos: as FABS e as PGs. Clarice explicou que cada um deles passa por procedimentos semelhantes. Os mesmos são processados pelos funcionários em três etapas distintas, chamadas de primeira, segunda e terceira digitação ou fechamento.

Nas duas primeiras etapas, os digitadores repetem as mesmas informações contidas num mesmo documento. Ainda segundo minha interlocutora, a finalidade do processamento repetitivo de dados seria corrigir erros cometidos durante a digitação dos documentos. Por isso, mecanismos de correção automáticos seriam prontamente acionados caso alguma informação inscrita pelos digitadores fosse considerada incorreta ou não tivesse sido preenchida nos formulários digitais, que imitavam o modelo de FABS.

Todo esforço promovido pela organização, através da utilização de ferramentas tecnológicas e divisão do trabalho interno dos funcionários, transcorria de modo dinâmico. Os funcionários de tempos em tempos eram selecionados pelas supervisoras para digitar as FABS nas duas etapas que antecediam a última fase de digitação.

Segundo Clarice, não havia uma regra fixa para definir quais seriam as pessoas responsáveis pela primeira ou segunda digitação. No entanto, a supervisora disse utilizar um mecanismo de controle que lhe permitia acompanhar o desempenho de cada digitador. Nele o registro dos documentos digitados fica armazenado no sistema interno em forma de relatório, no qual é possível visualizar a quantidade de FABS digitadas por cada funcionário e o tempo utilizado nesse processo. Clarice costumava escolher aqueles mais ágeis para fazer o trabalho de digitação da segunda fase que disse ser a mais complexa.

6.2.1 Primeira fase de digitação

Ana, de 18 anos, é uma das pessoas responsáveis pela primeira fase de digitação. A funcionária deu início ao processo de inclusão de dados tendo como base as respostas dos formulários preenchidos pelas líderes. Para isto, a funcionária acessou o sistema e abriu um modelo virtual da FABS. No espaço virtual, informou o seu nome, a data do registro e o número de identificação do bloco branco, chamado de pacote pelos funcionários, que continha algumas FABS referentes ao mês de janeiro de 2016.

Sentada à mesa, Ana passava a maior parte do tempo ocupada com os documentos. Era notória sua agilidade no trabalho de digitação. Num ritmo acelerado, ela observava, memorizava e digitava alguns nomes e diversos números. Algumas vezes, trazia a folha para perto dos seus olhos e forçava a vista para tentar entender a escrita das líderes, e explicava: “Quando eu não entendo a letra de uma delas, eu peço pra alguém daqui me ajudar”. A digitação costumava ser interrompida apenas nos curtos momentos de intervalos que totalizavam dez minutos a cada hora trabalhada e nos erros de inclusão de dados cometidos por ela ou pelas voluntárias.

A funcionária concedeu-me algumas explicações a respeito dos procedimentos de inserção de dados provenientes das FABS priorizando a demonstração dos documentos que apresentavam erros. Para isso, pediu que eu me aproximasse da tela do computador e inseriu alguns dados propositadamente errados que disse serem números fora do padrão considerado normal pela organização. As palavras erro e pendência eram comumente mencionadas para se referir a problemas de ordens distintas que ocorrem no processo de digitação. Segundo Ana, a digitação de determinados números, ou mesmo a ausência de algumas informações, costumava ser apontadas como erro pelo sistema:

às vezes, a pessoa que preencheu a FABS erra na hora de somar o número de crianças acompanhadas, ou não coloca o nome do ramo, ou do setor. Até dá pra gente consertar aqui algumas coisas, dá pra fazer a soma das crianças, por exemplo. Mas, tem coisas que não. É por isso que a FABS tem que voltar.

Ana se referia aos erros cometidos pelas voluntárias durante a realização da soma do número de crianças coletado nas comunidades. Nos casos onde não há possibilidade do erro ser corrigido pelos funcionários do departamento, as FABS retornam, via correio, para as comunidades, berço da sua produção, para serem enviados dessa vez, numa 2ª via corrigida.

Após aproximadamente trinta minutos de inserção de dados no sistema, Ana organizou os documentos já digitados e os posicionou em estantes de ferro. Cada uma das estantes trazia identificações específicas (erro de preenchimento, alteração, sem cadastro de ramo, FABS, FABS com morte, FABS azul, etc.) para cada lugar onde os documentos costumavam ser guardados.

Figura 15- Local na estante onde ficam armazenadas temporariamente as FABS com erro.



Fonte: A autora (2016).

Como a maior parte dos documentos digitados por Ana não apresentou nenhum tipo de problema, este material foi guardado em caixotes posicionados no centro do salão, prontos para serem digitados nas etapas seguintes.

6.2.2 Segunda fase de digitação

Na segunda fase de inclusão de dados destes documentos, tive a oportunidade de acompanhar o trabalho da digitadora Edna, uma mulher de vinte e quatro anos, mãe de um filho de três anos. Esta jovem trabalhava no departamento há cerca de dois anos. Assim que me aproximei, percebi que havia duas mesas equipadas com computadores e duas cadeiras desocupadas ao lado desta funcionária. Fui informada por ela que há algum tempo não havia funcionários suficientes no departamento para ocupar todas as mesas preparadas no salão para o trabalho de digitação.

Naquela manhã, notei que apenas cerca de dois terços dos lugares disponíveis para o trabalho de digitação foram ocupados pelos funcionários. A imagem das cadeiras desocupadas no salão me lembrou uma conversa que tive com a supervisora Clarice, em que disse: “a demanda de documentos está vindo baixa e os digitadores estão com pouco material para digitar”. Como o trabalho desenvolvido pelas voluntárias exercia influência direta na dinâmica de trabalho que acontecia no Departamento de Digitação, o número de cadeiras desocupadas trazia indícios da baixa produção de documentos nas comunidades, o que acarretava na diminuição do número de funcionários trabalhando na sede.

As atribuições de Edna, enquanto digitadora, consistiam em preencher os dados das FABS no sistema, manusear e organizar documentos no salão. Ao iniciar o processo da segunda digitação, a funcionária se deslocou para o centro do salão, em busca de pacotes de FABS digitadas na sua primeira fase. Nos pacotes enumerados foi possível ler o nome da pessoa que fez a sua primeira digitação e a data referente a este mesmo trabalho. Segundo Edna a identificação dos pacotes funciona como medida de controle interno dos documentos digitados. Este tipo de procedimento facilitava a localização das FABS que porventura, apresentasse algum tipo de erro.

Pude observar que na segunda fase de digitação das FABS, os funcionários repetem os mesmos procedimentos realizados pelos primeiros digitadores. Porém, nesta etapa, os funcionários aplicam uma espécie de “pente fino” no processo de inclusão de dados no sistema. Dessa forma, os erros cometidos pelos primeiros digitadores são corrigidos numa segunda digitação.

Como os dados digitados na primeira fase ficavam gravados no sistema, enquanto digitava, alguns erros cometidos por Edna eram informados pelo sistema. Para solucionar tais casos, a funcionária explicou: “quando coloco números que não são os mesmos aos do primeiro digitador, o sistema mostra erro. Daí, fica fácil saber quem errou pra depois consertar”.

De tempos em tempos, Edna parava o seu trabalho para alongar as mãos e estralar os dedos. Num destes momentos de pausa, disse-me que normalmente chegava a digitar aproximadamente 30 FABS por um período de 50 minutos, interrompidos por intervalos de dez minutos. A digitação seria praticamente ininterrupta se não fossem as pendências e os erros acusados pelo sistema durante o processo de digitação. As pendências normalmente acontecem quando o processo de digitação das folhas não é finalizado pelos funcionários na sua terceira etapa que mais à frente descreverei. Neste caso, os dados registrados não são encaminhados para a base do sistema para serem transformados em relatórios. A FABS retorna para a primeira etapa, até ser fechada e posteriormente arquivada.

Ao observar o trabalho de Edna, pude notar o sistema enviar a seguinte mensagem: “Já foi digitada FABS desta Comunidade neste mesmo Ano/ Mês de Referência”. Trata-se de um exemplo onde o sistema acusa pendência. Para a digitadora:

é bem comum as líderes se esquecerem de grampear as folhas. Uma é continuação da outra, que já está no sistema. Agora a gente precisa achar a outra folha pra poder grampear e depois realizar a soma. A gente acaba fazendo o trabalho que é delas. Nas comunidades que tem muitas crianças, uma FABS sozinha não dá. Elas tinham que usar duas.

Na fala da digitadora esta situação costumava acontecer por falta de atenção das líderes durante o desenvolvimento das atividades nas comunidades. No entanto, torna-se importante relativizar esta informação, uma vez que, conforme demonstrado nos capítulos anteriores, a atenção das voluntárias se desloca para um conjunto amplo de informações. Nas comunidades, as líderes também voltam suas atenções para determinados códigos evidenciados na simplicidade das vestes, nos conflitos familiares, na configuração das relações de parentesco que orientam a forma do cuidado delas para com as crianças e gestantes. As voluntárias acionam elementos de diferenciação social capazes de demonstrar a maneira como dirigem sua atenção aos cuidados da saúde física, emocional e espiritual. Por isso, a noção de cuidado amplia-se neste lugar, uma vez que, o cuidado remete-se a um conjunto de procedimentos que não se resumem ao preenchimento de documentos, embora também tenham se preocupado com o uso dos documentos na efetivação da ação de acompanhamento. Já no departamento, é possível observar que a atenção dos funcionários se volta para a sistematização dos documentos. Estes por sua vez, obliteram as vivências entre líderes e famílias prescritas nos materiais didáticos institucionais. Neste espaço, dá-se particular importância aos números de modo a gerar indicadores.

As concepções de atenção e cuidado mobilizadas em diferentes espaços por diferentes agentes apontam para um desdobramento das ações de acompanhamento e do método “ver, julgar e agir”. Na comunidade, a aplicação deste método ocorre de um determinado jeito: as líderes vêem, julgam e agem a partir de determinados elementos nos momentos de interação com as famílias; já no Departamento de Digitação a aplicação deste mesmo método dá-se de maneira distinta, sendo a atenção dos funcionários treinada para inspecionar números apresentados nos documentos capazes de gerar indicadores de saúde.

6.2.3 Terceira fase de digitação

A terceira e última etapa de digitação das FABS costumava ser realizada por duas funcionárias que se distribuíam em turnos distintos: matutino e vespertino. Durante a pesquisa, uma delas estava em período de férias. Por isso, naquele momento, Helena³¹ era a

³¹ Assim como os demais digitadores, a funcionária se manteve sentada em frente ao computador na maior parte do tempo de seu trabalho. A mesa de Helena estava sempre organizada, apesar de receber constantemente grandes remessas de papéis. Alguns utensílios de escritório podiam ser encontrados sobre sua mesa, entre eles:

única pessoa que exercia essa função. Conheci a digitadora no meu segundo mês de pesquisa no departamento. Aparentemente, era a mais velha dentre os funcionários. De modo geral, a idade deles no período em que realizei a pesquisa, atingia a média de 28 anos. No entanto, era uma das mais jovens em relação ao tempo de serviço. A funcionária trabalhava há menos de um ano na organização. Mas sua formação em contabilidade a colocava num patamar mais elevado em termos de qualificação profissional. Dos funcionários que tive a oportunidade de conhecer, era uma das mais qualificadas em relação aos outros digitadores. A maior parte dos funcionários havia concluído apenas o Ensino Médio.

A terceira etapa de digitação das folhas de acompanhamento exigia um esforço maior de Helena, devido à grande quantidade de documentos que tinha que processar sozinha. Além disso, todos eles deviam estar em conformidade com os prazos a serem cumpridos pela instituição. Cada um deles era para a produção do Relatório Trimestral dos acompanhamentos realizados em cada setor. Na Pastoral da Criança, o referido relatório contém todas as informações que certificam a situação de vida das crianças e gestantes coletados pelas líderes nas comunidades.

A sistematização dos dados nesta fase produz análises sobre o processo de inclusão de dados apresentados nas FABS preenchidas pelas voluntárias. Este documento contém um relatório dos erros cometidos pelas voluntárias que revelam confronto de dados, identifica pendências e oferece sugestões às líderes. Portanto, trata-se de um mecanismo de controle que visa evitar erros indicados nos documentos oficiais.

Para exemplificar o modo como processa os dados nesta fase, Helena disse: “quando insiro os dados, o próprio sistema gera o motivo do erro no preenchimento da folha. Com a análise em mãos, as líderes precisam corrigir o que foi pedido no documento, para depois enviar a FABS com as correções”. Portanto, o fechamento consistia em passar para o sistema as informações devidamente corrigidas. Aquelas que, de fato, seriam publicadas e utilizadas no banco de dados da organização. Isto explica a frase dita pela funcionária: “tenho que ter muita atenção pra não errar os dados, porque a Pastoral se orienta por eles”.

Era perceptível a atenção dada por Helena ao manusear os documentos que chegavam ao departamento. Por vezes, ela permanecia no mais profundo silêncio ao selecionar, movimentar e digitar as folhas de acompanhamento e pontuava: “essas FABS têm que ser incluídas dentro do prazo, porque senão atrasa tudo”. A ideia de tempo e ritmo que

tesoura, grampeador, canetas, lápis, *durex*, cola, apoiador de papéis, etc. Além destes objetos, observei outros que me pareciam mais peculiares, como um descanso para os pés e um creme para facilitar o ato de foliar os documentos. Notei que dentre os digitadores, nenhuma outra mesa tinha tantos equipamentos de escritório como desta funcionária.

permeia a processo de mobilização da FABS aparece mais evidenciada no departamento do que na comunidade. Se neste local o tempo ajudava a proporcionar o convívio entre líderes e famílias, no departamento, o tempo marcado e regulado por funcionários e máquinas tornava-se necessário para garantir e dar materialidade às relações entre a Pastoral da Criança, as líderes e as famílias beneficiárias. Pois, os documentos que circulavam no salão consistiam em matéria-prima para os relatórios que deveriam ser produzidos a cada trimestre e ano. Como é possível perceber, os documentos passam pelos trâmites institucionais para em seguida se transformarem em relatórios capazes de gerar efeitos no modo como a organização opera nas comunidades.

Figura 16- Funcionária conferindo os dados informados nas FABS com os dados informados pelo Sistema.



Fonte: A autora (2016).

No departamento, havia um esquema criado para solucionar problemas no processo de inserção de dados das FABS no sistema. Os funcionários que conheci não sabiam explicar como eram criados os padrões de controle de erros no sistema, mas o saber prático de cada um sinalizava como cada um deles devia proceder. Segundo Helena, as FABS em que os funcionários constatarem erro no preenchimento das voluntárias recebem outro tipo de tratamento e seguem um percurso distinto no salão. No processo de inserção de dados, o sistema é programado para apresentar uma mensagem que diz: “separar os seguintes formulários para envio à base”. Isso significa que os documentos selecionados por elas deveriam voltar para as comunidades junto com as análises elaboradas pela instituição. Nestes casos, o sistema é capaz de identificar e avaliar os erros cometidos pelas líderes no registro dos dados dos acompanhados, tais como: “criança vacinada e não cadastrada”; “criança pesada e não cadastrada”; etc.

As FABS em que o sistema apontava erro de preenchimento das líderes eram retiradas dos blocos e separadas cuidadosamente por Helena. Cada uma delas era grampeada

com avaliações impressas. Após a averiguação do erro e a impressão das avaliações, a funcionária concluía o fechamento de cada pacote no sistema.

Figura17- Análises dos erros cometidos durante o preenchimento das FABs.

Análises

Crianças pesadas maior do que acompanhadas.

Pesada e não cadastrada

Quando as crianças pesadas no item (Item 7) é maior que o número de crianças cadastradas de 0 a 6 anos (indicador item 1), a pergunta abaixo, foi preenchida da seguinte forma:

- Crianças de 0 a 6 anos incompletas cadastradas pelo líder: 25 crianças

O número de crianças pesadas é maior que o número de crianças cadastradas.

No Dia de Construção da Vida é importante evitar o peso de todas as crianças pesadas que estão cadastradas no Caderno do Líder. Assim, não haverá a possibilidade de serem pesadas mais crianças do que foram cadastradas.

Sugestão: Verifique se:

- as crianças estão cadastradas as crianças já na primeira visita ou;
- quando o Dia de Construção da Vida no Líder não aconteceu o peso das crianças no Caderno do Líder ou;
- houve engano ao somar as crianças ou ao copiar da quarta parte do Caderno para a FAB ou;
- houve engano ao somar o número de crianças ou ao copiar da quarta parte do Caderno para a FAB.

Esta Folha de Acompanhamento deve ser corrigida ANTES de enviar novamente para a Coordenação Nacional.

Acompanhada nos ICCs e não cadastrada

Número de crianças que foram acompanhadas nos indicadores de oportunidades e conquistas (item 12) é maior que o número de crianças de 0 a 6 anos cadastradas (item 1).

As perguntas abaixo, foram preenchidas da seguinte forma:

- Crianças de 0 a 6 anos incompletas cadastradas pelo líder: 25 crianças

Crianças que foram acompanhadas nos indicadores de oportunidades e conquistas: 25 crianças

No entanto, o número de crianças que foram acompanhadas nos indicadores de oportunidades e conquistas não pode ser maior que o número de crianças menores de 6 anos cadastradas.

Sugestão: Verifique se:

- as crianças estão cadastrando todas as crianças menores de 6 anos ou;
- houve engano ao somar as crianças ou ao copiar da quarta parte do Caderno para a FAB ou;
- as crianças estão com dificuldade de entendimento nos indicadores de oportunidades e conquistas (descritos na aba do Caderno do Líder).

Esta FAB deve ser corrigida ANTES de ser enviada novamente para a Coordenação Nacional, em Curitiba. Lembre de assinar no canto superior direito da FAB se ela é segunda via corrigida.

Vacinada e não cadastrada

Fonte: A autora (2015).

No departamento, havia uma equipe preparada para receber os documentos registrados por Helena. A “equipe do carimbo”, como costumam ser chamados, era quem os recebia. Um grupo de quatro funcionários exercia a função de carimbar os documentos registrados. Posteriormente, os mesmos eram levados para uma sala identificada como sala do “arquivo morto”. Neste local, os documentos permaneciam por aproximadamente cinco anos. Esta é uma medida de segurança adotada pela instituição para assegurar a veracidade das informações presentes nos documentos, levando em consideração os procedimentos legais adotados por ela.

Figura 18- Salão para armazenamento de FABS e outros documentos.



Fonte: A autora (2016).

6.3 A PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO

Neste espaço, a variedade de informações apresentadas nos documentos era transformada em estatísticas capazes de mensurar os dados de saúde e qualidade de vida materno-infantil. As máquinas assumem um papel de destaque no processo de inscrição de dados no sistema. Como demonstrado, o sistema interage com os funcionários destacando inconsistência sobre aquilo que digitam a partir do que a organização se estabelece como “normal”. É, portanto, por meio da intermediação das máquinas que os dados apresentados nas FABS são materializados em outros documentos. Todavia, durante o processo de digitação, uma vez obtidos os dados, os procedimentos e as experiências que conduziram as ações de acompanhamento nas comunidades foram obliterados, pois, no departamento busca-se destacar os aspectos técnicos desta ação, que se apresenta em números.

No departamento, os funcionários interpretam e manuseiam os documentos com o objetivo de apresentar, através de relatórios, as estatísticas sobre determinados aspectos da saúde materno-infantil. Assim, a sistematização dos documentos que circulam no departamento produz, de modo singular, outros documentos para uso interno e externo, entre eles, o Relatório Trimestral, equivalente a todos os dados das FABS que alimentaram o sistema. A seguir apresento brevemente o Relatório Trimestral da comunidade no ramo e setor onde realizei a pesquisa em 2016. As informações que aparecem nele são direcionadas pela Coordenação Nacional da Pastoral da Criança à coordenadora de ramo e líderes.

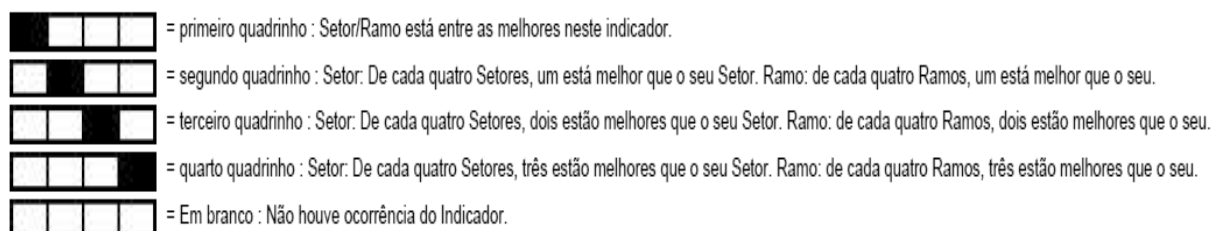
No relatório a descrição das mensagens iniciais e as saudações finais revelam a origem das motivações do trabalho da organização e do envolvimento das voluntárias na observação, interação e participação das ações de acompanhamento. Nota-se o reconhecimento da Pastoral da Criança em relação ao trabalho voluntário, apresentado neste breve relato como um ato genuinamente cristão. O relatório é iniciado com a seguinte mensagem: “Paz e Bem!”. Em seguida é feito um agradecimento a Deus pelo trabalho das líderes e Coordenadoras de Ramo, apresentado nos seguintes termos:

Estimados Líderes e Coordenadores de Ramos! Somos gratos ao Bom Deus pela sua dedicação e disponibilidade no acompanhamento as nossas crianças e suas famílias. Queremos agradecer a Deus pelas realizações feitas e pelos desafios encontrados, que fazem parte da caminhada. Celebrem as alegrias e planejem o que ainda necessite ser realizado (PASTORAL DA CRIANÇA, 2016f, p. 1).

Apesar de no período em que realizei a pesquisa não ter presenciado a leitura deste material entre elas, é interessante analisar como a Coordenação Nacional da Pastoral da Criança cria parâmetros de avaliação das ações de acompanhamento realizadas nas comunidades e como interpreta os números apresentados nas FABS processadas no Departamento de Digitação.

O relatório apresenta o desempenho de cada ramo pertencente a um mesmo setor, tais como: o número de folhas de acompanhamento em três meses consecutivos, o número médio de acompanhamento por mês nas comunidades, o número médio de acompanhamento por mês realizado por líderes, e o número de famílias, crianças e gestantes acompanhadas na comunidade. Além disso, no relatório alguns símbolos são utilizados para ajudar no processo de avaliação das ações desenvolvidas nas comunidades. Cada quadrinho, como é chamado, sinaliza uma posição ocupada por um ramo e setor descrito no relatório, como é possível observar na figura abaixo:

Figura 19- Quadrinhos comparativos entre ramos e setores.



Fonte: Imagem retirada do Relatório Trimestral da Pastoral da Criança (2016).

A partir do uso deste símbolo, a organização interpreta os indicadores. No relatório, além deste, outros símbolos são utilizados para chamar a atenção das Coordenações de Ramo. Por exemplo, para o não envio das FABS referentes aos últimos três meses, precedidas da seguinte mensagem: “Visite com urgência essa(s) comunidade(s) para saber o que está acontecendo”. O símbolo é representado pela imagem de uma cruz, tal qual como esta: “†”. Durante a pesquisa no Departamento de Digitação, pude constatar que os funcionários se referiam ao termo “morte” para fazer menção às comunidades que, por um longo período, não davam continuidade ao envio da FABS para a sede da Coordenação Nacional.

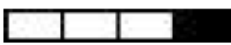

No relatório, os indicadores são apresentados na forma percentual em: gestantes visitadas pelo líder; gestantes sem vacina em dia; gestantes com curva uterina < P10; crianças < 1 ano visitadas no mês; gestantes que foram ao Pré-Natal; gestantes com altura uterina medida; crianças nascidas com baixo peso; crianças de 6 meses que mamam só no peito; crianças pesadas ao mês; crianças com diarreia que tomaram soro; crianças acompanhadas pelos índices de oportunidades e conquistas; crianças com diarreia neste mês; crianças com vacina completa para a idade; crianças em situação desfavorável nos indicadores de oportunidades e conquistas; a média mensal de mortes de menores de um ano. No sistema comparativo, apenas não são incluídos os ramos e setores que não realizaram as ações de acompanhamento aos olhos institucionais por que não documentadas.

Para demonstrar a disposição dos indicadores levantados na comunidade Matriz, durante o período em que realizei a pesquisa, e dessa forma analisar os seus resultados, selecionei um deles que revela a situação de imunização das gestantes. Como a página do relatório possui os nomes verídicos das voluntárias com quem convivi, optei por mostrar apenas a parte contendo o resultado do indicador que a seguir demonstrarei.

A análise do indicador permite observar que, de cada quatro setores e ramos analisados, a comunidade Matriz ocupa o último lugar em relação ao número de gestantes cadastradas que estão com a vacina em dia. Logo abaixo deste dado aparece uma mensagem de orientação e de alerta às líderes sobre os riscos na saúde causados pela baixa imunização durante o Pré-Natal. Neste resultado, a importância da imunização para as gestantes está relacionada com a qualidade de vida das mães e dos bebês.

Figura 20- Indicador de gestantes com vacina em dia.

3. % de gestantes com vacina em dia

Ramo 59,1  **Setor** 94,3 

A falta de acesso das gestantes aos serviços de saúde e à vacina é aumenta o perigo para a gestante e seu bebê. Além de deficiência do serviço de saúde, a baixa imunização durante o Pré-Natal revela também a falta de conhecimento ou motivação da gestante para a vacinação de rotina. Converse com os líderes sobre as visitas e com o conselho de saúde para melhorar este indicador.

Fonte: Imagem retirada do Relatório Trimestral da Pastoral da Criança (2016).

Os elementos realçados no resultado possibilitam a reflexão sobre o cuidado voltado à saúde da gestante e do bebê que, por sua vez, devem ser assistidos por profissionais da área de saúde para melhorar o indicador solicitado. As líderes, por sua vez, devem atuar como agentes responsáveis por conscientizar as mães e veicular informações sobre a importância de fazer o Pré-Natal e fazer uso de vacinas no período gestacional, por meio das visitas e acompanhamento mensal.

A mensagem revela as estratégias desenvolvidas pela Pastoral da Criança para a prevenção de doenças materno-infantis com o intuito de melhorar o indicador em questão. Para isto, torna-se necessário a atuação das líderes para que se alcancem índices compatíveis aos dos outros ramos. O esforço, portanto, envolve a participação das líderes por meio de intervenções educativas.

De modo geral, numa perspectiva institucional, os indicadores são utilizados para facilitar o trabalho das líderes, uma vez que chamam a atenção para as coisas que devem ser observadas..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado assumiu como objetivo entender como os documentos balizam as ações da Pastoral da Criança numa comunidade. Para tal, esta análise apoiou-se num conjunto de documentos utilizados no planejamento e no processo das ações básicas de saúde. Tendo como base a ideia de investigar a produção de documentos específicos em seus contextos particulares, na pesquisa foi possível observar como a dimensão técnico-burocrática permeia as ações de acompanhamento da referida instituição e se associa a uma dimensão religiosa.

A Pastoral da Criança propõe uma série de ações com o objetivo de diminuir a mortalidade materno-infantil por meio de um trabalho socioeducativo e assim promover “vida em abundância”. Por isso, ao mesmo tempo em que tais ações são justificadas por uma gramática técnico-científica, as mesmas possuem um embasamento religioso.

A pesquisa mostrou que tanto o trabalho realizado pelas líderes na comunidade Matriz como o trabalho realizado pelos funcionários do Departamento de Digitação permitem observar como o método de ação da Pastoral da Criança se aplica dentro de contextos distintos. Tais ações amparadas por princípios cristãos participam, mesmo que de modo diferente, do processo de construção do que a organização denomina de “situação de vida” das crianças e gestantes, relatadas em documentos (FABS e Relatórios trimestrais).

Como demonstrado, na Pastoral da Criança as líderes são as pessoas responsáveis por realizar um trabalho de proximidade com as famílias beneficiárias. Por isso, na comunidade Matriz, o grupo de voluntárias direcionaram suas atenções para um conjunto de detalhes com o intuito de evidenciar o tipo de cuidado que as crianças recebiam de suas famílias. Elas buscavam dar substancialidade aos seus julgamentos por meio de alguns indícios técnicos, como: o peso, a altura e a vacina. Em momentos de interação com as famílias, utilizaram documentos (Caderno do Líder e FABS) e instrumentos de apoio (balança e fita-métrica) para criar um perfil das crianças e gestantes acompanhadas.

A certificação das condições de vida das famílias foi determinada pela verificação de algumas evidências físicas que resultaram na produção de dados empíricos. Tais elementos indicavam se a criança estava saudável, se estava “fortinha”, ou sendo amamentada. De igual modo, treinavam o olhar para certificar dados pertencentes à dimensão do sensível, como: o sorriso das crianças, o capricho do berço feito por um pai, o choro da mãe, o desleixo das crianças e as queixas das famílias. Nos momentos de interação com os beneficiários, as

líderes costumavam verificar as condições de vida das famílias que determinavam quais eram os mais merecedores de suas atenções. Elas criavam critérios particulares para julgar qual criança e gestante teria prioridade para receber sua visita. Com base nesse julgamento, atribuíam prioridades e classificavam necessidades.

A pesquisa na comunidade Matriz tornou possível observar a presença da dimensão técnica e religiosa operando em torno da ação de acompanhamento realizada em diferentes contextos: nas unidades domiciliares e na paróquia. As duas dimensões atuaram como elementos necessários por dar sustentação às atividades realizadas pelas líderes. No entanto, baseado na experiência que tiveram durante as visitas e Celebração da Vida na comunidade, o discurso das líderes que se destacou foi o místico, tendo como referência, os princípios e valores advindos da Igreja Católica. As ações das voluntárias foram tomadas, de acordo com as necessidades das famílias acompanhadas, visando uma transformação que fazia com que o evangelho fosse vivenciado na prática.

Já no Departamento de Digitação, lugar que evidencia os resultados da ação de acompanhamento, a pesquisa revelou que a metodologia de ação da Pastoral da Criança se dá de um modo formal e contextualizado. O método da organização se apresenta na padronização dos dados, na construção de relatórios e análise de erro, na acuidade visual e agilidade manual dos funcionários, na identificação de números corretos e incorretos. Pois, neste espaço, a variedade de informações apresentadas nos documentos é transformada em dados estatísticos capazes de mensurar os aspectos de saúde materno-infantil.

A pesquisa no departamento mostrou que neste lugar a máquina atuou como agente na medida em que julgou os resultados, produziu alertas, aprovou e não aprovou os dados digitados pelos funcionários e seus procedimentos. A função de analisar os dados no departamento não depende apenas do funcionário, mas há também a agência das máquinas na ação de julgamento dos dados inscritos nos documentos. O julgamento trata das ações que aconteceram na comunidade com o intuito de evidenciar se as atividades nas comunidades de fato ocorreram, se as crianças foram medidas, visitadas e vacinadas.

A construção desses indicadores torna-se resultado de um processo que envolve um grande número de agentes, lugares e documentos em interação com as máquinas. Por detrás das máquinas e mesas de computador, foi possível observar um grupo de pessoas responsáveis por dar substancialidade a informações que emergiam dos documentos e tornavam-se matéria-prima para outros documentos (relatórios e análises de erro). Neste espaço, a dinâmica de trabalho tende a facilitar as tomadas de decisão da Pastoral da Criança, por meio de inserção de dados no sistema.

Ao seguir os documentos integrados às ações de acompanhamento da organização, percebi que seu uso permite moldar e direcionar a forma de atuação de cada um de seus agentes. Vale ressaltar que na comunidade Matriz, diversas informações passadas nos materiais didáticos às líderes, por exemplo, sobre a casa na qual a criança acompanhada está inserida: se é limpa, segura, acolhedora, harmoniosa, se existe respeito, trato e organização não foram quantificadas, mas foram capazes de deixar nas líderes suas impressões. No Departamento de Digitação, são valorizadas as informações numéricas atribuídas às crianças, gestantes e famílias, sendo determinantes para produção de diagnósticos elaborados na forma de indicadores de saúde e de oportunidades e conquistas. Havia, neste lugar, um esforço da organização em racionalizar os dados provenientes das ações de acompanhamento realizadas nas comunidades, ainda que a sistematização dos dados neste lugar não desse mais conta de apreender outras dimensões envolvidas nas ações de acompanhamento da Pastoral da Criança.

REFERÊNCIAS

- ALVITO, M. **A cores do Acari: um favela carioca**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ANJOS, G. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. **Caderno Pagu**, Campinas, p. 509-534, 31 julho-dezembro 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a21.pdf>. Acessado em: 17 de outubro de 2017.
- BATALHA, M. **Pastoral da Criança: 20 anos de vida**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Desiderata; São Paulo: Loyola 2003.
- BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Ed Brasiliense, 1985.
- BOFF, L. **Igreja: Carisma e Poder**. Ensaios de Ecclesiology Militante. São Paulo: Ática, 1994.
- BRASIL. **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Decreto 6.170/07**. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. **Cadernos de Atenção Básica**, Brasília, p. 100, 2002.
- BRASIL. **Lei de acesso à informação: cartilha de orientação ao cidadão**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- BURITY, J. Organizações religiosas e ações sociais: Entre as políticas públicas. **Revista Antropológicas**, v. 18, p. 7-48, 2007.
- CALEGARE, M., Silva N. A “construção” do Terceiro Setor no Brasil: da Questão Social à Organizacional. **Psicologia Política**. v. 9. n. 17. p. 129-148. Jan. /Jun. 2009
- CNBB. SETOR DE PASTORAL SOCIAL. **O que é a pastoral Social?** Edições Loyola: São Paulo, 2003.
- CÓDIGO do Direito Canônico, promulgado por João Paulo II, Papa. Tradução de Conferência Nacional de Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987. 763 p.
- COSTA, M. et al. Mortalidade infantil no Brasil em períodos recentes de crise econômica. **Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, p. 699-706, Julho 2003.
- DA MATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUARTE, C. M. R. Reflexos das políticas de saúde sobre as tendências da mortalidade infantil no Brasil: revisão da literatura sobre a última década. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1511-1528, julho 2007.

DULLO, E. Uma pedagogia da exemplariedade: a dádiva cristã como gratuidade. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 31, p. 105-129, 2011.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**. v.7, n. 13, 1994.

FERREIRA, L. C. **Ajudando uns aos outros**: alteridade e atenção entre voluntários batistas. 130f. Dissertação (Mestrado) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

FERREIRA, L. Apenas preencher papel: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, abr. 2013.

GIGANTE D. P., BUNCHWEITZ M., HELBIG E., ALMEIDA A. S., ARAÚJO C. L., NEUMANN N. A., VICTORA C. Ensaio randomizado sobre o impacto da multimistura no estado nutricional de crianças atendidas em escolas de educação infantil. **Jornal de Pediatria**. (Rio J.) vol.83 no.4 Porto Alegre July/Aug. 2007. p. 363-369.

HOROCHOVSKI, R. R. **Estratégias de Legitimação no Terceiro Setor: O Caso da Pastoral da Criança**. (Mestrado em Sociologia) – Sociologia das organizações, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 191. 2000.

IBGE. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. 15 agosto 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410040>>. Acessado em: 15 de setembro de 2015.

LANDIM, L. **A invenção das ONGs - do serviço invisível à profissão impossível**. 239f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LIBANIO, J. Ba. **Concílio Vaticano II**: Em busca de uma primeira compreensão. Edições Loyola: São Paulo, 2005.

MAIA, C. P. **Jovens na Pastoral da Juventude do Brasil**: entre a autonomia e a tradição. 139f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015.

MARTINS, S.. **Caminho e descaminhos da socialização política na Pastoral da Juventude**: o caso de Londrina. 146f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

MORAIS, J. F. R. D. **Os Bispos e a Política no Brasil**: pensamento social da CNBB. São Paulo: Auditores Associados, 1982.

MOROWSKA-VIANNA, C. Lições em engenharia social: a lógica da Matriz de projeto na cooperação internacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, p. 87-115, Janeiro-Junho 2014.

NASCIMENTO, J. **O evangelho segundo a Pastoral da Criança**: por uma pedagogia da sobrevivência. 266f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

NEUMANN, Z. A. Lições da Pastoral da Criança. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n.48, p. 63-75, mai. /ago. 2003. Entrevista concedida a Marcos Antônio Coelho. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a06.pdf> . Acessado em: 9 ago. 2017.

NEVES, D. P. Voluntariado Filantrópico: Humanismo Salvador e Gestão Social. **Revista de Ciências Sociais**, v. 34, p. 31-48, 2003.

NOVAES, R. Hábitos de doar: motivações pessoais e as múltiplas versões do “espírito da dádiva”. In: **Hábitos de doar e captar recursos**. Peirópolis: Ciclo - Assessoria para o Desenvolvimento, 2007.

PASTORAL DA CRIANÇA 2016a. Disponível em: <www.pastoraldacrianca.org.br>. Acessado em: 23 maio 2016.

_____. **Guia do Líder da Pastoral da Criança**: para países de língua portuguesa. 16. ed. Curitiba: Pastoral da Criança, 2015b. 320 p.

_____. **Relatório Anual**. Pastoral da Criança. Curitiba, p. 100. 2016c.

_____. **Estatuto da Pastoral da Criança**: Organismo de Ação Aocial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Curitiba: [s.n.], 1995. Disponível em: <www.pastoraldacrianca.org.br>. Acessado em: 11 de julho de 2016.

_____. **Orientações para Capacitadores e Multiplicadores do Guia do Líder 2015**. Curitiba: Pastoral da Criança, 2015d.

_____. **Caderno do Líder**. 4. ed. Curitiba: Azul Editora e Indústria Gráfica, 2015e. 64 p.

_____. **Acompanhamentos realizados no 3º trimestre de 2016f**. Pastoral da Criança. Curitiba, p. 8. 2016.

PEIRANO, M. O Paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 53-80, jul./dez. 2009.

PINTO, D. C. S. Um antropólogo no cartório: o circuito dos documentos. **Campos**, Curitiba, v. 15, p. 37-56, 2014.

QUIROGA, A. M. Campanha da Fraternidade: evangelização e solidariedade. In: **Hábitos de doar e captar recursos**. Peirópolis: Ciclo - Assessoria para o Desenvolvimento, 2007.

REIMBERG, C. **Comunicação, Educação e Saúde**: a Ação da Pastoral da Criança para a Cidadania na Arquidiocese de São Paulo. (Mestrado em Ciências da Computação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2009. 287f.

RILES, A. Introduction: In Response. In: **Documents. Artifacts of modern knowledge**. EUA: The University of Michigan Press., 2006.

SILVA, T. L. D. A dádiva e o laço social: o caráter relacional da caridade na doação alimentar à população em situação de rua. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 358-381, dezembro 2010.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, v. 1, 2009. 464 p.

ZAPATA, L. **La mano que acaricia la pobreza**: etnografia del voluntariado católico. Buenos Aires: Antropofagia, 2005.

ANEXO 1- FOLHA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO MENSAL DAS AÇÕES DE SAÚDE E EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE (FABS)

FABS Pequena 2011_FABS Pequena 15/07/11 09:58 Page 1



PASTORAL DA CRIANÇA* - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB
Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade - FABS

Estado: _____ Setor: _____ Esta FABS é 2ª via corrigida?

Ramo: _____ Não () Sim ()

Município da Comunidade: _____ Comunidade: _____

Mês e ano a que se referem os dados: _____ Número de Líderes: _____ Número de Pessoas na Equipe de Apoio: _____

A. Nome ou apelido dos líderes						TOTAL
B. Número de famílias cadastradas						
1. Crianças de 0 a 6 anos incompletos cadastradas pelo líder						
2. Destas crianças cadastradas, quantas são menores de 1 ano?						
3. Crianças de 0 a 6 anos incompletos visitadas no mês						
4. Destas crianças visitadas, quantas são menores de 1 ano?						
5. Crianças que, no mês, completam 6 meses						
6. Destas crianças que completam 6 meses, quantas estão mamando só no peito?						
7. Crianças pesadas no mês						
8. Destas crianças pesadas, quantas aumentaram de peso?						
9. Destas crianças pesadas, quantas estão desnutridas (abaixo da curva -2)?						
10. Destas crianças pesadas, quantas estão com sobrepeso ou obesidade (acima da curva +2)?						
11. Crianças que tiveram diarreia no mês						
12. Destas crianças que tiveram diarreia, quantas tomaram soro e a mãe insistiu com a alimentação durante a diarreia?						
13. Crianças que foram acompanhadas nos indicadores de oportunidades e conquistas						
14. Segundo os indicadores da pergunta 13, quantas crianças estão em situação desfavorável para o seu desenvolvimento (nenhum indicador foi alcançado)?						
15. Crianças que alcançaram todos os indicadores de oportunidades e conquistas						
16. Crianças levadas ao Serviço de Saúde no mês (para vacinação, consulta de rotina ou porque estavam doentes)						
*17. Destas crianças levadas ao Serviço de Saúde, quantas foram atendidas?						
18. Crianças com vacinas completas para a idade						
19. Gestantes cadastradas pelo líder						
20. Gestantes visitadas pelo líder no mês						
21. Gestantes que foram ao Serviço de Saúde para consulta Pré-Natal no mês						
*22. Gestantes que foram ao Serviço de Saúde para consulta Pré-Natal no mês e que foram atendidas						
23. Gestantes que tiveram sua altura uterina medida na consulta Pré-Natal						
24. Quantas gestantes estão com a curva uterina abaixo do percentil 10?						
25. Quantas gestantes estão com a curva uterina acima do percentil 90?						
26. Gestantes com a vacina contra o tétano em dia						
27. Crianças que nasceram no mês						
28. Destas crianças que nasceram, quantas pesaram menos de 2500 gramas?						
*29. Crianças que morreram no mês - menores de 1 ano						
*30. Crianças que morreram no mês - de 1 a 6 anos incompletos						
* Se alguma criança ou gestante NÃO FOI ATENDIDA pelo Serviço de Saúde ou MORREU, preencha os dados.						
Preenchida por: _____ Coordenador da Comunidade	_____/_____/_____ Data da reunião de reflexão e avaliação para preenchimento desta FABS			Revisada por: _____ Coordenador de Ramo		

Esta Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e de Educação na Comunidade (FABS) foi elaborada com a participação dos Líderes e Coordenadores da Pastoral da Criança, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Assistência Social, Escola Nacional de Saúde Pública e UNICEF.